

Universidade de Brasília – UnB
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História
Área de Concentração: História Cultural
Linha de Pesquisa: Cultura e Identidades

**TRABALHADORES(AS) RURAIS EM ITAPURANGA: (RE)INVENÇÃO NO
COTIDIANO DE SUAS EXPERIÊNCIAS DE LUTA – 1956-1990**

VALTUIR MOREIRA DA SILVA



BRASÍLIA-DF
JUNHO/2007

Universidade de Brasília – UnB

Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História
Área de Concentração: História Cultural
Linha de Pesquisa: Cultura e Identidades

**TRABALHADORES(AS) RURAIS EM ITAPURANGA: (RE)INVENÇÃO NO
COTIDIANO DE SUAS EXPERIÊNCIAS DE LUTA – 1956-1990**

Valtuir Moreira da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Nancy Alessio Magalhães

Tese de Doutorado



Brasília-DF, junho/2007

Silva, Valtuir Moreira.

Trabalhadores Rurais em Itapuranga: (re)Invenção no cotidiano de suas experiências de luta – 1956-1990. / Valtuir Moreira da Silva. Brasília, 2007.

204 p. : il

Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília.

1. Goiás – História. 2. Trabalhadores rurais – Mobilização. 3. Itapuranga – História. I. Universidade de Brasília. CDS.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado poderá ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Universidade de Brasília – UnB
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História
Área de Concentração: História Cultural
Linha de Pesquisa: Cultura e Identidades

Valtuir Moreira da Silva

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em História, área de concentração em História Cultural.

Aprovado por:

Dra. Nancy Alessio Magalhães (Universidade de Brasília)
(Orientadora)

Dra. Cléria Botelho da Costa (Universidade de Brasília)

Dra. Deis Elucy Siqueira (Universidade de Brasília - SOL)

Dr. José Walter Nunes (Universidade de Brasília - PPHIS)

Dr. Jadir de Moraes Pessoa (Universidade Federal de Goiás)

Brasília-DF, junho/2007

DEDICATÓRIA

Aos trabalhadores que narraram suas histórias, dedico o resultado desta pesquisa: José Raulemar (Zé Lemes), Olício Garcia (Peixoto), José Caixeta, João Benfica, Maria Pereira dos Santos (Augusta), Zilda Menezes, Isabel Carlos, Divino Ribeiro, Maria das Graças, Raimundo, Pedro de Itaguaru, Dorvalino Campos, D. Preta, que representam essa trajetória de ação.

À minha esposa Márcia Gondim e a nossas filhas, Déborah e Isadora, razão de nossa vida e de nossos sonhos.

A todos os meus familiares, que sempre me incentivaram nesta árdua tarefa da vida acadêmica, em especial, aos meus irmãos Nivaldo e Valdemir.

AGRADECIMENTOS

A produção desta tese se deve à contribuição de muitas pessoas e instituições às quais deixo registrado aqui o meu agradecimento:

À Profa. Dra. Nancy Alessio Magalhães, que soube conduzir essa orientação com propriedade, firmeza e, acima de tudo, com muita sapiência, sabendo ouvir, criticar e dialogar nos momentos mais difíceis da pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que me deu as condições de desenvolver esta pesquisa, proporcionando-me bolsa de estudo.

Aos colegas da Universidade Estadual de Goiás, Sirlene Maria e Sebastiana Aparecida do Nascimento; à Professora Adriane, que formatou o mapa com a localização de Itapuranga; e ao meu companheiro de todas as viagens e estudos, Valter Ferreira, parceiro de toda hora.

Às professoras, Dras. Cléria Botelho da Costa e Deis Elucy Siqueira, pela valiosa contribuição no Exame de Qualificação; sem tais críticas, talvez não estivesse concluindo este trabalho.

À direção do STRI, APSI, Diocese de Goiás e CPT, que disponibilizaram seus arquivos para que eu pudesse conhecer inúmeras fontes citadas nesta tese.

A todos os trabalhadores rurais e interlocutores que viveram e participaram das muitas organizações produzidas por estes atores sociais.

À Direção da UEG-Itapuranga e à Coordenação do curso de História que souberam compreender as ausências e faltas durante a realização deste trabalho.

À Coordenação e Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, que sempre atenderam as minhas solicitações.

Aos professores e companheiros, Sebastião Rafael Gontijo e Perpétua Maria de Camargos Gontijo, casal que tem uma história de vida exemplar em Itapuranga e que me ajudou na interlocução com muitos trabalhadores rurais entrevistados.

Ao professor Guido de Oliveira Carvalho que absteve de seu precioso tempo para ajudar na correção do abstract desta tese minha gratidão.

A história é o objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”.

Benjamin

RESUMO

Nesta tese discuto as experiências de trabalhadores rurais em Itapuranga, que, no período de 1956-1990, tornaram-se partícipes de inúmeras organizações sociais nesta região, objetivando a concretização de direitos que lhes eram negados: desde questões trabalhistas e de saúde pública, a manutenção na terra, pela educação de qualidade, até o comércio de seus produtos. Na produção deste estudo foram utilizadas fontes produzidas pela Diocese de Goiás, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga, Comissão Pastoral da Terra; reportagens dos jornais *O Popular*, *Diário da Manhã* e *Jornal Opção*; composições de poetas da região, como Zé Lemes e Romário; panfletos escritos pelo Movimento de Custo de Vida, pela Sociedade da Vaca e por trabalhadores do corte da cana, além de materiais didáticos utilizados na Escola Popular da Fazenda Laranjal. Também foram utilizadas fontes orais, não no sentido de fazer um estudo da memória, mas sobretudo como elemento para uma interpretação mais adequada dos acervos documentais e visuais utilizados. A abordagem metodológica foi definida a partir das leituras de Thompson, Benjamin, Ginzburg, dentre outros, cujas teorias contribuíram para o esclarecimento de categorias e noções necessárias para evidenciar o papel das organizações que tiveram a participação destes homens e mulheres, fora do ambiente sindical e da Igreja. Considero significativa a capacidade inventiva desses atores sociais, que buscaram criar projetos alternativos, questionando, assim, o poder de mando de alguns proprietários de terras, do executivo municipal e estadual e, em determinados momentos, também da direção sindical. Ao longo da pesquisa demonstro que os trabalhadores rurais em Itapuranga tiveram experiências variadas no que tange aos movimentos sociais, o que lhes possibilitou um rico aprendizado na trajetória de luta pela terra e contra a negação de seus direitos. Muitas dessas experiências organizativas não foram devidamente tratadas por pesquisas na sua globalidade. Além disso, ficou clara na investigação a ausência de percepção desses movimentos por parte da sociedade como um todo.

Palavras-chave: trabalhadores rurais, experiência, mobilização e resistência.

ABSTRACT

In this thesis I discuss the rural workers' experiences in Itapuranga, which, in the period of 1956-1990, participated in countless social organizations in this region, aiming at reaching the rights denied to them: work, public health, fight for the land, quality in education, and trading of their products. In the production of this study, I used documents produced by the Diocese of Goiás, the Rural Workers Cooperative of Itapuranga, Pastoral Commission of the Land; articles from the newspapers "O Popular", "Diário da Manhã" and "Jornal Opção"; poetry by local poets, such as Zé Lemes and Romário; pamphlets written by the Movement of Cost of Living, by the Association of the Cow and by workers of the cane cutting, besides didactic materials used at Farm Laranjal's Popular School. Oral sources were used too, not in the sense of doing a study of the memory, but as an element for a more appropriate interpretation of the documental and visual data used. The methodological approach was defined from the readings of Thompson, Benjamin, Ginzburg, among others, whose theories contributed to the explanation of categories and notions necessary to highlight the role of the organizations in which those men and women took part, out of the syndical atmosphere and of the Church. I consider that it is significant the inventive capacity of those social actors, who looked for creating alternative projects, questioning, like this, the power of command of some land proprietors, the town and state politicians, and, in certain moments, the syndical management. Along the research I demonstrate that the rural workers in Itapuranga had varied experiences regarding to the social movements, what provided them with a rich learning in the fight path for the land and against the denial of their rights. Many of those experiences of organization were not treated properly by researches in their whole. In addition, it was clear in the investigation the absence of perception of those movements by part of the society.

Key word: rural workers, experience, mobilization and resistance.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 1 Localização do município de Itapuranga.
FIGURA 2 Manoel Camargo, o mais antigo morador da Fazenda Córrego da Onça.
FIGURA 3 Cândido de Barros, trabalhador rural da Fazenda Córrego da Onça.
FIGURA 4 Passeata dos posseiros em Itapuranga.
FIGURA 5 Presença do Bispo da Diocese e Deputado Estadual na Passeata dos Posseiros da Fazenda Córrego da Onça.
FIGURA 6 Presença da mulher na mobilização dos posseiros da Fazenda Córrego da Onça.
FIGURA 7 Interlocutores do governo de Goiás junto aos posseiros.
FIGURA 8 Fiote Caiado entrando no Fórum de Itapuranga.
FIGURA 9 Panfletos em frente ao Inamps em Goiânia.
FIGURA 10 Trabalhadores rurais em frente ao Inamps.
FIGURA 11 Manifestantes em marcha pela APSI, 1987.
FIGURA 12 Trabalhadores da cana e o transporte para os canaviais.
FIGURA 13 Assembléia dos canavieiros no Salão do STRI.
FIGURA 14 Trabalhadores rurais. Manifestação em frente a Destilaria PITE.
FIGURA 15 Imagem para mostrar a Sociedade da Vaca.
FIGURA 16 Exercício proposto para os alunos da Escola do Laranjal.

FIGURA 17 Material didático trabalhando com palavras geradoras.
FIGURA 18 Texto para leitura e debate com os trabalhadores rurais – alunos.
FIGURA 19 Texto para leitura e interpretação dos alunos na Fazenda Laranjal.

LISTA DE TABELA

- TABELA 1 Estrutura Fundiária de Itapuranga – 1996.

LISTA DE GRÁFICO

- GRÁFICO 1 Quantidades de associados ao STRI.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- STRI - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga
INAMPS - Instituto Nacional de Assistência e Previdência Social
ALX - Associação dos Lavradores do Xixá
ACBR - Associação das Comunidades de Baixa Renda

PC -	Partido Comunista
ASPA -	Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga
MST -	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
FETAEG -	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
CPT -	Comissão Pastoral da Terra
MLST -	Movimento de Luta dos Trabalhadores Sem Terra
APSI -	Associação Popular de Saúde de Itapuranga
CIMS -	Comissão Intermunicipal de Saúde
AIS -	Ações Integradas de Saúde
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	10
LISTA DE TABELA	10
LISTA DE GRÁFICO	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	10
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	
A CONSTRUÇÃO DESTE PROJETO DE TESE	21
1.1 “HOMENS E MULHERES RETORNAM COMO SUJEITOS”	25
1.2 MEMÓRIA E HISTÓRIA.....	31
1.3 CULTURA E HISTÓRIA	35
1.4 HISTÓRIA E COTIDIANO: APROXIMAÇÃO POSSÍVEL	37
1.5 QUEM TE CONHECE TE REVÊ.....	40
1.6 FONTES E FATOS.....	43
CAPÍTULO II	
TRABALHADORES RURAIS: NARRATIVAS DA HISTÓRIA	
DE GOIÁS	50
2.1 CONTEXTO DESSA HISTÓRIA.....	54
2.2 “TUDO ESTAVA PREPARADO”	57
2.3 A ASSOCIAÇÃO DOS LAVRADORES DO XIXÁ.....	60
2.4 OLHARES E LEITURAS DA HISTÓRIA DE ITAPURANGA	65
2.4.1 Experiências e produção poética.....	68
CAPÍTULO III	
AS EXPERIÊNCIAS QUE TODOS CONTAM	
DOS TRABALHADORES RURAIS	74

3.1. OS POSSEIROS DA FAZENDA MARIA ALVES	75
3.1.1 Os posseiros e o encontro com a terra	76
3.1.2 “Os posseiros se organizaram”	84
3.1.3 “Itapuranga viveu, anteontem, um de seus dias mais movimentados”	86
3.1.4 E o governo toma uma decisão	92
3.2 A SAÚDE QUE BROTOU DE ALGUNS EMBATES.....	96
3.2.1 “A tática do governo estava correta”	101
3.2.2 Associação Popular de Saúde (APSI)	108

CAPÍTULO IV

APRENDIZADO, MEMÓRIA E NARRATIVA

DE OUTRAS HISTÓRIAS.....	114
4.1 O TRABALHO NA LAVOURA DA CANA <i>VERSUS</i> TRABALHO DE PARCERIA.....	114
4.1.1 “Pró-álcool: quem está tirando vantagem”	115
4.1.2 “Em Itapuranga, a dura luta dos bóias-frias”	120
4.1.3 Outro problema: a destruição do meio ambiente	129
4.1.4 “Cortadores de cana em greve”	133
4.2 “AONDE A VACA VAI, O POVO VAI ATRÁS”	140
4.3 A REINVENÇÃO DO ATO DE APRENDER E ENSINAR.....	151
4.4 A SOCIEDADE DO ADUBO	168
4.5 ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES DE BAIXA RENDA DE ITAPURANGA (ACBR)	171
4.6 A ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE ITAPURANGA (ASPA)	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	194

INTRODUÇÃO

A idéia básica que orienta esta pesquisa é a problematização de um fato que me despertou a atenção desde as minhas primeiras experiências como historiador e professor de História – a intensa participação dos trabalhadores rurais nas organizações sociais e políticas em Itapuranga e em outras municipalidades da região.

Minha proposta é problematizar a trajetória desses atores sociais, registrada em documentos e lembranças, realizando uma análise que explique a história e a organização desses homens e mulheres nesta região. O constante diálogo com as fontes serviu para me fazer (re)pensar essa história, não como um passe de mágica. Talvez a mão e inspiração invisível de Clio tenha me conduzido no sentido de buscar responder como se processaram as várias experiências nas quais estiveram presentes esses sujeitos sociais. Além disso, quem sabe eu tenha conseguido evidenciar espaços e movimentos que ainda não apareceram nessas narrativas, no período definido entre 1956-1990.

A história desses sujeitos sociais é intrigante, mesmo porque todo este intenso envolvimento não nasceu somente dos trabalhos coordenados pela Diocese de Goiás, a partir de 1967, ou com o bispado de D. Tomás Balduino, ou mesmo com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (STRI) em 1972. Todo esse processo é fruto de muitos aprendizados e tem seu nascedouro na década de 1950, com a criação da Associação dos Lavradores do Xixá, os enfrentamentos na Fazenda Córrego da Onça, na década de 1970, a organização da Associação das Comunidades de Baixa Renda, a Escola Popular do Laranjal e Associação do Adubo.

No entanto, algumas questões que me instigaram nesta investigação e que tentarei responder ao longo dessa pesquisa buscam analisar e compreender como e por que os trabalhadores rurais se tornaram partícipes de várias ações nos movimentos sociais em Itapuranga, tanto os ligados à Igreja Católica, ao STRI ou mesmo a outras entidades que aconteceram sem a intervenção direta desses interlocutores.

Nesse sentido, tentarei dialogar com algumas das lembranças desses agentes sociais e também com as fontes documentais às quais tive acesso, para construir esse caminho, de modo a entender que as experiências produzidas por esses atores sociais não podem ser atribuídas apenas à mediação da igreja e do sindicato, no período que vai do final da década de 1960 até a década de 1980. Cabe reconhecer que essa experiência é

fruto de outras experiências passadas, que foram sendo apropriadas e reinventadas num processo de aprendizagem acumulativa. Esse passado estava permeado de “lutas e sacrifícios”, tal como acontecera com as 32 famílias da Fazenda Córrego da Onça⁷, quando trataram de questionar Fiote Caiado, sobre a terra em litígio. Em um ofício de 26 de setembro de 1980, afirmavam: “o que não podemos é que, depois de uma vida de sacrifícios, passando as mais sérias privações, venhamos agora, perder o único bem e a esperança que nos restavam”.

O processo de buscar respostas através da pesquisa é surpreendente e parece sempre incompleto. Diante de experiências cotidianas ao longo da pesquisa, fui compreendendo que muitas das hipóteses e problematizações que foram surgindo ao longo dos debates que tentarei apresentar não encerrarão por aqui. Até porque, certamente podem escapar aos meus olhos outras versões possíveis da história desses homens e mulheres.

Em todo o processo de construção da pesquisa tentei repensar a minha própria prática de pesquisador, de professor e de acadêmico, em que sempre tentei seguir caminhos considerados como corretos e acertados. Essa trilha correta de que falo tem a ver com alguns trabalhos elaborados com os meus alunos do curso de História ou com relatos feitos por outros pesquisadores em congressos dos quais tive a oportunidade de participar. Na prática a definição desse “caminho certo” é problemática, pois, como mostrarei, a relação entre pesquisador e objeto deve ser vista com reservas e rigor. Todo o labor que desenvolvi ao longo do trabalho me ajudou no diálogo com algumas fontes, favorecendo a percepção de omissões e silêncios em relação a algumas organizações dos trabalhadores rurais em Itapuranga.

Ao entrevistar alguns dos líderes sindicais e religiosos a respeito da história destes atores sociais em Itapuranga, eles não narravam uma história que fosse produto de um passado de embates, considerando que toda essa ação nasce somente com a atuação da Diocese de Goiás e do STRI. Porém, outros entrevistados, como o Sr. José Caixeta, afirmam que já havia entre esses trabalhadores rurais uma vida marcada por dificuldades, ou seja, que essa busca pelos seus direitos era assunto anterior e corrente em seus cotidianos. Para muitos que testemunharam a evolução desses movimentos, a ação de

⁷ Registre-se que a Fazenda Córrego da Onça é uma região que margeia o rio com este nome, conhecido comumente por esta denominação, desde os primeiros momentos do litígio entre Fiote Caiado e as famílias de posseiros. O imóvel em questão tinha como nome da propriedade “Maria Alves”, objeto da ação e disputa entre o fazendeiro e as famílias. A referência que mais fora registrada em fontes das quais tive acesso, escrita e oral, tratam-na de fazenda Córrego da Onça, razão pela qual, quando referir-me a tal mobilização identificarei como posseiros do Córrego da Onça.

muitos desses trabalhadores era resultado de uma certa experiência. Cabe lembrar aqui o que diz José Caixeta:

Os problemas tinha, a gente já tinha conhecimento, principalmente, a gente que veio de outro Estado, Minas Gerais, a gente nessa época, Minas já tava muitos anos, [...] na frente de Goiás; Goiás ainda tava virgem como se falava, a gente já via muitas injustiças lá, muita injustiça de patrão sobre empregado, que não respeita os direitos dos posseiros, até certo ponto, a gente via certa escravidão em cima, então a gente já tinha uma certa experiência e, a gente já tinha essa preocupação, sobre isso aí já tinha certa preocupação. (Entrevista, dezembro de 2001)

Diante de afirmações como esta é que comecei a perceber alguns silêncios a respeito da história destes agentes sociais e decidi por tentar reconstituir essa trajetória, dialogando não somente com a história contada por lideranças sindicais, religiosas e pelas produções elaboradas por tais instituições, mas sobretudo tentando evidenciar experiências organizativas ausentes das lembranças de muitos trabalhadores rurais e também das pesquisas acadêmicas.⁸ Esses silenciamentos foram observados tanto por parte do pesquisador, como de muitos outros interlocutores ou mediadores que se dispuseram a tratar da história destes homens e mulheres, ao longo destes últimos 25 anos.

O que é mais intrigante, no recontar da trajetória destes sujeitos sociais em Itapuranga, é que tive o tempo todo os elementos documentais em minhas mãos – nas pastas de arquivos, nas gavetas da escrivaninha e nas fitas de gravação das memórias e narrativas colhidas por mim desde 1999. Apenas não tive a sensibilidade para entender o valor de muitas das experiências que foram sendo produzidas concomitantes ao trabalho sindical e religioso, ou mesmo antes de seu início na região.

Assim, nesse novo momento do meu trajeto como pesquisador, tive de reconstituir outras dimensões da história destes homens e mulheres em Itapuranga, buscando inventariar as várias organizações que foram sendo projetadas com sua efetiva participação. Neste processo pude, por exemplo, reconstituir a trajetória da Associação dos Lavradores do Xixá, nascida ao final da década de 1950, e ausente do foco dos trabalhos acadêmicos mais conhecidos.

⁸ Trabalhos como as dissertações de mestrado de Lunardi (1999), de Coelho (1997), Silva (2001) são exemplos de investigação em que não aparecem as organizações que se formaram fora do espaço de mediação da Igreja e do Sindicato.

Quando tive acesso a algumas pistas sobre tal organização, pude problematizar o processo de envolvimento desses trabalhadores rurais, buscando jogar luz sobre algumas destas experiências ainda sem visibilidade, tanto nos trabalhos acadêmicos produzidos quanto nas próprias memórias destes atores sociais. Em muitos casos, esse silenciamento por parte dos entrevistados só foi superado, quando foram diretamente interpelados pelo pesquisador.

Um dos primeiros desafios colocados na produção desta pesquisa foi fugir à tentação de que deveria trabalhar os dados recolhidos seguindo um modelo único, em que esses dados se encaixassem melhor, como se isso fosse possível. Nesse sentido, as interpretações aqui elaboradas procuraram seguir caminhos diversos daqueles seguidos pelos que tentaram analisar a história agrária de Goiás, com base na dicotomia entre o poder de mando dos proprietários da terra e a submissão dos trabalhadores rurais envolvidos nesse processo.

Outro desafio enfrentado foi evitar a visão de que esses sujeitos sociais seriam incapazes de se organizar por si próprios, produzindo a sua própria história e definindo suas formas de ação. Busquei fugir das leituras que viam os trabalhadores rurais como pendulares aos projetos dos outros, quer seja da Igreja, do sindicato ou do partido. Foi possível evidenciar que esses sujeitos sociais conseguiram, inclusive, influenciar alguns aspectos dos projetos destas instituições.

Tive assim a percepção de que essas experiências passadas foram sendo reinventadas em outros espaços que não somente os da mediação das instituições com que se relacionavam, o que possibilitou que esses homens e mulheres não agissem como sujeitos passivos e amorfos. Suas histórias mais particulares estão marcadas por muitas experiências que poderão dar a dimensão do universo e dos embates concretos que foram produzidos em Itapuranga.

Ciente estou de que, a cada tempo e espaço, estes sujeitos sociais foram identificados pelos agentes de mediação e possivelmente por si próprios com uma certa categoria. Neste sentido, ao surgir as Ligas Camponesas, na década de 1950, foram visualizados como camponeses, termo que tinha uma intenção de dar lugar a estes atores sociais que viviam no campo e se manifestavam. Seria uma categoria que os reconheceria como sujeitos políticos, que os diferenciaria da visão de pessoas humildes e de que estariam parados no tempo.

Durante o golpe militar de 1964, foram identificados como lavradores nas fichas sindicais essa categoria dava certificação ao registro nesta entidade. Lavrador neste

tempo fora algo criado no sentido de demonstrar que homens e mulheres no campo estavam sendo inseridos em um projeto de modernização daí mudando-se, inclusive, a denominação do modo de vê-los nesta sociedade.

Ao final da década de 1980, certa categoria se torna hegemônica e construída a partir de entendimentos e debates gestados entre as suas organizações sociais: estes passaram a ser identificados e a se identificar como trabalhadores rurais, procurando-se demonstrar que havia uma tomada de decisão política e que tinham um projeto social diante de seus problemas, como retomar a direção sindical, que havia sido criada não para atender aos desejos e anseios deste grupo, porém muito mais ao patrão. Simbolicamente, trabalhador rural se torna um termo emblemático e que dava visibilidade a inúmeras atividades organizativas relacionadas à exploração do patrão, aos embates para na terra permanecer, na questão da meia e terça.

Para tanto, cabe lembrar que, ao referir-me à categoria trabalhadores rurais em Itapuranga, não estou tratando de um conceito que tentaria unificá-los, algo mais genérico; estou ciente destas identificações que foram sendo produzidas fora e dentro deste grupo. Tanto é que organizações destes em Itapuranga foram capazes de englobar sujeitos históricos como os meeiros, arrendatários, parceiros, posseiros e assalariados rurais. Saliente-se ainda que, se voltar o meu olhar para nossa contemporaneidade estes são identificados como agricultores familiares, termo quase sempre usado em políticas públicas a eles e elas referidas.

Com a perspectiva de entender esse passado com o olhar do presente é que fui percebendo um processo cumulativo de experiências que se tornaram, ao mesmo tempo, alimento e elementos para o processo de tomadas de decisões dessas organizações, que apresentarei ao longo desta pesquisa. Assim, o conhecer e reconhecer o passado destes agentes históricos, até então sem visibilidade histórica e social, possibilitou a compreensão do processo de busca pelos direitos políticos e sociais destes atores sociais em Itapuranga.

Para organizar a abordagem feita, associando a reflexão teórica com a análise dos dados e memórias coletadas, dividimos o trabalho em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “A construção deste projeto de tese”, tento explicitar os principais referenciais teóricos utilizados na análise aqui empreendida, como Thompson, Benjamin, Certeau, Heller, Pollak, dentre outros que também contribuíram para a definição dos temas e dos recortes de análise aqui presentes. Exponho aqui algumas noções conceituais cuja discussão foi suscitada durante o meu diálogo com as fontes utilizadas e que favoreceram o caminho das conclusões produzidas na pesquisa.

As leituras teóricas ajudaram-me a trazer à tona um debate que evidenciasse as organizações dos trabalhadores rurais como algo em constante movimentação, o que acabou por mostrar que a história destes atores sociais não pode ser resumida ao ambiente da conscientização projetada pela Grupo de Evangelho e pela militância sindical. O envolvimento e a ação, frutos de um longo processo de aprendizagem e da capacidade inventiva destes atores sociais, revelam-se constituintes de uma construção histórica, diretamente relacionada com seus desejos, sonhos e perspectivas de um futuro melhor para si e para seus pares.

No segundo capítulo, “Trabalhadores rurais: narrativas da história de Goiás”, tomei como foco a leitura da trajetória destes sujeitos sociais ao longo da história de Goiás, principalmente, a partir de 1930, período em que surgiram contradições e ações que afetaram diretamente os homens e mulheres que viviam no campo, provocando a consolidação de espaços de mobilização cujo objetivo era a terra e direitos sociais.

Nesse período é que estes atores sociais produzem e reinventam suas organizações de modo mais multifacetado e criativo. A partir de 1950, eles contam com a aproximação da Igreja Católica e do Partido Comunista, ambos com seus projetos políticos, nos quais, buscavam incluir esses trabalhadores já com potencial organizativo consolidado.

Apresento também aqui uma síntese histórica da região estudada e de sua ocupação por estes homens e mulheres, que migraram para esta localidade em busca de melhores condições de vida, sobretudo, com o sonho de poder conquistar a terra que lhes era prometida. Com a chegada em Itapuranga, esses trabalhadores encontram um ambiente conflitivo com seus sonhos e desejos, construídos a partir dos projetos e idéias que os incentivavam a se deslocar para essa região.

O terceiro capítulo, “A experiência dos trabalhadores que todos contam”, é uma tentativa de demonstrar como a mobilização na Fazenda Córrego da Onça e as ações pela criação do Hospital do Sindicato são as duas histórias mais lembradas e registradas, tanto em documentos e pesquisas sobre estas experiências, quanto nas lembranças dos entrevistados. São duas experiências importantes na trajetória destes atores sociais, servindo como ações motivadoras para muitas outras conquistas ou movimentos de organização posteriores. Tanto esse sonho de manter-se na terra na Fazenda Córrego da Onça quanto os embates por um centro de saúde que atendesse os homens e mulheres do campo em Itapuranga apresentam materialidade e visibilidade nos documentos e nas narrativas levantadas.

No quarto capítulo, “Aprendizado, memórias e narrativas de outras histórias”, apresentei algumas experiências que não surgiram dentro do ambiente de influência dos grupos de mediação, mas foram produzidas com os vários conhecimentos extraídos desta relação, os quais foram enriquecidos com experiências sonhos, desejos e frustrações acumulados ao longo de suas vidas.

Neste capítulo, busquei analisar as organizações mais importantes na trajetória de movimentação destes sujeitos sociais, fora da esfera de influência dos ambientes religioso e sindical, algumas delas omitidos dos relatos por terem tido curta duração e por não terem sido evidenciadas nos relatos e registros dessas instituições de maior visibilidade política naquele contexto.

Organizações como a Sociedade da Vaca, Escola Popular do Laranjal, Associação dos Consumidores de Baixa Renda, Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga e Sociedade do Adubo, analisados neste capítulo, são fruto de experiências inventadas no cotidiano de homens e mulheres que viviam no campo, em embates concretos que buscam, quem sabe, realizar o sonho de toda uma geração.

Uma visão ampla da organização dos trabalhadores rurais em Itapuranga deve ser constituída a partir dessa produção de experiências que foram sendo passadas de geração a geração, numa tentativa aparentemente simples de buscar a garantia de direitos no seu cotidiano. Como narrou José Caixeta, tudo começou com algumas ações que revelavam decisão e coragem: “muitos trabalhadores já tinha a coragem de, às vezes, pegar o patrão, aquele que estava explorando e levar no Ministério do Trabalho; o pessoal tinha muito medo do Ministério do Trabalho, naquela época era muito rigoroso”.

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DESTE PROJETO DE TESE

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Hoje, é claro, não é mais assim, cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. (Ginzburg, 1987, p. 15)

A epígrafe retirada da obra Ginzburg (1987) tem muito a ver com minha proposta de pesquisa, mesmo porque, na medida em que fui problematizando as fontes escritas e orais, percebia que outras dimensões do cotidiano dos sujeitos sociais que viviam no campo haviam sido “ocultadas ou simplesmente ignoradas”, por alguns dirigentes sindicais, líderes de pastorais da Igreja Católica de Itapuranga e outros interlocutores que tratam dessa trajetória.

A leitura dos documentos revela que houve projetos em disputa, visto que as lembranças e registros existentes evidenciam apenas aqueles movimentos que estiveram à frente das ações destas instituições, deixando silenciar algum movimento organizado fora desses espaços de mediação. Assim, a construção deste projeto de pesquisa teve como norte tratar dos embates que tiveram maior visibilidade em meio aos trabalhadores rurais, porém buscando, sempre que possível, trazer à tona outros espaços associativos produzidos fora da tutela da Igreja e do sindicato, na busca de garantir voz também para estes atores sociais.

Outro ponto que determinou a busca por estas organizações até então ignoradas foi a compreensão de que a aproximação, desde a década de 1950, desse movimento com Gregório Bezerra, ligado ao Partido Comunista; em 1967, com a Diocese de Goiás e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga e Comissão Pastoral da Terra nos anos 70, tinha uma relação direta com a tentativa de incluir estes homens e mulheres do campo em seus projetos.

Diante da hipótese acima descrita é que fui fazer o resgate histórico de outros espaços organizativos, que pudessem evidenciar muitas experiências produzidas pelos trabalhadores rurais em Itapuranga, momento em que encontrei referências dessas experiências em relatórios e avaliações da Comissão Pastoral da Terra, regional da Cidade de Goiás, salientando vários movimentos da organização desses grupos: enfrentamentos em relação à Fazenda Córrego da Onça; grupos de trabalhadores organizados para compra de adubo, tecidos e materiais escolares. Foram encontrados também panfletos e manuscritos de algumas lideranças religiosas e sindicais que deram pistas de muitos outros espaços de mobilização destes atores sociais.

Na medida em que fui desenvolvendo e aprofundando esse diálogo com vários interlocutores e documentos, pude perceber que algumas de minhas inquietações eram pertinentes. Começava a constatar que o engajamento, a organização, a militância e a ação destas pessoas não surgiam do nada: havia muitas experiências acumuladas que se mostravam essenciais neste envolvimento. Foi deste processo de vivências cotidianas entre parceiros e vizinhos que resolvem criar uma associação, mobilizar-se para na terra permanecer, como forma de garantir os seus direitos trabalhistas e à saúde e também para consolidar um projeto educacional para os homens e mulheres do campo, que surgiu o amadurecimento necessário à participação política.

Com o entendimento de que essas organizações e mobilizações não nascem do nada, são frutos de um intenso processo social, é que fui compreender as causas de algumas experiências nas quais estiverem presentes os trabalhadores rurais, em registros estampados em jornais, escritos e falados, do Estado de Goiás. Por outro lado, em 1974, com a implementação de um projeto de ação da Diocese de Goiás, com Dom Tomás Balduino, vieram para a Diocese de Goiás missionários, os Oblatos ficaram em Ceres e outros missionários vindos de Caxias do Sul, foram trabalhar em Itapuranga e na Cidade de Goiás. A decisão de virem para Itapuranga,, como narrou-me Ivo Poletto se deu em decorrência da existência de algumas experiências e enfrentamentos que contaram com a participação dos homens e mulheres que viviam no campo, conforme registrado em entrevista de Ivo Poletto, em 1994.

Na tentativa de aprofundar a compreensão deste contexto, revelado *a priori* pelas fontes, é que fui construindo meu caminho de pesquisa, procurando estabelecer relação entre o conhecimento teórico e as problematizações suscitadas pelo material disponível. Cada vez mais ficava evidente que não se pode pensar a história destes atores sociais em Itapuranga, sem, contudo, estar atento a duas questões: as potencialidades aí já

existentes, resultado de um processo que já vinham sendo travado; e a ampliação dessas possibilidades, com a chega destes religiosos e leigos.

É evidente, todavia, que não se trata aqui de fazer a história ampla dos trabalhos desenvolvidos pela Diocese de Goiás e pelo STRI. Para isto seria necessário traçar a trajetória dessa organização, que tem um passado que necessita ser reconstituído, até para se compreender os motivos pelos quais muitas das atividades de organização se produziram fora do espaço destas duas instituições.

Em um primeiro olhar, ao recorrer às fontes produzidas pela Diocese e pelo STRI, tive a impressão de que foi somente a partir dos trabalhos pastorais da Igreja da Libertação, do envolvimento sindical e da militância político-partidária na região que estes homens e mulheres se despertaram para seus problemas cotidianos, como se estivessem antes adormecidos. Percebi também que somente um toque, um simples despertar da consciência dos trabalhadores rurais, seria suficiente para provocar uma série de formas de organização e enfrentamentos. Ao estabelecer o diálogo entre os instrumentais teórico-metológicos e as fontes que consultei, outras questões começaram a ser evidenciadas neste universo.

Importa aqui antecipar, no entanto, que não estou negando o papel fundamental dos trabalhos desenvolvidos pela Diocese de Goiás e por seus vários interlocutores, nem tampouco, deixando de reconhecer a importância do STRI na trajetória destes atores sociais. Tanto é verdade que estou me valendo dos materiais de arquivo de ambas as instituições, que me foram gentilmente cedidos. O que me interessou não foi somente reproduzir tais histórias institucionais, mas tentar entender que outros espaços destas experiências foram elaborados, além dos projetos propostos pelos líderes dessa militância.

Com o desafio de repensar histórias que se tornaram registros nas documentações e lembranças na memória de sujeitos históricos nelas envolvidos, é que busquei apropriar-me de algumas categorias como história, memória, cotidiano, experiência. Busquei também deixar bem claro por que estou denominando estes agentes sociais de trabalhadores e trabalhadoras rurais. E, quando utilizo essa noção, não o faço por mero reducionismo, uma vez que essa é uma categoria que me possibilitou compreender a intensa participação desses mesmos agentes em muitas organizações produzidas no período de 1956-1990. Ao tratá-los no plural, não tenho a intenção de abarcar todos os segmentos, mas de demonstrar que nessas mobilizações engajaram-se posseiros, meeiros, arrendatários, assalariados da cana e sem-terra de Itapuranga.

Por outro lado, não vejo como diferentes concepções de camponês poderiam responder às inquietações surgidas no diálogo com o objeto por mim pesquisado. Assim, ao tratar estas inúmeras experiências de que participaram homens e mulheres que viveram e/ou vivem no campo em Itapuranga, estou também exercitando possibilidades de interpretar movimentos históricos nos quais não se envolveram apenas pessoas ligadas ao campo.

Trabalho assim com a idéia de trabalhadores rurais, uma categoria que consegui encontrar para responder ao desafio de produzir esta pesquisa, sem, entretanto, ignorar as especificidades de cada organização, uma vez que seus diferentes processos de identificação, são aqui considerados, segundo Hall (2000).

1.1 “HOMENS E MULHERES RETORNAM COMO SUJEITOS”⁹

Não mergulhei neste objeto de pesquisa como algo pronto e acabado, do qual pudesse tirar todas as histórias e debates que dizem respeito à trajetória destes sujeitos. Tentei ser mais um interlocutor ou, quem sabe, mais um mediador destas histórias que, ao longo deste processo de pesquisa, foram problematizadas e confrontadas com várias fontes consultadas. Tentei também evitar a tentação de alguns modelos de análises e versões já consolidadas acerca da vida destas pessoas, que as retratam como incapazes de se organizarem sem a ajuda das comunidades de base, do sindicato, do estado e do partido. Ou mesmo, que as percebem como muito simples, sem capacidade de se reconhecerem diante do mundo em que vivem. Como encontrei em alguns documentos do sindicato, os trabalhadores rurais de Itapuranga são referidos como “coitados”, que não têm “ninguém que os ajude”. Tais inquietações e omissões foram servindo como pontos de questionamentos nesta investigação, inclusive indicando a necessidade de interlocução com autores que foram essenciais para ajudar na delimitação deste trabalho.

As imagens foram emergindo juntamente com o conceito de história, quando deparei-me com o desafio de reconhecer que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi, significa apropriar-se de uma reminiscência,

⁹ Esta frase, retirada do livro *A miséria da teoria* de E. P. Thompson, torna-se mais do que um subtítulo, visto que ela considera que os atores sociais são capazes de produzir a sua história, que eles não podem ser considerados como sem história, que suas trajetórias de vida não dependem única e exclusivamente de instituições formalizadas política e socialmente.

tal como ela relampeja no momento de um perigo” (Benjamin, 1994, p. 224). Assim, tentei construir um debate histórico que me desse condições para compreender o envolvimento e engajamento destes homens e mulheres, em muitas das organizações que estavam presentes na sua experiência.

Para isso, foram fundamentais as discussões e leituras de Thompson (1981; 1987), Ginzburg (1987) e Benjamin (1994). Este último foi instigador ao debater em seu texto “Conceito de História” (Obras escolhidas, 1994), que o passado pode ser entendido como uma imagem que se deixa reconhecer, daí “a verdadeira imagem do passado que perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido” (Benjamin, 1994, p. 224).

Com o desafio de perceber esse passado, conhecer e interpretar versões de histórias não narradas ou que, possivelmente, deixaram de aparecer na cena pública da história, é que busquei fazer evidentes estes possíveis silêncios, revelando que muitos dos confrontos surgidos nestas trajetórias, mesmo tendo ao seu lado as instituições mediadoras, foram frutos de uma sucessão de fatores e experiências que marcaram a vida destas pessoas.

Ao reconstituir essas histórias, percebi que tanto a Igreja Católica quanto o STRI desejavam colocar os trabalhadores rurais em seus projetos, como nos chama atenção Martins (1986, p. 81). Assim, a história que produzi caminhou no sentido de (des)naturalizar tal olhar, desvelando outras práticas do cotidiano destes sujeitos sociais.

Assim sendo, o conceito de história que me serviu de parâmetro para pensar o objeto em debate se aproxima do que afirma Benjamin (1994, p. 226):

a tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, percebemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção.

Portanto, pensando a história com essa abordagem conceitual, tenho que recorrer a alguns destes atores sociais, para que me forneçam pistas e caminhos que viabilizem produzir algo próximo deste verdadeiro estado de exceção, de que nos fala Benjamin. Após constantes diálogos com os autores aqui mencionados, com as fontes, tanto escritas quanto orais, percebi em alguns desses interlocutores, lideranças sindicais e

religiosas, que as histórias contadas por eles enfatizavam o trabalho sindical, da Grupo de Evangelho e do Partido dos Trabalhadores, deixando de focar a atuação dos trabalhadores rurais em outras organizações surgidas nestes múltiplos espaços de experiências.

Tinha razão Certeau, citado por Le Goff (1982, p. 35) ao afirmar que “a especialidade da história é o particular”, embora encontrar esse particular nem sempre seja fácil. Mesmo porque quando indagamos alguns destes sujeitos sociais: sobre sua participação em organização menores e mais específicas, a resposta se aproxima muito do que Olício Garcia, o Peixoto, contou-me quando falou de sua participação nessas mobilizações em Itapuranga, ocultando sua contribuição na criação das Associações dos Consumidores de Baixa Renda (ACBR) e Sociedade da Vaca. Apesar de seu silêncio descobri, ao pesquisar a história dessas entidades, que ele e sua esposa, Aíde, foram pessoas importantíssimas na consolidação e organização dessas duas experiências.

Assim, tento provocar e evidenciar silêncios nas entrelinhas das fontes consultadas, o que foi fundamental para possibilitar respostas a muitas das questões pertinentes à história desses sujeitos sociais. Contudo, é importante, partindo do conceito de história adotado, pensar por que tais experiências não foram lembradas em nossas conversas. A história que estou querendo discutir tem muito a ver com criações e recriações desses homens e mulheres em sua vida cotidiana, numa perspectiva livre da visão criada externamente por instituições de grande visibilidade, visão capaz de levá-los a pensar (e reproduzir) que suas histórias se resumem a fatos evidenciados e cristalizados por esses grupos de mediação. É nesse sentido, que Thompson (1998, p. 13) afirma:

o povo estava sujeito a pressões para reformar sua cultura segundo normas vindas de cima, a alfabetização suplantava a transmissão oral, e o esclarecimento escorria dos estratos superiores aos inferiores – pelos menos era o que se supunha.

Apoiando-me nos debates thompsonianos, compreendi que sempre há uma pressão para o povo mudar seus conceitos em decorrência de normas externas. No caso dos sujeitos sociais aqui pesquisados, foram levados a se perceberem apenas a partir da trajetória marcada pelo envolvimento com os trabalhos da Diocese de Goiás e do STRI.

A versão dessa história contada pelos dirigentes sindicais, pelos líderes religiosos e por alguns trabalhadores rurais tem uma relação direta e próxima com as ações

desenvolvidas por essas instituições mediadoras, e não consegue, em muitos momentos, reconhecer que outras experiências produzidas no seio das comunidades, envolvendo vizinhos e parceiros, possam ter provocado alguma mobilização.

Na verdade a história dessas experiências está repleta de trocas de saberes. Quando essas pessoas procuram organizar-se, reapropriam-se de conhecimentos adquiridos no passado e que traziam consigo, ou reinventam conhecimentos adquiridos nas assembléias e reuniões das comunidades de base. Essa constatação é clara quando se analisam as experiências produzidas por alguns destes sujeitos sociais nas Fazendas Laranjal I e Fundão, na região leste do município de Itapuranga. Constatando necessidades comuns, aprofundam o convívio com os vizinhos e, por meio do mutirão, da troca de dia ou mesmo de uma marca,¹⁰ propõem a compra de insumos coletivamente, criando a Associação do Adubo.

A reconstituição da história desses sujeitos sociais evidencia que sua capacidade produtiva e organizativa não se resumia aos espaços da Igreja e do sindicato; ao contrário, era reinventada em seu cotidiano. Mas, do ponto de vista de alguns dirigentes sindicais e religiosos, tais intentos, como a Associação do Adubo, a Escola Popular da Fazenda Laranjal e a Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga (ASPA), somente foram adiante após a apropriação desses movimentos por aquelas instituições mais visíveis.

Este silêncio histórico aparece também no que se refere aos embates ocorridos na Fazenda Córrego da Onça. Ao observar os registros produzidos pelo STRI no que diz respeito às 32 famílias, tem-se a impressão de que esta história começa com os trabalhos da Oposição Sindical¹¹ e de membros da Igreja Católica. Não há registros de que

¹⁰ O mutirão é uma forma de trabalho solidário ou comunitário. Momento no qual os vizinhos se juntam para doar um dia de serviço a um vizinho e amigo. O mutirão pode ser por iniciativa do dono do serviço, limpeza do pasto, colheita ou outro serviço – devido a doença na família, como tradição por parte de algum pessoa da região, depois encerra-se com uma festa ou baile. Também pode ser organizado por iniciativa dos vizinhos, por perceberem a necessidade do dono do serviço ou pela festa. Sendo de iniciativa dos vizinhos, o dono do serviço pode ou não ficar sabendo, sendo conhecido como “traição” ou “treição”.

A troca de dia é uma espécie de “banco” de dias ganho que um trabalhador vai acumulando com os seus companheiros e vizinhos. E esses dias lhe serão restituídos na mesma medida.

A marca é o momento no qual se deve acontecer o recebimento dos dias em haver, também se valendo para o mutirão.

¹¹ A Oposição Sindical em Goiás nasce na intensa mobilização de dirigentes sindicais em algumas regiões do Estado de Goiás, tais como: Bela Vista, com Nelson Teles, Anápolis com Milton Carmo e Nova Veneza com Alípio, posteriormente, em Itapuranga com João Benfica, que passaram a se opor a direção da FETAEG, que havia nascida sob os auspícios de um fazendeiro, Antonio Bueno, em 20 de outubro de 1970. Em Itapuranga, o grupo denominado Oposição Sindical consegue vencer as eleições em 1977, tendo à frente João Benfica, que se torna um nome importante na construção do projeto da Oposição Sindical, nesta região e no campo de atuação da Diocese de Goiás, participando do processo de manutenção na terra com os posseiros da fazenda

todo esse processo tem seu nascedouro no final da década de 1960. Como se constata, esse passado de enfrentamento ou mobilização, realizado antes da interlocução da Diocese de Goiás e da atuação do STRI, não foi levado em consideração por estas instituições, que deixaram a imagem de que a disputa na Fazenda Córrego da Onça, dentre outras, haviam se iniciado a partir dos trabalhos sindicais e da Igreja Católica junto àquelas famílias.

Minha proposta é trazer para debate questões que dizem respeito à experiência de alguns destes homens e mulheres que participaram diretamente de muitas práticas inventadas no seu cotidiano. Práticas que fazem parte da continuidade da vida de muitos destes atores, que se aproveitam os conhecimentos e vivências aprendidos coletiva e individualmente, passados de geração em geração.

Para pensar a história nesta constante busca de interpretações, é que recorro mais uma vez a Thompson (1998), que considera as experiências como algo que foi materializado por pessoas que têm sonhos, desejos e frustrações, num processo que é um longo caminho a percorrer. É o que se confirma na narrativa do Sr. José Caixeta: “infelizmente, poucas pessoas sabem dar valor nessas histórias, inclusive muitos dos filhos de pessoas que viveram a vida toda nesses embates não lembram mais dessas histórias”.

Diante de afirmações como esta fui sendo instigado a entender que a história desses sujeitos sociais em Itapuranga precisa ser pensada para que ela não se limite ao que Thompson (1981) denominou “termo ausente”; para que se reconheça que essas experiências humanas de homens e mulheres são importantes e não se encerram nos projetos dos mediadores, mas, ao contrário, foram sendo constituídas ao longo de suas vidas cotidianas. É o que se confirma na afirmação de Thompson (19891, p. 182):

o que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana” [...] os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras.

Cabe concordar que essas experiências não se prendem a uma história apenas institucional, o que exige atenção para o papel de organizações que ainda não foram evidenciadas nas pesquisas acadêmicas acerca do objeto e que tampouco aparecem nas narrativas de alguns destes atores sociais. Todas estas experiências são frutos de aspirações e vontades que não dizem respeito somente à vontade pessoal de cada um, mas resultam de experiências vividas por muitos, não como um sonho individual, mas como algo que era um sonho de seu pai, sua mãe e seus irmãos, geralmente sonho orientado pelo desejo de garantir para seus filhos um futuro diferente daquele então vivido.

O reconhecimento dessas experiências é fundamental para que se possa dar visibilidade à história desses sujeitos, como Thompson percebeu na classe operária inglesa, quando afirma que a mobilização desses sujeitos sociais “não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente no seu próprio fazer-se” (Thompson, 1987, p. 9).

Da mesma forma, não se pode aceitar que, da noite para o dia 32, famílias de posseiros da Fazenda Córrego da Onça tenham resolvido questionar a expropriação de suas terras pelo fazendeiro Aureliano José Caiado (Fiole Caiado). Ao contrário, as experiências cotidianas anteriores foram fundamentais para essa tomada de atitude e mostram que já existia uma mobilização em curso, que certamente não tinha ainda sido evidenciada e propalada.

A história desses trabalhadores rurais, quando interpretada a partir de várias experiências que foram sendo produzidas antes e durante o trabalho da mediação da Diocese de Goiás e do STRI, não pode ocultar outros espaços que não sofreram a ação desta mão invisível. Se assim fosse, seria difícil inserir neste processo a análise de projetos como os da Associação dos Lavradores do Xixá, da Sociedade da Vaca, da Associação dos Consumidores de Baixa Renda (ACBR), da Associação do Adubo, da Escola Popular do Laranjal, da Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga, da Fazenda Córrego da Onça, da mobilização por um Hospital dos Trabalhadores Rurais, além de vários outros embates dos lavradores da cana.

Sendo assim, penso ser necessário seguir os caminhos trilhados por Thompson (1987, p. 13), quando afirma:

estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor de Joana Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade.

Evidenciar essas transgressões como afirma Thompson, no que se refere à produção desta história, foi o que me levou a enfrentar este desafio. O que consegui perceber é que muitas destas experiências não tiveram o apoio direto das instituições mediadoras, mas foram, mais tarde, apropriadas pelo STRI, que absorveu a experiência da Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga, da Associação do Adubo e da Associação das Comunidades de Baixa Renda. Como narrou Sr. João Justino, ao afirmar: “a gente passou a comprar adubo, tudo saía por um preço bem menor, do que dos vendedores aí. O produtor ia lá no Sindicato, pagava o adubo e fazia o pedido”. Percorrendo o meu caminho de investigação, fui percebendo que a interpretação histórica dessas fontes não é fácil nem se faz de modo unívoco, visto que “a objectividade histórica constrói-se pouco a pouco através de revisões incessantes do trabalho histórico, laboriosas rectificações sucessivas e acumulação de verdades parciais” (Le Goff, 1982, p. 33).

1.2 MEMÓRIA E HISTÓRIA

Diante dos desafios acima colocados é que decidi trabalhar com outras categorias teóricas de polêmico entendimento, entre elas a relação entre memória e história. Sobre essa questão pude perceber que existem limites e que, certamente, ainda continuarei limitado. Mas certamente estarei mais atento, reconhecendo que muitas lembranças, silêncios e esquecimentos, presentes nas memórias de alguns destes sujeitos sociais em Itapuranga, foram essenciais para que eu pudesse compreender a ausência de algumas experiências, efetivamente realizadas, em suas narrativas.

Quando lidamos com a memória não podemos esquecer que ela envolve a capacidade de narrar. Enquanto pesquisador, torno-me um mediador dessas várias narrativas, que dizem muito dessa *invenção do cotidiano* das pessoas. Como recomenda Certeau (2001, p. 35), acreditamos que “os relatos de que se compõe esta obra pretendem narrar práticas comuns”, e é preciso ir além deles para descobrir o que ficou de fora.

Tal como constatou Silva (2003), em seu estudo sobre a Guerrilha do Araguaia, feito a partir das memórias dos camponeses que viveram tal movimento, deve-se ficar atento, nessa coleta de narrativas, aos vários silêncios e esquecimentos, aos gestos, às trocas de olhares, e a particularidades da expressão verbal que podem ocorrer no momento de nossa interação com estes sujeitos sociais (Silva, 2003, p. 72).

Todas essas precauções, recomendadas por outros pesquisadores, foram importantes para que eu pudesse analisar alguns estudos existentes sobre memórias e narrativas acerca da experiência de alguns movimentos sociais em Itapuranga. Pude verificar que nem todos os personagens neles citados foram efetivamente consultados, já que alguns deles se recusam terminantemente a falar sobre sua história e participação em alguma organização pelos seus direitos sociais. Assim, fui percebendo que esse universo do universo de várias lembranças, esquecimentos e silêncios, que compõem essas tais histórias, apresenta características definidas por dimensões subjetivas e também por fenômenos de caráter social. Conforme afirma Pollak (1992, p, 2),

a priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.

A memória de alguns destes sujeitos sociais foi se tornando importante para muitos campos da pesquisa, principalmente porque muitas destas lembranças podem apontar conexões entre essas várias memórias, confirmando a afirmação de Benjamin (1994, p. 215) de que “o comum a todos os grandes narradores é a facilidade com que se movem para cima e para baixo nos degraus de sua experiência, como numa escada”.

Nesse sentido, cabe considerar também a afirmação de Pollak (1992, p. 2):

é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. De fato – e eu gostaria de remeter aí ao livro de Philippe Joutard sobre os *camisards* –, podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação.

A memória pode, então, atuar como elemento que serve para identificar uns em relação aos outros, e também em relação aos vários mediadores que apareceram ao longo da trajetória desses trabalhadores. É o que se confirmou no meu processo de

interação com esses trabalhadores, pois, em muitos casos, tive que convidar alguma pessoa que fizera parte da sua história coletiva, para que os mesmos pudessem lembrar fatos relevantes de seu envolvimento em tal organização. As limitações envolvidas nesse tipo de situação são analisados por Bosi (1994, p. 38), quando afirma:

gostaria de que compreendessem os limites que os narradores encontraram. Faltou-lhes a liberdade de quem escreve diante de uma página em branco e que pode apurar, retocar, refazer. Suas memórias contadas oralmente foram transcritas tal como colhidas no fluxo de sua voz.

Como a memória tem capacidade seletiva, ao se colocarem diante de um interlocutor, as pessoas estão sujeitas a lembrar, a esquecer ou a silenciar. Foi o que verifiquei quando decidi entrevistar o Sr. Cândido de Barros, um dos membros das 32 famílias que lutaram pela terra na Fazenda Córrego da Onça, em Itapuranga. Como todo pesquisador que lida com a oralidade, fiquei empolgado com a possibilidade de ouvir as narrativas deste senhor, e quando tive o primeiro contato, para agendar a entrevista para o dia seguinte, houve uma boa receptividade por parte dele, que dava sinais de se lembrar da história que eu desejava conhecer. Fiquei assim esperançoso com a possibilidade de ouvir seus relatos. Mas, para minha surpresa, ao chegar no dia agendado, com toda a parafernália de pesquisador, sorridente e ansioso por ouvi-lo, fui recebido no portão de entrada, com a afirmação de que ele não poderia falar nada sobre aquele assunto, porque não se lembrava de mais nada. Segundo ele, a sua memória estava falha e havia esquecido de quase tudo. Mas fez a indicação de um vizinho seu, que morava ali perto, e que poderia contar-me o que havia ocorrido.

Num primeiro momento, esse silêncio me assustou. Na continuidade de meu trabalho é que fui compreendendo esta dimensão da memória que é o silêncio voluntário e intencional. Posteriormente, fiquei sabendo que ele havia consultado seus familiares sobre a entrevista que daria, quando tomaram a decisão de não falar mais naquele passado, para eles de trauma e sofrimento, o qual não deveria mais ser comentado. Na verdade o que houve foi um acordo em não dizerem mais nada sobre a experiência na terra, portanto silêncio consentido, deliberado e não esquecimento como dimensão biológica da memória.

Em vários outros momentos constatei ser a memória uma capacidade de narrar fatos individuais e coletivos, que opera com previsível seletividade. Constatei

também a necessidade de conhecer como atua essa capacidade psíquica, quando se discute e se estuda o que narram os entrevistados acerca de um passado que ressurge presentificado em suas falas. Nossas observações encontram suporte no que Bosi (2003, p. 44) afirma sobre esse processo de narrar:

ouvindo depoimentos orais constatamos que o sujeito mnêmico não lembra uma ou outra imagem. Ele evoca, dá voz, faz falar, diz de novo o conteúdo de suas vivências. Enquanto evoca ele está vivendo atualmente e com uma intensidade nova a sua experiência.

Se quando contam suas vivências, as pessoas se valem de lembranças, esquecimentos e silêncios, é preciso estar atento aos vários interditos que aparecem neste diálogo. Procurando entender o que de fato ocorre nesses momentos de interação, Bosi (1998, p. 38) acrescenta:

Fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças.

Para compreender melhor essa relação de aproximação entre memória e história busquei outros autores, entre eles Dihel (2002, p. 120), que considera necessário, para lidar com essa categoria, uma atenção especial para “a necessidade de contextualidade [tanto] do objeto da memória como do agente rememorador; a necessidade de temporalidade; a necessidade da narrativa (da poética) e, finalmente, a necessidade de sua problematização” (2002, p. 120).

Portanto, o estudo dessas dimensões da relação entre história e memória serviu para balizar as possibilidades de entendimento e de utilização da fonte oral, mesmo porque não era nosso objetivo trabalhar com a memória como uma categoria essencial nesta pesquisa. As memórias aqui colhidas seriam usadas no sentido de favorecer a problematização das fontes documentais existentes, e a compreensão melhor dos inúmeros

esquecimentos e silêncios em relação às organizações e aos embates dos quais participaram os trabalhadores rurais em Itapuranga. Não seriam tomadas, é claro, no sentido da constatação de sua veracidade.

1.3 CULTURA E HISTÓRIA

Com o objetivo de esclarecer alguns caminhos metodológicos que foram sendo incorporados nesta tese, como o uso das categorias memória e história, por exemplo, torna-se necessário acrescentar uma discussão de outro elemento fundamental nesta análise, a cultura. Nesse ponto, cabe recorrer a Thompson, que assevera:

verificamos que, com “experiência” e “cultura”, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário, etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, com normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades [...]. (1999, p. 189)

Nesta perspectiva, cultura torna-se uma categoria importante para a compreensão da história dos projetos organizativos que foram sendo produzidos por estes atores sociais, mesmo porque muitos dos ensinamentos e aprendizagens dessas tradições, suporte de muitas destas mobilizações, são repassados através da oralidade, de geração em geração. E cultura deve ser assumida aqui não no sentido restrito dos que têm conhecimento erudito, mas de pessoas que são capazes de entender o seu mundo e a si mesmas. Tal como afirma Thompson (1998, p. 17) cultura é aqui tomada como “um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado [...] uma arena de elementos conflitivos”.

Embora não tenha sido minha intenção abarcar todos os debates acadêmicos travados em torno do conceito de cultura, ao abordar essa categoria, tomo-a como a capacidade dos sujeitos sociais de analisarem suas experiências, de contar a sua

história e, acima de tudo, como algo que possibilite e favoreça que eles possam se conhecer e se envolver nas mais diversos enfrentamentos pelos seus direitos. Assim, considero que o envolvimento dos sujeitos sociais aqui pesquisados é produzido culturalmente e de modo coletivo.

Ao tentar estabelecer a compreensão de cultura, busco não separar a cultura erudita da popular, mesmo porque, quando se faz isso, corre-se o risco de isolar uma da outra, como se fossem criadas e desenvolvidas em compartimentos separados. Nesse caminho tortuoso e estreito, torna-se fundamental entender que cultura aqui está relacionada com a idéia de tradição, ou seja, com a capacidade dos vários grupos sociais de repassar os seus aprendizados aos seus semelhantes, através da oralidade e da construção de símbolos, costumes e ritos. No que se refere a essa questão, temos que tomar certos cuidados, conforme alerta Thompson no trecho a seguir:

não podemos esquecer que “cultura” é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume historicamente específico das relações sociais e de trabalho. (1998, p. 22)

Quando se lida com a cultura no sentido de desmontar esse feixe, levando-se em consideração que homens e mulheres são produtores de conhecimentos, de valores, e de modos de transmissão desses saberes, torna-se essencial perceber seus envolvimento em muitas ações empreendidas, ou mesmo naquelas de que não quiseram participar. Torna-se necessário também, como nos ensina Geertz (1978, p. 47), reconhecer que

é precisamente o levar em conta tal possibilidade que deu margem ao surgimento do conceito de cultura e ao declínio da perspectiva uniforme do homem [...], e ela tem a firme convicção de que não existem de fato homens não-modificados pelos costumes de lugares particulares.

O conceito de cultura adotado implica a capacidade de entender o homem e a mulher como sendo modificados culturalmente, ou seja, como sujeitos sociais criados e, ao mesmo tempo, criadores de experiências cotidianas que os fazem, entre várias outras coisas, produzir uma canção, declamar um poema, pontilhar o seu violão e, acima de tudo, aproveitar essa produção e esse aprendizado, incorporando-os aos seus vários conhecimentos para enfrentá-los.

Ao pensar a cultura como essa capacidade de criar significados e de classificá-los, é que se pode compreender a presença desses trabalhadores na Folia de Reis, na procissão de Guarinos e de Trindade, nos vários momentos do mutirão, da traição, do convívio nas festas, na composição musical que trata de um enfrentamento, e também na criação de outros marcos simbólicos, como um crucifixo em suas casas, feito de madeira do cerrado, além de outros símbolos que foram sendo apropriados em vários momentos de interação social de suas vidas. Nesse processo de construção cultural é que foram apreendidas informações e vivenciadas experiências que se tornaram fundamentais para preparar sua atuação neste ou naquele movimento. É também nesse processo que são instituídos elementos mobilizadores para suas ações de reivindicação política: ocupar a terra, cobrar do patrão seus direitos, ocupar a Prefeitura Municipal de Itapuranga ou acampar em frente à sede do Instituto Nacional de Assistência e Previdência Social (Inamps) em Goiânia.

Assim, mais do que apenas seres sociais, os trabalhadores rurais são seres que produzem cultura, na sua capacidade de se relacionar com os grupos vizinhos e com seus companheiros, de aprender e ensinar por meio de conversas no cotidiano e no trabalho, de enfrentar as divergências sociais, sempre usando os conhecimentos e vivências já experimentadas como suporte para seu engajamento em novas ações de mobilização.

1.4 HISTÓRIA E COTIDIANO: APROXIMAÇÃO POSSÍVEL

Ao pensar a história e a cultura como campo de possibilidades no trabalho do pesquisador, entendo que esses aspectos devem ser vistos no cotidiano das relações entre as pessoas, pois é nesse processo que elas inventam e re-inventam saídas, numa espécie de bricolagem entre o que se pensa e o que se vive. E esse cotidiano não pode ser

entendido apenas como imposto, através de poderes constituídos, mas como capaz de instituir significados, de tentar moldar a vida e seus valores, num processo em que aparecem os vários exemplos de resistência.

O cotidiano que busco captar aqui é aquele de experiências, ou seja, aquele em que, segundo Thompson (1981), os seres humanos são moldados pelos próprios valores que eles criam e recriam. Esse cotidiano, conforme assevera Heller (2000, p. 17),

é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade [...] com todos os seus sentidos, todas suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias.

Assim, cabe reconhecer que é neste cotidiano que aparece a capacidade dos seres humanos de realizarem atividades voltadas para o coletivo, em que atuam produzindo semelhanças e diferenças a partir de suas experiências.

É neste cotidiano que encontrei pessoas capazes de se expressar via sua sabedoria poética, como Zé Lemes, com o poema “Escola do Laranjal”; Romário, com “Prédio de Amor”; Pedro e Onofre, com a “Solidão dos Lavradores”, poemas que serão incorporados no desenvolvimento desta análise.

É também nesse cotidiano que encontrei algumas famílias capazes de pensar e de produzir uma escola de educação popular, criação e invenção dos desejos e esperanças deste cotidiano, da crença de que o aprendizado diferenciado daquela escola serviria para minimizar uma série de problemas em suas vidas.

A vida cotidiana assim considerada é, segundo Heller (2000, p. 18),

em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação.

Assim, esse cotidiano não pode ser entendido como limitado ao que é produzido e projetado nas assembléias diocesanas, na movimentação do sindicato e do

partido, mas como capaz de abarcar outras práticas da vida destes sujeitos sociais. Essa cotidianidade estava, então, permeada pela vida e tradição dentro e fora da igreja e sindicato, embora não se possa descartar a efetividade das ações desenvolvidas por meio dessas instituições. É o que confirma Ivo Poletto quando, ao comentar os trabalhos desenvolvidos pela Diocese de Goiás, reconhece que a Diocese

não deixou de ter o cuidado e criatividade em relação aos meios que possibilitavam a participação e o crescimento nesta prática democrática. Houve muita atividade de dinâmica de grupos, estimulando os participantes a assumirem sua palavra como a arma principal de sua libertação. Foi isso que tornou possível que este tenha sido reconhecidamente um tempo de geração de novas lideranças, que tornou possível o nascimento de novas formas de organização popular, algumas delas a partir da superação das contradições das velhas organizações. (Entrevista, outubro de 1994)

Assim, considero que o cotidiano evidencia-se na vida destes sujeitos sociais como *arte de fazer*, como pensava Certeau (2001). Arte de fazer que (des)vela espaços da casa, do quintal, da roça, do mutirão, das reuniões, e que se expressa na forma de ações construídas historicamente no dia-a-dia, capazes de levá-los a refletir sobre sua vida e a criar mecanismos novos neste fazer-se.

Essa percepção está presente em vários depoimentos, como o de D. Preta, ao afirmar que a terra em que viviam há muitos anos era deles, que Fiote Caiado não tinha direito a nenhum palmo de terra ali, mesmo porque nesse lugar foi seu pai, Manoel Lopes, que edificou a casa, construiu o chiqueiro, plantou os alimentos que tinham dado condição de criar todos os seus filhos. Em sua narrativa, ela menciona várias experiências cotidianas de resistência, que empreenderam para fazer frente às tentativas de retirada de sua terra.

Essas ações de resistência foram certamente marcadas por muitas discontinuidades. Em um ambiente de prevalência da interlocução católica, encontrei, por exemplo, o Sr. Dorvalino José, que, embora membro da Igreja Assembléia de Deus, atuava nos embates em Itapuranga, reunindo-se regularmente com os padres Ivo Poletto e Isaac Spinele, e também com o bispo da Diocese de Goiás, Dom Tomás Balduino.

Mesmo diante de ameaças de expulsão, quando o Pastor da Assembléia de Deus, Justo de Melo, resolveu pedir ao Sr. Dorvalino, então presidente do STRI, que deixasse de se envolver com os problemas de seus pares, ele respondeu categoricamente

que não a deixaria, mesmo porque precisava enfrentar a necessidade de subsistência de seus filhos e família, diferentemente do que ocorria na vida do pastor desta igreja, que não lidava com essas dificuldades.

Assim, percebem-se nuances especiais na atuação desses trabalhadores rurais, que se apropriaram das experiências produzidas, quer com as ações possibilitadas nos projetos da igreja e do sindicato quer com inúmeras atividades inventadas por eles fora da área de influência destes grupos de mediadores.

1.5 QUEM TE CONHECE TE REVÊ

Julgo importante ainda, para clarear os caminhos adotados neste trabalho, mostrar por que estou usando a categoria trabalhadores rurais, para me referir a estes sujeitos sociais em Itapuranga, no período de 1956-1990. Como já salientei, muitas das inquietações acerca do objeto em questão foram fruto de um longo processo de debate acerca destes atores sociais, e da análise de várias experiências e mobilizações que desenvolveram estes homens e mulheres nos seus embates no campo.

Como pude constatar nas inúmeras fontes, jornais, panfletos, registros iconográficos e trabalhos acadêmicos, a história destes atores sociais marca a história da região de Itapuranga. Ela é fruto de um processo de intensa organização e reivindicação pelos direitos que lhes eram negados, não sendo raro, ainda hoje, encontrar muitos destes atores sociais dando continuidade a essas experiências, tanto nesta região, quanto em outras municipalidades do Estado de Goiás. Como atores sociais experimentados, envolvem-se nos embates pela terra, como membros de acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como interlocutores junto à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e também como participantes do Movimento de Luta dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MLST), dentre outros.

Com as fontes levantadas e sua posterior problematização, algumas questões foram surgindo: como se processou o envolvimento desses trabalhadores rurais nas várias experiências e projetos da Igreja da Libertação e também do STRI? Quais foram as outras experiências de organização dos trabalhadores rurais produzidas fora dos

projetos da Igreja Católica e do STRI? Como relacionar as experiências da Sociedade da Vaca, Associação do Adubo, Escola Popular do Laranjal I e Associação das Comunidades de Baixa Renda nesta trajetória em Itapuranga? Por último, por que tais atividades não foram lembradas por alguns membros da militância sindical e líderes religiosos e, em alguns casos, nem mesmo, pelos próprios trabalhadores rurais por mim entrevistados?

Como já afirmei, esta pesquisa não quer negar a participação e o papel de membros da Igreja Católica e do STRI nos movimentos pela terra observados em Itapuranga. Pelo que foi dito e escrito até o presente momento, penso ter deixado claro que não nego essa capacidade de ação, nem tampouco estabeleço uma dicotomização maniqueísta, ao pensar no papel de tais entidades. Todavia, reporto necessário, quando estou tentando reconstituir essa trajetória histórica, falar da Associação dos Lavradores do Xixá, criada em 1956, de ações de questionamento da ordem estabelecida realizadas por Dorvalino José, contra alguns patrões, no final da década de 1960, fatos anteriores à fundação do STRI, que só ocorreu em 1972.

Quando essas indagações e perguntas foram sendo estabelecidas no decorrer da pesquisa, fui percebendo que deveria incluir vários projetos de ação na configuração desta história. A importância dessa atuação cotidiana para o enfrentamento das injustiças foi sendo evidenciadas no decorrer do trabalho. É o que confirma Ivo Poletto, em entrevista, realizada em 1994, quando menciona que na Igreja da Libertação

as decisões dos participantes não se limitavam à dimensão religiosa da vida. Era tão importante encontrar formas mais participativas de rezar e celebrar quanto encontrar formas de reagir às injustiças, de organizar-se como categoria, de criar iniciativas concretas para melhora de vida. Aliás, as celebrações adquiriram mais vibração e significado na medida em que vivenciavam a presença libertadora de Deus nos acontecimentos de libertação que marcavam a vida concreta.

Todavia, para estes grupos de mediação era essencial mostrar o papel e relevância de sua atuação para o fortalecimento dos projetos dos trabalhadores rurais. Talvez por essa razão, nas lembranças de alguns destes atores sociais, estão ainda muito presentes histórias que enfatizam a participação dessas instituições, ocultando outras organizações que também se fizeram presentes nesse processo de “reagir às injustiças”.

Muitas destas organizações que não faziam parte do processo e das estratégias lideradas pela igreja e sindicato foram sendo tratadas como dissidências dentro do movimento, o que fez com que muitas delas procurassem formas de apropriar-se destas experiências mais visíveis, criando mecanismos próprios para incorporá-las em seus projetos.

Enfim, a tese que aqui pretendo sustentar é de que a organização e a busca pelos direitos dos trabalhadores rurais em Itapuranga não surgem nem se consolidam somente nos espaços da Igreja e do sindicato, mas é fruto de um processo histórico que tem seu ancoradouro na década de 1950. Outros projetos organizativos foram sendo produzidos paralelamente, tecidos com os sonhos, desejos adquiridos nas assembleias da Igreja e do sindicato, mas reatualizados e reinventados no interior de grupos de menor amplitude, em especial no âmbito da troca com os vizinhos.

Uma leitura mais ampla deste processo histórico e das experiências que foram sendo ocultadas – tanto pela direção sindical quanto por alguns líderes religiosos – e também sendo silenciadas nas lembranças de alguns destes sujeitos sociais é essencial para se conhecer outros projetos dessa organização, que foram elementos importantes da trajetória dos trabalhadores rurais em Itapuranga.

Portanto, a Feira do Produtor, a Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga, a Associação Popular de Saúde e as 15 Associações de Pequenos Agricultores existentes no município de Itapuranga são frutos deste passado que tento reconstituir.

Essas são algumas das questões que foram sendo formuladas e consideradas essenciais para que eu pudesse prosseguir neste caminho de debater os temas delimitados por meio das histórias que foram lembradas, silenciadas e ocultadas sem nenhuma pretensão de comprová-las, já que isso seria mesmo impossível. Daí, é possível que eu possa “decepcionar aqueles praticantes que supõem que tudo o que é necessário saber sobre a história pode ser construído a partir de um aparelho mecânico conceptual” (Thompson, 1998, p. 185).

1.6 FONTES E FATOS

Para que eu pudesse conseguir alcançar os objetivos desta pesquisa recorri aos arquivos da Diocese de Goiás e do STRI, onde foram encontrados panfletos, recortes de jornais, fotos e publicações institucionais. Recorri também a fontes orais, ouvindo estes homens e mulheres, em momentos de interlocução em que pude tentar perceber lembranças, silêncios e esquecimentos presentes em suas narrativas, problematizados posteriormente na medida em que avançava neste estudo.

Nesse sentido, gostaria de registrar que, quando falo de fontes, não estou de forma alguma propondo uma hierarquização de fontes mais ou menos importantes, nem tampouco concordando com os que dizem que a história oral pode nos colocar mais próximos da verdade. Todos os documentos levantados foram fundamentais para o meu trabalho e, na medida do possível, tentei utilizá-los, com a clarividência de que a oralidade não é nem mais nem menos importante que os documentos escritos a que tive acesso no sindicato, na Igreja ou mesmo nas coleções poéticas de Zé Lemes, Romário, Pedro e Onofre. Em conjunto formam o *corpus* documental deste projeto, em que a análise se vale ora das narrativas orais, ora dos documentos produzidos nestas instituições.

Neste balanço das fontes produzidas por aqueles agentes mediadores, torna-se essencial lembrar que meu acervo foi construído ao longo da minha pesquisa de mestrado, momento em que tive acesso a muitas delas, mas em que não lograva ainda entender os silêncios, as omissões e as intenções com que foram produzidas estas fontes, naquele momento. Na medida em que retomei a análise desses documentos algumas inquietações me foram sendo suscitadas. Passei então a um intenso e profícuo diálogo com tais documentos, recusando-me a aceitá-los de forma passiva, por reconhecer que foram produzidos sempre com alguma intencionalidade. Encontrei em alguns documentos registros explícitos da intenção de valorizar o papel da Igreja e do sindicato. Em uma publicação da Comissão Pastoral da Terra que tratou, em setembro de 1980, das famílias da Fazenda Córrego da Onça, enuncia-se com clareza que o movimento tomou nova direção após esses apoios: “agora, porém, de olhos mais abertos, com o apoio e ajuda do Sindicato e da Igreja, melhoraram a sua organização na defesa de seus direitos, e estão bem decididos a ir em frente até conseguirem a desapropriação das terras e a garantia das posses.”

A Diocese de Goiás conserva um arquivo com uma grande quantidade de publicações que foram elaboradas naqueles tempos e que dizem muito do seu papel frente aos trabalhos pastorais. Esse arquivo registra muito das mobilizações dos trabalhadores rurais, sob a liderança desta instituição.

Como se sabe, a Diocese de Goiás, desde o início do bispado de Dom Tomás Balduino, em 1967, procurava registrar o envolvimento da igreja com estes movimentos sociais, imprimindo o *Boletim Diocesano* e o jornal *Caminhada*, ambos fundamentais para o conhecimento da construção do projeto da Igreja Católica na sua tentativa de “ir ao encontro das pessoas nas roças e nas periferias da cidade, convidando-as a participarem de encontros que tinham como objetivo abrir a igreja local aos marginalizados pela sociedade e pela igreja” (Poletto, entrevista de 1994).

Além dessas duas publicações regulares, havia uma série de panfletos mimeografados, produzidos nas paróquias e distribuídos nas reuniões, assembleias e cursos de formação. Todos esses registros compõem a história do trabalho desta Diocese que, a partir de uma pesquisa solicitada em 1970, constata que o trabalhador era o principal atingido pela exploração do capital. Para Pessoa (1999b, p. 105)

A pesquisa foi sugerida na terceira assembleia, dentro da discussão do tema “Promoção Humana”, na quarta já apresentaram seus resultados. A quarta assembleia incorporou CEBs nos decretos diocesanos e dela decorreram também dois outros projetos: Projetos de Educação da Comunidade e criação da Escola de Pastoral. Para a execução desses projetos, o bispo convidou vários “agentes de pastoral” de fora, especialmente uma equipe de Caxias do Sul – RS, composta de uma dezena de pessoas entre padres, religiosos e leigos, com a passagem pelo COM – Centro de Orientação Missionária – de Caxias do Sul.

Outras fontes importantes na produção desta pesquisa foram as publicações veiculadas em jornais de circulação no Estado de Goiás, que fizeram a cobertura jornalística regular de vários momentos dessa disputa, na Fazenda Córrego da Onça, nos enfrentamentos por saúde pública e pela criação do Hospital do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nos registros dos embates e greves de trabalhadores canavieiros. Tive acesso também a uma série de reportagens e matérias especiais do *Diário da Manhã*, *O Popular* e *Jornal Opção*, registros essenciais para a problematização de muitas das questões propostas nesta pesquisa.

Também foram utilizadas as publicações do STRI, tais como *O Lavrador* e *O Libertador*, que fizeram o registro de alguns enfrentamentos dos trabalhadores rurais, com ênfase para a Fazenda Córrego da Onça e para a constante consolidação do atendimento Hospitalar.

Há também muitos panfletos produzidos em mimeógrafos por essas organizações – a Associação das Comunidades de Baixa Renda (ACBR), Sociedade da Vaca, Associação do Adubo, e Projeto de Educação Popular da Fazenda Laranjal II – que apresentam referências a fatos e episódios não mencionados pelos trabalhadores rurais nas primeiras entrevistas.

Utilizei também os cadernos de exercícios e preparação das aulas para os trabalhadores da Fazenda Laranjal II, cedidos, gentilmente, pelos professores Sebastião Rafael Gontijo e Perpétua Maria Camargos Gontijo, além de alguns materiais cedidos por Nello Bononi. Todos eles contam um pouco desta história.

Para completar o acervo documental que tinha à disposição, tive a sorte de encontrar um material, que considero o achado arqueológico deste trabalho, que são os poemas e músicas de José Raulemar (Zé Lemes), além das composições de Pedro, Onofre e Romário. Essa produção serviu como fonte significativa para o conhecimento e a interpretação das muitas histórias destes homens e mulheres em Itapuranga. Sua análise é feita, sobretudo, nos capítulos III e IV desta tese.

Além dessas fontes, cuja localização exigiu um longo período de busca nas instituições e com as pessoas que estiveram ligadas ao movimento, não poderia deixar de mencionar os relatos orais, que se constituíram como peça importante neste constante diálogo entre o pesquisador, as fontes escritas e os entrevistados. O confronto extraído desse diálogo possibilitou-me entender os projetos que estavam em disputa dentro e fora das muitas experiências coletivas de trabalhadores rurais em Itapuranga.

Para recortar o universo de quem deveria entrevistar, procurei fazer uma seleção nominal de alguns homens e mulheres que estariam aptos a narrar e contar sua trajetória nas organizações em razão de sua participação efetiva nesses movimentos: pessoas que tiveram uma ligação direta com os trabalhos pastorais da Igreja Católica e da liderança sindical; alguns que pudessem contar um pouco das experiências produzidas fora destes ambientes.

Em geral são pessoas com mais de 50 anos de idade, com experiência de liderança em suas comunidades rurais, com intensa participação nos projetos da Igreja Católica, tais como João Benfica, Perpétua Maria Gontijo, Maria Pereira, Zilda Menezes,

Dorvalino José, Divino Magalhães, Olício Garcia, dentre outros; ou pessoas que não tinham liderança nestas instituições, como é o caso de D. Preta, D. Maria e D. Santana, da Fazenda Córrego da Onça, e de Raimundo e Maria das Graças, do Assentamento Lagoa Grande.

Procurou-se ouvir sempre as mulheres que participaram destes embates, mesmo porque, como se sabe, as mulheres só começaram a se filiar ao STRI a partir de meados da década de 1980. Até então, elas participavam das reuniões, sem ter o direito a voz e voto. A hegemonia masculina foi quebrada com a eleição de Maria Pereira dos Santos (Augusta) para a presidência do STRI em 1990.

Saliente-se que, muitos desses entrevistados vivem ainda no meio rural, no município de Itapuranga ou em outros municípios vizinhos, próximos a esta região. Certamente não tive a pretensão de ouvir a todos os atores de importância com a mesma ênfase e o mesmo rigor, esperando com isso, chegar mais próximo da verdade. Priorizei alguns destes potenciais narradores, tais como José Augusto Caixeta, Idimar Garcia, João Justino Pereira (Joãozão), Divino Ribeiro Magalhães (Fibrião), Zilda Menezes da Costa, José Raulemar (Zé Lemes), Antônio Tavares, Claudion Mendes, Ivo Poletto.

Embora a história oral tenha se tornado um dos recursos metodológicos indispensáveis ao pesquisador, principalmente para historiadores, é evidente que nem todos são partícipes desta visão. Alguns temem sua utilização conforme mostra Portelli (1997, p. 26): “parece se temer uma vez abertos os portões da oralidade, que a escrita (e a racionalidade junto com ela) será varrida como que por uma massa espontânea incontrolável de fluidos, material amorfo”. Mas, apesar desses receios, através da atuação de inúmeros pesquisadores, a oralidade se consolida hoje como um instrumental a ser utilizado nos casos específicos de temas que possam ser favorecidos por essa contribuição. Segundo alguns autores, como Portelli (1997, p. 32), “não há falsas fontes orais”.

Cabe lembrar ainda que existem muitos desafios a ser enfrentados no trabalho de pesquisa com a oralidade, como nos mostra Ferreira (2001, p. 165) ao afirmar:

existem muitas divergências, até mesmo de fundo, sobre o que é a história oral, sobre como deve ser feita a história oral, mas [...] isso não pode ser um impedimento ao entendimento entre aqueles que trabalham com história oral. Essas divergências nunca se transformaram em conflitos que tivessem impedido o desdobramento, o avanço do movimento da história oral no Brasil. Muitas pessoas aqui em Istanbul têm me perguntado por que a história oral assumiu uma dimensão tão significativa no Brasil. Acho que, além das

características do país, além de termos no Brasil uma rede de financiamento institucional que nos ajuda a realizar encontros, o motivo principal é essa relação que foi criada entre as pessoas e entre as diferentes regiões do país.

Atento ao debate que os teóricos e pesquisadores têm desenvolvido sobre o papel da história oral como instrumento para suas pesquisas, é que fui definindo o modo de trabalhar esta metodologia, de modo a conseguir elaborar os diálogos e as problematizações, necessárias à construção de um caminho consistente para esta pesquisa.

Assim, no meu trabalho, tomo a história oral como capaz de ampliar fontes para a discussão dos envolvimento destes sujeitos sociais em muitas das experiências na região de Itapuranga. Por outro lado, considero também a força da entrevista na redefinição de hipóteses e de caminhos, concordando com Vilanova (2001, p. 149), quando afirma:

na entrevista, o que é extraordinário, é que é um jogo a dois, e se algo não transforma a um e a outro, é que a entrevista não teve a densidade que precisa, por isto é mais jornalística. Creio que, na fonte oral, as entrevistas que fazemos nos transformam e transformam o outro, porque você está chegando a portos novos, fazendo um autêntico descobrimento. É uma porta insólita que de pronto se abre e você diz o que não havia dito nunca, é fabuloso.

Ou seja, ao fazer as entrevistas fui modificando meu olhar acerca de determinados temas associados aos trabalhadores rurais ou das organizações produzidas por eles em Itapuranga. A oralidade teve um papel importante na construção desta análise, pois, como afirma Camargo, muitas das conclusões se constituíram a partir de caminhos apontados nas entrevistas.

o mínimo que podemos dizer é que a História Oral é uma fonte, um documento, uma entrevista gravada que podemos usar da mesma maneira que usamos uma notícia de jornal, ou uma referência em um arquivo, em uma carta. (Camargo, 1994, p. 78)

As lacunas e quebras nas entrevistas feitas ao longo desta pesquisa se explicam por questões associadas com a capacidade de narrar, já que as “fontes históricas orais são fontes narrativas” (Portelli, 1997, p. 29). Os problemas envolvidos na produção dessa narrativa remetem ao que Benjamin discute sobre o narrador, quando afirma que as pessoas entrevistadas falam de si, como um processo de experiências produzidas no seu fazer. Seu passado é retomado sempre em suas falas para contar o que viveram ou mesmo o que ainda vivem. Ainda segundo Benjamin (1994, p. 198), “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos.”

Sobre os sentimentos e percepções acumulados ao longo do meu caminho de pesquisa, posso afirmar, concordando com Bosi (1994, p. 38), que

nesta pesquisa fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças.

Em vários momentos do trabalho com as narrativas orais, ficou claro que estes sujeitos às vezes se lembram de detalhes que não encontramos nos documentos produzidos pelo STRI e pela Diocese de Goiás. Como me contou João Venâncio, liderança dos posseiros da Fazenda Córrego da Onça, ao ser entrevistado por mim, narrando desta forma, este episódio:

a luta foi difícil, o fazendeiro fazia perseguições e pressão para que nós abandonasse a terra; chegando a ir em minha casa com vários capangas como forma de intimidar. A terra não foi conseguida de graça, pois tivemos que pagar uma indenização para o Estado. Acreditamos que é por isso que o Estado resolveu dar o título de posse para nós.

Por outro lado em vários momentos registraram-se omissões de fatos que em tese deveriam ser lembrados, por esquecimento ou por silenciamento voluntário.

De todo modo, a oralidade possibilitou ampliar o conhecimento dos projetos que estavam em curso nas organizações e dos embates empreendidos por estes sujeitos sociais. O resultado final obtido me leva a reconhecer que “de fato a história está nisso, ainda que não seja senão isto: o lugar privilegiado onde o olhar se inquieta” (Certeau apud Mello, 2002, p. 40).

CAPÍTULO II

TRABALHADORES RURAIS: NARRATIVAS DA HISTÓRIA DE GOIÁS

Carreiro, carro e boiada,
Canga de jacarandá
Na guampa do boi de carro
O dono vai pegar
Guarda o carro na varanda
Deixa o carreiro molhar
Mais vela o carro de boi
De quem vai carrear.
(Moreira, 2001, p. 71))

Depois de apresentar os caminhos teóricos utilizados neste trabalho, pretendo abordar algumas narrativas sobre a história de Goiás e destacar não só como elas retrataram o cenário, mas também como relataram os dramas vividos pelos trabalhadores rurais. Isto sem qualquer intenção de reescrever a história agrária de Goiás. Minha proposta é a de apropriar-me dos caminhos já percorridos pelos trabalhos historiográficos, literários e sociológicos para poder compreender como esses sujeitos sociais foram capazes de opor resistência ao universo de poder representado pelos grandes proprietários de terra. Nessa discussão tento também encontrar pontos de convergência e divergência entre os discursos dos trabalhadores rurais e os dos pesquisadores e literatos.

A história de Goiás tem sido analisada sob os vieses dos ciclos econômicos e da decadência, nos quais se privilegia a economia de determinado período. Segundo essa visão, uma atividade que configura um ciclo econômico pode explicar todo o processo histórico. É o caso, por exemplo, do fim da mineração, que teria sido responsável pelo panorama de desolação e pobreza em que vivia uma sociedade inculta e submissa ao poder de um coronel. Essa visão está registrada nas obras de Palacín & Moraes (1989), Campos (1987), Vasconcellos (1991) e Borges (1990).

A visão de decadência contida nos escritos dos viajantes estrangeiros, ao longo do século XIX, também desenhou a imagem de um Goiás eminentemente rural,

habitado, no período do declínio da mineração, por pessoas incultas, ociosas e incapazes de se imporem diante da ordem estabelecida. Para Pohl (apud Palacín, Garcia e Amado, 1995, p. 110), a

maior parte da Capitania de Goiás encontra-se inculta e, por isso, é improdutiva, achando-se entregue às tribos de índios selvagens e aos animais bravios. [...] O nosso trigo dá bem em Cavalcante. Se os moradores não fossem avessos ao trabalho, a cana-de-açúcar daria aqui muito mais resultado.

Parece-me que nenhuma história era digna de registro naquele estado de desolação e de poucos recursos, com habitações em situação lastimável e com a produção de alimentos unicamente destinada ao consumo familiar, uma vez que não havia compradores em potencial. A decadência por que passou Goiás após o fim do ciclo minerador “vai facilitar o controle e a subordinação política da população goiana” (Campos, 1987, p. 37).

Após 1930, essa visão acerca da decadência econômica será o fator fundamental para o fortalecimento do discurso da modernidade apropriado por Pedro Ludovico Teixeira.

Esse discurso defendia o máximo de empenho para reverter o quadro de pobreza, a destituição do poder de mando dos coronéis e o povoamento dos espaços vazios. O projeto de mudanças visava difundir a idéia de progresso e inserir Goiás nos quadros da economia brasileira.

Com a ascensão de Pedro Ludovico ao poder, no momento em que Getúlio Vargas implementava a Marcha para o Oeste, reforçava-se, segundo Pessoa (1999a, p. 47), a idéia de que Goiás deveria ser “incorporado ao processo produtivo nacional como fornecedor de gêneros alimentícios e matérias-primas, e principalmente, como absorvedor dos excedentes populacionais de outras regiões do país”.

Todo esse processo de modernização, ensaiado a partir de 1930, constava de um projeto maior: o de expansão do capitalismo. Com o propósito de materializar essas idéias, Pedro Ludovico viabilizou a construção de Goiânia, que deveria ser o símbolo das mudanças necessárias para inserir Goiás no projeto de expansão estabelecido para o Oeste brasileiro. De acordo com Chaul (1997, p. 177),

a partir de 1930, há uma incorporação cada vez maior de Goiás ao mercado capitalista, ampliando sua fronteira agrícola, crescendo e mecanizando a agricultura, acelerando seus níveis de produção e

exportação e dinamizando seu setor industrial e comercial. Esse desenvolvimento, processado na Primeira República, é apresentado ideologicamente, pelos artífices da Revolução de 30, como se fosse fruto único e exclusivo do movimento.

Com base nessas afirmações, fica claro que nem mesmo a implementação das mudanças conseguiu destruir a estrutura agrária historicamente constituída, pois se mantiveram tanto o poder de mando dos proprietários rurais quanto a condição de vida da maioria da população rural em Goiás. Diante disso, agravaram-se os problemas enfrentados pelos sujeitos sociais que são objeto deste estudo.

O cotidiano desses sujeitos sociais foi sendo modificado em nome do projeto de modernização e, com a chegada de trabalhadores rurais vindos de outros estados, principalmente de Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Norte, a divisão de espaços acentuou, ainda mais, os velhos e contínuos problemas ligados à terra. Com o processo migratório, as terras, que já não eram socializadas para os que aqui estavam, tornaram-se mais difíceis e escassas para os que migraram para Goiás.

Desse modo, a Marcha para o Oeste tornou ainda mais evidente as contradições pela posse da terra, a violência do patrão contra os seus agregados, meeiros e, acima de tudo, a pressão sobre os pequenos proprietários de terras, cujas áreas foram cercadas por latifundiários. Nesse contexto histórico surgiu o processo de grilagem das terras, em que muitos dos posseiros foram pressionados a abandonar terras em razão de documentos falsificados por latifundiários. Isto sem falar nas práticas de remoção das cercas para dentro de suas propriedades.

Assim, os espaços vazios foram sendo ocupados pelos grandes proprietários de terra, com base nos preceitos da Lei de Terras de 1850, que estabelecia que as terras devolutas deveriam ser ocupadas mediante pagamento feito ao estado. Segundo Alencar (1993, p. 37),

o sistema de venda em hasta pública favorecia declaradamente as pessoas que oferecessem mais dinheiro pela terra, em detrimento, inclusive, dos que a ocupassem efetivamente. Assim, ao estabelecer as prioridades na compra da terra, a lei privilegiava “o que oferecer maior lance em dinheiro”; só depois deste é que via “o que tiver cultura no terreno exposto à venda”.

Se a expropriação e a violência já eram constantes para muitos daqueles que aqui viviam, com o processo de intensificação do processo de migração para Goiás, tal

realidade só aumentou. A relação entre o proprietário das terras e os seus agregados era sempre mantida através de um pacto verbal que se estabelecia entre as partes, através do qual o não-cumprimento, por parte do segundo, resultava em punições, violências e expropriação da terra, mesmo antes de fazer a sua colheita. Essas ocorrências são temas de contos de uma coletânea organizada por Denófrio & Silva (1993), que me levaram a entender os conflitos por que passaram os trabalhadores rurais, quer na condição de agregados, meeiros, quer de pequenos sitiantes. Após a década de 1940, houve alterações sociais, políticas e culturais, não no sentido de romper com o passado, mas de aprofundar ainda mais os problemas relacionados à questão da terra.

No conto “A enxada”, de Bernardo Élis, o personagem principal, Piano, tenta cumprir um acordo feito com o seu patrão para o plantio de uma roça, mas não dispunha do principal instrumento para fazer a limpeza do terreno e cobrir sementes: uma enxada. Como seu patrão havia estabelecido um prazo para que o roçado fosse semeado, só lhe restou a única opção de cultivar o terreno com as unhas e fazer a plantação com as suas próprias mãos.

Além desse contexto de violência que culminou com a morte de Piano, assassinado por capangas em nome do coronel Elpídio Chaveiro, essa narrativa reproduz como eram feitos esses acordos e como tais trabalhadores ficavam reféns deles. Assim, Bernardo Élis narra que, sob o sol escaldante do mês de janeiro, a injustiça praticada pelo latifundiário em relação ao seu peão, Piano, obrigando-o a aceitar a proposta de plantio do arroz:

Mas podia Piano lá aceitar? Obra de cinco anos, Piano pegou um empreito de quintal de café com o delegado. Tempo ruim, doença da mulher, estatuto do contrato muito destrangolado, vai o camarada não pode cumprir o escrito e ficou devendo um conto de reis para o delegado. Ao depois vieram os negócios de Capitão Benedito com João Brandão, a respeito do tal peixe de ouro de Sá Donana, e no fritar dos ovos acabou Supriano entregue a Elpídio, pelo delegado, para pagamento da dívida. Com ele, foram a mulher entrevada das pernas e o filho idiota, que vieram para a Forquilha, terras pertencentes a Desidéria e Manuel do Carmo, mas que o filho de Donana comprou ao Estado como terra devoluta. Supriano devia trabalhar até o fim da dívida. (Élis, apud Denófrio e Silva, 1993, p. 92)

A vida no campo e as relações entre proprietários e agregados, bem como entre vizinhos, são temas de contos de Pedro Gomes (“Esperteza de caipira”), de Bariani

Ortêncio (“Paciência de goiano” e “Primeira segunda-feira de agosto”) de Hugo de C. Ramos (“Ninho de periquitos”), textos selecionados por Denófrio e Silva (1993). O cenário do mundo rural faz-se presente nas interpretações desses autores, tornando-se um material por meio do qual se evidenciam não só as disputas por terra e a violência, mas também a crença e religiosidade desses homens e mulheres que viviam no campo. Todo esse cenário sofreu grandes modificações com o projeto e o processo migratório implementados pelas medidas do governo Vargas e de Pedro Ludovico. Mas, mesmo acentuando as disputas pela terra em Goiás, os trabalhadores rurais passaram a se organizar, a criar associações, a resistir. Depois de 1950, surgem alguns mediadores nesse processo, como o Partido Comunista (PC) e alguns religiosos ligados à Igreja Católica.

2.1 CONTEXTO DESSA HISTÓRIA

Quando se centra a discussão nos trabalhadores rurais de Itapuranga, convém situar o município histórica e geograficamente. Segundo dados do IBGE, relativos ao ano de 2000, a população do município é eminentemente urbana (19.905); apenas 6.385 pessoas vivem no campo. Mesmo com o êxodo rural, que se acentuou na década de 1980, a região manteve-se ligada, do ponto de vista econômico, social e cultural, ao campo. Isso faz com que os trabalhadores rurais, com suas experiências e suas organizações, sejam parte importante da história desse município.

Localizado no Mato Grosso goiano, junto à região do Vale do São Patrício, o antigo povoado de Xixá – hoje Itapuranga – pode ser visto na Figura 2:

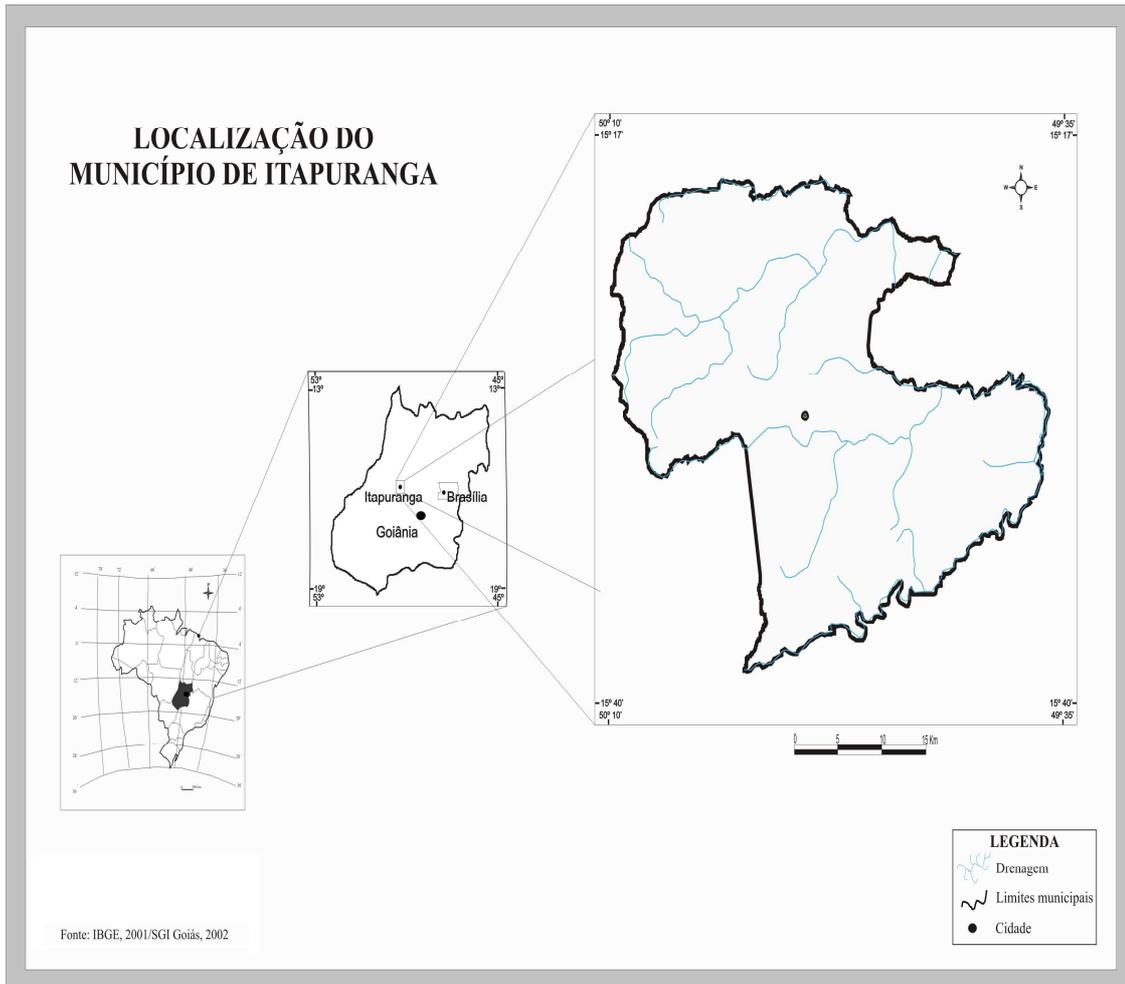


Figura 1: Localização do município de Itapuranga.
Fonte: IBGE, 2001/SEI Goiás, 2002.

O nome do antigo povoado é atribuído a um cognato da palavra “chichazeiro”, (grafada com ch), uma árvore muito encontrada na região e produtora de frutas comestíveis. No Livro do Tombo da Igreja Nossa Senhora de Fátima, Monsenhor Lincoln Monteiro relata assim a primeira missa celebrada no novo povoado de Xixá:

Em 1914, o Vigário requereu e adquiriu do Estado de Goiás para a Igreja uma gleba de 105 ha de campo e mão, à margem esquerda do Ribeirão Canastra. No mesmo ano, em data não identificada, o Vigário Frei Benevenuto Calazans celebrou a primeira missa no novo Patrimônio. O santo sacrifício foi oferecido a Deus, ao ar livre, à sombra de frondoso chichazeiro com a assistência da população vizinha. Daí a origem do nome primeiro que tomou a povoação e foi grafada Xixá.

Com a emancipação, em 6 de janeiro de 1953, o distrito de Xixá torna-se Itapuranga. Segundo Brandão (1986, p. 42),

nas primeiras fazendas de gado viviam e trabalhavam a família do proprietário e famílias de agregados. Mesmo depois da entrada das famílias migrantes como grupos de ocupação agrícola, as novas terras divididas das fazendas anteriores acolhiam, de uma só vez, várias famílias de uma mesma parentela, reunidas em torno e sob dependência da economia e do controle de uma delas, a do dono da propriedade.

A estrutura agrária do município se constituiu, assim, através do acolhimento de parentes em uma mesma propriedade, onde trabalhavam a meia, por arrendamento ou como agregado. Houve também na região o surgimento de pequenas e médias propriedades, o que pode ser atribuído ao fato de os pais costumarem dividir a fazenda que possuíam entre os filhos e também à ocupação de terras devolutas por famílias migrantes, principalmente na segunda metade da década de 1940. A Tabela 1 apresenta a estrutura agrária da região:

Tabela 1 – Estrutura Fundiária de Itapuranga – 1996

Dimensão (ha)	Número de propriedades	Hectare	%
Menos → 10	756	3.694,0	37,4
10 → 100	1.006	24.292,0	49,80
100 → 10.000	250	61.292,0	12,45
10.000 acima	01	22.144,0	0,05

Fonte: IBGE/CENSO/1996.

Os dados da tabela permitem outra análise: o fracionamento da propriedade não significou um acesso democrático à terra. Alencar (1993, p. 101) reforça essa hipótese:

O retalhamento da propriedade não significou a sua democratização. Ao contrário, é provável que estes pequenos produtores funcionassem como arrendatários, parceiros, camaradas, artesãos, etc., nas fazendas maiores, suprindo as necessidades de mão-de-obra dos latifúndios nas épocas de atividades mais intensas.

Cabe ressaltar que as dificuldades de acesso à terra, o não-cumprimento de contratos por parte dos fazendeiros e as ingerências dos patrões tornaram conflituoso o cotidiano dos trabalhadores rurais. Isto os levou a se organizarem, para poderem garantir seus direitos e melhorar suas condições de vida.

As múltiplas e cumulativas experiências advindas do cotidiano desses sujeitos sociais resultaram na criação de projetos alternativos, na contramão do desenvolvimento preconizado pelo capitalismo. Desse modo, homens e mulheres que viviam no campo, na região de Itapuranga, fundamentaram suas formas de mobilização na troca e na socialização das experiências passadas, de modo a manter acesa a chama da esperança em dias melhores.

2.2 “TUDO ESTAVA PREPARADO”¹²

Com a intensificação do fluxo migratório para Goiás, nas décadas de 1940 e 1950, desmistificou-se o discurso dos governos federal e estadual de que havia terra para quem quisesse trabalhar. Sentindo-se enganados pelos discursos oficiais e tendo seus acordos verbais desrespeitados, os trabalhadores reagiam e exacerbavam-se as situações de conflito.

Em meio ao discurso de progresso e de modernidade, o caso mais emblemático foi o da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). Segundo Carneiro (1988, p. 78), para efetivar o projeto da Colônia

o governo de Goiás, tendo à frente o interventor Pedro Ludovico Teixeira, efetivou a implementação de toda uma infra-estrutura básica para a ocupação do Estado. Após 1945, os sucessivos governos até 1964 seguiram essa mesma orientação com a finalidade de garantir o aperfeiçoamento da infra-estrutura, dando continuidade ao processo de ocupação.

O objetivo desse projeto hegemônico foi a “abertura de frentes fornecedoras de produtos alimentícios mais baratos para os centros urbanos emergentes e a contenção de conflitos sociais já verificados em outras regiões do país” (Pessoa, 1999a, p. 47).

¹² Retirado do poema “Cerrado e ecologia”, de Zé Lemes, de 1995.

Com o aumento populacional ocorrido na segunda metade da década de 1940, os problemas sociais no campo aumentaram. E, conseqüentemente, as resistências não tardaram em aparecer, recebendo, a partir de 1950, o apoio de alguns grupos que se intitularam mediadores, como é o caso do Partido Comunista (PC) e da Igreja Católica.

O *Manifesto de Agosto*, lançado pelo PC, defendia a implantação da reforma agrária. Isto levou a Igreja Católica a aproximar-se dos trabalhadores rurais, para tentar diminuir a influência comunista nas questões relativas ao campo. Para Martins (1990, p. 81),

essa coincidência de época, no posicionamento da história contemporânea do campesinato brasileiro, não pode deixar de ser notada quando se tem em conta que o despertar político dos camponeses brasileiros, teve em ambos uma força propulsora e, provavelmente, um limite.

Esse limite ficou claro nos posicionamentos da Igreja e do PC, visto que nenhum deles pretendia de início trabalhar com os movimentos sociais no campo. Tanto é que D. Inocêncio Engelke, bispo da Campanha, em Minas Gerais, afirmou ao término da 1ª Semana Ruralista: “Não percamos os rurais como fizemos com os urbanos” (Rodrigues, 1991, p. 81).

Assim, a própria tomada de decisão de entrar nos movimentos sociais do campo expressava mais uma tentativa de tutelar os trabalhadores rurais. Como não conheciam as questões pertinentes aos homens e mulheres do campo, passaram a tomar decisões cujos objetivos eram manter a estrutura agrária vigente, sem questioná-la.

Convém registrar que, em todos os movimentos que almejava a terra, a presença de entidades mediadoras só ocorreu quando os embates já estavam em curso. É o caso dos enfrentamentos dos trabalhadores rurais de Formoso e Trombas, que se iniciaram a partir de 1948, quando muitas famílias que procuravam terras na Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), já descrentes da possibilidade de se estabelecerem naquele projeto de distribuição de terra, continuaram sua busca pela terra prometida, na Fazenda da Onça, no município de Uruaçu.

As terras devolutas ao redor de Formoso e Trombas passaram a ser objeto de interesses diversos: de um lado, os trabalhadores rurais, e, de outro, os fazendeiros da região. Assim, Carneiro (1988, p. 95), confirma:

As terras devolutas circunvizinhas a Formoso e Trombas passam a ser visadas quer seja pelos grupos de migrantes quer pelos fazendeiros, com objetivos conflitantes e diversos, pois os primeiros desejavam a terra para dela tirarem a sua subsistência e os segundo a desejavam para dela tirarem o lucro e a renda da terra.

O conflito que se travou em Formoso e Trombas repercutiu não só em Goiás, mas em todo o Brasil, em razão de, ao longo desta trajetória, ter mostrado as contradições que permeavam o projeto de ocupação dos denominados espaços vazios. Toda essa trajetória naquela região foi marcada pelos desafios e dificuldades da tentativa de legalização das terras, que estavam improdutivas até a chegada das famílias.

Com isso, as famílias que haviam tomado posse daquelas terras uniram-se e criaram a Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas, com os seus vários Conselhos dos Córregos. Vale destacar o papel de José Porfírio como a maior liderança nos enfrentamentos contra o fazendeiro João dos Santos Soares e outros grileiros. Com o trabalho de Porfírio, obtiveram-se informações importantes nos cartórios da região, tais como a de que os fazendeiros que se diziam donos daquelas terras eram na verdade grileiros.

O movimento de Formoso e Trombas foi rechaçado pelo golpe militar de 1964, mas deixou um legado importante aos trabalhadores rurais em Goiás: a eleição de José Porfírio como deputado estadual, em 1960. Cassado alguns anos depois, seu nome consta até hoje da lista dos presos políticos desaparecidos no país. Apesar de tudo, essa serviu de inspiração para que outros movimentos pela terra eclodissem em Goiás e para que, em outras regiões do estado de Goiás, surgissem organizações de trabalhadores bastante semelhantes às Ligas Camponesas. Sobre a trajetória das ligas em Goiás, cabe lembrar a afirmação de Alves (2002, p. 57):

desde a década de 1940, as ligas passaram ao estado de Goiás, pelo Triângulo Mineiro. Os primeiros municípios goianos a organizarem suas ligas foram: Catalão, Nova Aurora, Urutaí, Pires do Rio, Orizona e Goianira. Com a entrada do Partido Comunista (PC) na ilegalidade, em 1947, Houve um processo de esfacelamento das ligas que, por isso, foram recebendo outras denominações.

Todos esses movimentos sociais no campo em Goiás revelam-me que os trabalhadores rurais sempre estiveram em constantes embates, intensificados com o processo de mediação da Igreja Católica e do PC e com o aumento do processo de migração. Após 1950, tais embates passaram a ter mais visibilidade.

2.3 A ASSOCIAÇÃO DOS LAVRADORES DO XIXÁ

Na busca de uma trilha para narrar o passado de mobilização e organização dos trabalhadores rurais, com foco na região de Itapuranga, abordo, neste tópico, a criação e consolidação da Associação dos Lavradores do Xixá (ALX), que, no meu entender, é uma tentativa de construção de uma Liga Camponesa na região.

Na tentativa de entender o passado a que me referi, através das análises e dos contextos históricos desses agentes sociais, pude perceber o trabalho de militância e o envolvimento nos vários projetos desenvolvidos pelos grupos mediadores – Igreja Católica e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga. Um passado marcado por mobilizações e ações. Bezerra (1979) forneceu-me algumas pistas sobre a trajetória da ALX, as quais, somadas às lembranças de alguns entrevistados, sustentaram a constituição da história daquela que pode ser considerada a primeira organização de trabalhadores rurais em Itapuranga.

De posse dessas informações, montei um mosaico e percebi que o objetivo de tal entidade derivava do contexto de forças históricas em que se inseria a vida desses sujeitos sociais. Toda a experiência deles era não só a de se tentar evitar a expulsão da terra, contra a violência e a truculência com que eram tratados por seus patrões, mas, acima de tudo, a de manter acesa a esperança de ter a terra que lhes havia sido prometida, por meio de discursos governamentais.

Em sua estada no Xixá, hoje Itapuranga, Bezerra (1979) narra o seu encontro com tal entidade, que vinha sendo sustentada por pedreiros, serventes, diaristas, meeiros e arrendatários, mesmo em um cenário de conflitos, com forte e intensa pressão por parte de fazendeiros e comerciantes.

A história da ALX tem uma relação direta com a origem das Ligas Camponesas em Goiás. E o que me chamou atenção é que a trajetória dessa entidade não

faz parte das lembranças de muitos dos interlocutores com que tive contato ao longo desta pesquisa. Existe, na verdade, silêncio acerca da ALX, fundada em 1956.

Ao procurar reconstituir tal trajetória histórica, por meio das entrevistas, encontrei duas pessoas que me deram informações sobre essa organização: Antonio Tavares e Claudion Mendes, ambos advogados. Claudion é irmão de um dos interlocutores e incentivador da ALX, Cláudio Mendes. Através das reminiscências deles, pude ter algumas informações sobre essa entidade, mas os trabalhadores rurais, quando indagados sobre a ALX, afirmaram sempre que a desconheciam.

Claudion Mendes contou que essa idéia de associação “não era vista com bons olhos pelos fazendeiros”, mesmo porque o que se discutia e se falava nas reuniões era relacionado à reforma agrária, à diminuição dos arrendos, à obtenção de mais terras para que pudesse plantar e à violência que imperava na relação patrão–empregado.

Ao tentar buscar mais informações e subsídios acerca da ALX, percebi que houve uma tentativa deliberada de apagar a história de militância e organização desses trabalhadores. Alguns entrevistados foram categóricos em afirmar que, quando da instalação da ditadura militar, em 1964, os fazendeiros e comerciantes aconselharam as lideranças daquela entidade a interromper suas atividades e a jogar fora todos os documentos que pudessem fazer menção a ela. Nem mesmo as instituições que passaram a apoiar a organização dos trabalhadores após 1967, como a Diocese de Goiás, a Igreja Católica de Itapuranga e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, conservam qualquer registro sobre a ALX.

Diante desses silêncios e esquecimentos, fui fazendo algumas conexões que me deram alguns caminhos e pistas para estudar tal entidade. No que se refere aos seus fundadores, descobri que participavam da ALX tanto trabalhadores que viviam no campo quanto na cidade.

Outro aspecto importante é compreender a ALX como uma tentativa de construção de uma Liga Camponesa. Segundo informações obtidas pessoalmente, Cláudio Mendes, estudante do curso de Odontologia no Rio de Janeiro, teria tido conhecimento das diretrizes do PC, principalmente da perspectiva de Francisco Julião. Esse líder camponês considerava necessário ajudar na organização do trabalhador rural, por meio da criação das Ligas Camponesas.

Conhecedor das características socioeconômica e das relações sociais predominantes em Itapuranga, Cláudio veio do Rio de Janeiro para ajudar a fundar uma entidade, cuja função era questionar a falta de terra e contra a exploração dos patrões.

Para tal, reuniu um grupo de interessados que, em assembléia, aprova a criação da ALX, em 1956.

Um outro registro importante sobre a associação, é o de Bezerra (1979), por meio da qual se pode fazer um balanço de tal instituição. A presença desse membro do PC em Itapuranga mexeu com os interesses dos fazendeiros, políticos e comerciantes, uma vez que ele deixa clara a sua intenção de fortalecer o papel da entidade, levando-a a enfrentar a opressão imposta por aqueles que se consideravam donos do poder. Bezerra, em seu texto, deixou patente que a sua estada em Itapuranga estava relacionada com a campanha, desenvolvida em todo o estado, para o recolhimento de assinaturas como forma de combater a opressão dos países capitalistas sobre aqueles de linha socialista, no leste europeu. Daí, ele não poderia se furtar em ajudar, com sua militância, na organização do que ele denominou “camponeses em Goiás”. Sobre sua visita a Itapuranga, Bezerra (1979, p. 96) esclarece:

Em Xixá, com a ajuda do jovem dentista Cláudio, filho de um admirador de Prestes, colhi numerosas assinaturas de camponeses pobres, mas fui mal acolhido pelos fazendeiros e pelos comerciantes. Consegui ajudar a fazer com que uma antiga associação mista de operários e camponeses se reorganizasse, mas pouco depois o novo presidente da associação, pressionado pelos ricos e poderosos, me comunicou que ia renunciar.

No entanto, a ALX não nasceu com a vinda de Gregório Bezerra à região de Itapuranga, pois era fruto de uma construção anterior, motivada por outros interlocutores e pela própria necessidade desses sujeitos sociais que a ela se associaram. Assim, a procura de Itapuranga por esse membro do PC foi motivada por informações que já haviam sido repassadas a ele por alguns de seus pares, sobre a mobilização aí já existente. Principalmente por um trabalhador rural do município de Itauçu, que também fazia parte do PC, segundo me informou Claudion Mendes, seria Baião, porém se trata de Sebastião Bailão, “ex-presidente da Associação Rural de Itauçu” (Pessoa, 1999a, p. 66).

Ainda de acordo com Claudion Mendes, Baião teria vindo algumas vezes a Itapuranga para ajudar no debate e na fundação da ALX. Portanto, o interesse de Gregório Bezerra em se envolver com os trabalhos daquela entidade, quando de sua estada em Itapuranga, me fez entender que os trabalhadores já opunham resistência, mesmo diante das pressões sofridas por parte de um grupo dominante.

A organização surgida em Itapuranga tem relação com o contexto histórico vivido em outras localidades de Goiás que também viviam clima de mobilização. Para Lunardi (1999, p. 173),

na década de 50 surgiram várias “associações de lavradores”, como: a Associação Camponesa da Juventude de Ceres, a União Camponesa de Itapaci, a União Camponesa de Itapeva, a União Camponesa de Itumbiara e a União Camponesa de Firminópolis, entre outras. Duas, no entanto, se destacaram: a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Trombas e Formoso, fundada em abril de 1955 e localizada no centro-norte de Goiás [...] e a Associação dos Lavradores de Itauçu, em 1956, situada na região sul do estado, com demandas ligadas às questões do arrendo de terras.

Ao seguir esse viés, obtive informações, repassadas pelo Sr. Dorvalino, de que, a partir de experiências similares, alguns trabalhadores rurais, já em meados de 1960, teriam tentado fundar um sindicato para essa categoria em Itapuranga, uma vez que a ALX já se encontrava desativada. A ALX não teve vida duradoura, pois, no início da década de 1960, com o golpe militar, fazendeiros, comerciantes e políticos da região passaram a pressionar os diretores e membros da entidade a abandonar esse ideal. Tanto Claudion Mendes quanto Antonio Tavares informaram que os membros da entidade foram aconselhados pelos grupos dominantes a desistir do projeto, visto que poderiam ser presos e perseguidos pelos militares. Diante disso, houve o encobrimento da história da associação, mesmo porque o ideal que norteava tal projeto era colocar em xeque a exploração dos agregados pelo patrão e a expropriação de muitas das famílias do campo, o que levou alguns a questionarem judicialmente os direitos sobre lavouras que haviam sido destruídas pelo patrão ou mesmo sobre expulsões da roça, antes mesmo da realização da colheita.

Segundo o entrevistado Antônio Tavares, “toda a documentação referente à vida, às reuniões propositivas de ações que estavam registradas em livros foi eliminada, tudo no sentido de não deixar pistas que pudessem incriminar os membros da associação”.

Claudion Mendes, em entrevista, afirma que

a associação foi uma tentativa de organizar os trabalhadores e tentar reivindicar melhorias nas condições de vida destas pessoas, mas tudo não passava de um sonho e desejo de algumas pessoas que

acreditavam que o comunismo poderia ser a salvação de seus problemas.

Segundo esse entrevistado, a ALX representava um sonho utópico de alguns dos seus membros, como é o caso de seu irmão. Por outro lado, para Antônio Tavares, a ALX foi uma organização de pessoas descontentes com o que fazendeiros vinham fazendo com seus agregados, meeiros e arrendatários, as quais, com a ajuda de alguns idealistas comunistas, como Gregório Bezerra, tentaram enfrentar ou minimizar os problemas mais recorrentes.

A articulação entre as informações fornecidas pelos dois entrevistados me levou a entender que a ALX foi um primeiro grito de alerta para os trabalhadores que não conseguiram realizar os seus sonhos de possuir a terra, ou de impedir que a lavoura por eles plantada fosse destruída e para os trabalhadores expulsos da terra.

Vejo que a ALX foi uma experiência fundamental para a compreensão de muitas outras mobilizações das quais participaram ativamente os trabalhadores rurais em Itapuranga, ao longo da segunda metade década de 1960 e durante todos os anos de 1970-1980. Todos esses sonhos e mobilizações são descritos na poesia de Zé Lemes, a cujos arquivos eu tive acesso. Ele retrata a vivência de fartura e, conseqüentemente, a transformação para o trabalho a meia, mostrando como todo esse passado se tornou um instrumento de transformação na busca por seus direitos:

Eu vou contar para vocês
De tudo que eu tem passado,
Que os pobres lavradores
Está ficando isolados
Foi criado na fartura
E hoje vivem tão cansados,
Se tem roça é só na meia,
Assim mesmo é no cerrado.

Nós queremos sindicato
Pra classe trabalhadora
Que trabalha na lavoura
E não conhece os seus direitos.
Em caso de injustiça
Tem a sua proteção.
Ter amor e ser honesto
É o dever de um cristão.

Essas experiências foram sendo socializadas e passaram a fazer parte dos debates e da vida desses sujeitos sociais. Assim, o poeta e trabalhador rural Pedro (*Livro de Cânticos*, 1990) narrou todo esse contexto, no poema “Esteio da nação”:

Peço a Deus para ajudar
 Nosso povo do sertão
 Que está passando apertado
 Nas garras do tubarão.
 [...]
 O patrão enche o armazém
 Tem dinheiro a riviria
 O pobre que trabalhou
 Fica com a tuia vazia.
 [...]
 nosso Brasil é um ouro
 dá produto e tem riqueza
 só falta lá no sertão
 pro cabloco uma defesa.

Quem trabalha o dia inteiro
 Capinando seu roçado
 É o cabloco verdadeiro
 Brasileiro consagrado.

Assim, a ALX foi um instrumento importante na consolidação de muitas embates promovidos pelos trabalhadores rurais em Itapuranga. Os versos “Só falta lá no sertão/ pro caboclo uma defesa” retratam um olhar atento a esses vários conflitos e situações vividos por esses atores sociais, que, a partir de experiências muito particulares, procuraram se organizar e reivindicar seus direitos.

2.4 OLHARES E LEITURAS DA HISTÓRIA DE ITAPURANGA

Ao dar início ao processo de pesquisa, percebi que o tema já havia sido tratado por outros pesquisadores. Diante disso, pensei em desistir e procurar outro tema para objeto de meu trabalho. No entanto, ao avaliar o enfoque de muitas das pesquisas já realizadas, percebi que muitas se centravam, ora no processo liderado pela Diocese de Goiás, através de seus membros que atuaram junto aos trabalhadores rurais, ora na discussão da história sindical e de seus vários desdobramentos.

Em sua grande maioria, os trabalhos já produzidos tiveram como objeto de pesquisa o período que vai do final da década de 1970 em diante, deixando de evidenciar as experiências anteriores, bem como muitas outras que não tiveram visibilidade conferida pelo processo de mediação da Igreja e do STRI. E mesmo ao retratar esse período, nem todas as organizações que tiveram a participação dos trabalhadores rurais foram evidenciadas.

Lunardi (1999), por exemplo, pesquisou a organização associativa dos agricultores em Itapuranga, procurando conhecer como se processaram a fundação do sindicato, a associação de agricultores familiares e as cooperativas na região. Com base no associativismo e no cooperativismo, ele destaca o papel das inúmeras associações de produtores e o trabalho cooperativista existente na região desde os meados de 1980. Para ele, todas essas experiências deram origem às ações e ao engajamento dos trabalhadores rurais, que contaram com mediação da Igreja e do sindicato, num processo de mudança paulatina assim descrito:

de um trabalho sindical que se limitava ao envolvimento com questões de cunho assistencial e que demandava um envolvimento dos dirigentes com questões burocráticas, assemelhando o STR a um escritório despachante, este passou a trabalhar na direção de uma maior politização do conjunto das lutas encaminhadas. (Lunardi, 1999, p. 227)

Duarte (1998), por sua vez, deixa claro que as experiências de Itapuranga refletiram nos municípios vizinhos, quando muitos homens e mulheres procuraram se engajar no movimento de conquista pela terra, ao longo da década de 1980. Para esse pesquisador, alguns dos líderes dos assentamentos Estiva e Mosquito, como Damásio e Dorvalino, foram muito influenciados pela história experienciada em Itapuranga. Ao se referir a esta questão, cita uma música,

de autoria de Romário, do município de Itapuranga, denominada “Prédio de Amor”. [...] Esta música é a expressão dos anseios de um ex-lavrador, que hoje mora na cidade, mas que ainda se mantém fiel às suas raízes e continua incentivando a luta do trabalhador pela construção de uma sociedade mais humana, mais fraterna e mais justa. É uma música rica em simbolismos e que mostra bem a criatividade

do homem do campo em retratar suas aspirações, sua utopia, através da arte de trabalhar também as palavras. (Duarte, 1998, p. 18)

Pessoa (1999a) afirma que os inúmeros enfrentamentos do dia-a-dia e o próprio processo de deslocamento foram fontes de aprendizado para os trabalhadores rurais. Destaca como primeiro aprendizado o ocorrido na Fazenda Córrego da Onça, no município de Itapuranga, a partir do qual esses trabalhadores transformaram-se em novos camponeses. Mesmo porque, depois de vários anos de expropriação e exploração, passaram, a partir da década de 1980, a ocupar a terra e a empreender uma efetiva resistência pela posse da terra. Nesse sentido, esse pesquisador, afirma que o que

se poderia chamar de início do aprendizado foi a Fazenda Maria Alves ou Córrego da Onça, município de Itapuranga. É que as ocupações da Fazenda Estiva/São João do Bugre e da Fazenda Mosquito, que aconteceram logo em seguida, foram puxadas pelos trabalhadores rurais de Itapuranga, mobilizados pelo STR, pela Igreja local e pela CPT. (Pessoa, 1999a, p. 89)

Outro pesquisador que retrata os embates vividos por trabalhadores rurais em Itapuranga é Coelho (1997). Para isso, ele recorre à história evidenciando semelhanças e diferenças existentes nos processos de consolidação do Hospital da Associação Popular de Saúde, em Itapuranga, e do Hospital São Pio X, de Ceres. Para essa autora, a vida e organização desses dois hospitais foram fruto da tenaz militância dos trabalhadores rurais junto à Diocese de Goiás, que, através dos grupos de Evangelho, ajudou na consolidação da Oposição Sindical, no momento em que surgia o projeto de um centro de saúde em Itapuranga.

Para Coelho (1997, p. 82),

tanto o Hospital São Pio X quanto a Unidade Hospitalar, administrada pelo STRI, buscavam o desenvolvimento de práticas comprometidas com as classes subalternas, capazes de transformar as condições de vida da população. Esse fato demonstra que, para a atividade humana, criativa e autocriativa, que cria e transforma o homem e sua história não existem estruturas rígidas e permanentes. O que diferenciou as

duas propostas foi a estrutura participativa de organização e mobilização popular nas esferas de decisão.

Libertad (1995) desenvolve uma pesquisa sobre a agricultura familiar em Goiás, mostrando a permanência da pequena propriedade em relação ao projeto, então em curso, do agronegócio. Sua pesquisa trabalha com os agricultores familiares em Itapuranga, categoria prevalente no campo, em Itapuranga:

Itapuranga tem como característica fundamental a predominância da pequena propriedade rural. O município, fundado em 1933, recebeu grande contingente de migrantes mineiros e alguns pioneiros se lembram das “modinhas” que expressam os sonhos daqueles que buscavam novas terras para viver.

Feliz o pai de família
Que muda para Goiás
Vende tudo o que tem
Deixando tudo pra trás
Adquire grande riqueza
Miséria nunca mais. (Libertad, 1995, p. 7)

A história dessas organizações e o *modus vivendi* dos trabalhadores rurais em Itapuranga já foi objeto de um estudo de Brandão (1986), que já mencionei em discussões anteriores. Esse estudo talvez seja um dos primeiros a procurar discutir alguns aspectos pertinentes à história cotidiana dos homens e mulheres dessa região.

Em suma, todos os pesquisadores que se debucaram sobre este objeto de pesquisa o viram sob um determinado ângulo. Ciente dessas possibilidades, decidi ir avante com o meu projeto e aqui, como fez Libertad, passo a ouvir as experiências dos trabalhadores rurais através da poesia por eles produzida.

2.4.1 Experiências e produção poética

Vale registrar que, através da poesia, pode-se fazer uma leitura dos projetos em curso e perceber as inúmeras experiências produzidas no município de Itapuranga pelos trabalhadores rurais. Estou me referindo à produção poética de alguns desses sujeitos

sociais,¹³ que conseguem ser sensíveis ao que vivem e praticam, trazendo à tona uma interpretação de suas vivências.

José Raulemar (ou simplesmente Zé Lemes), trabalhador rural e poeta popular, procura em seus poemas analisar os problemas vividos pelos homens e mulheres no campo, jamais deixando de preconizar a esperança de um futuro melhor para si e para os seus pares. No poema “O Convite”, de 1973, ele faz um chamado para a realidade em que se encontravam.

Refrão Hô meu irmão porque que não vem,
Pra nossa caminhada precisando mais alguém.
Ô meu irmão que eu quero bem
Nosso Jesus convida você também.

Deus lá do céu vendo o povo
Oprimido, ele fez o seu pedido.
Há Moisés e Abraão
Mesmo com medo
Atenderam seu chamado
O povo foi libertado
Daquela escravidão.
Refrão – O meu irmão.

É agora, os fatos estão repetindo
Nós estamos descobrindo
Que é a mesma situação
Nossa tarefa é conscientizar o povo
A construir um mundo novo
Em que haja união.
Refrão – O meu irmão.

A gente vê nossos irmãos
Explorado nesses trabalhos
Pesados que tem de muitos estilos.
Quando adoce eles perdem
Seu valor e o pobre trabalhador
Vai terminar num asilo.
Refrão – O meu irmão.

Nós somos um povo
Que trabalha todo dia
E até com alegria
Na esperança de vencer.
Já sinto um pouco
Da nossa libertação

¹³ Alguns desses poemas foram extraídos de panfletos encontrados no STRI e na Diocese de Goiás. Muitos dos citados nesta tese foram gentilmente cedidos pelos seus autores. Zé Lemes, Pedro e Onofre se dispuseram a ceder os seus originais, manuscritos ou datilografados.

A vida em união
Até que é bom viver.
Refrão – O meu irmão.

Com Pedro e Onofre, parceiros tanto das poesias de Zé Lemes quanto dos relatórios das Assembléias Diocesanas da Igreja, é feita uma análise da falta de terra para gerar os alimentos. Para eles, com a introdução da pecuária extensiva o capim está expulsando os trabalhadores rurais do campo. Utilizando metáforas para mostrar a realidade, eles conseguem brincar com essa situação, reforçando no final do poema, a importância da união e da mobilização coletiva:

“Salada de capim”¹⁴

1. Alou Amigo!
Escuta preste atenção.
A nossa população
não tem roça pra plantá
o seu arroz e o feijão.
Está mudando pra cidade
tá morando na invasão
trabalhando de bóia-fria.
É triste a situação!
Isso é o cume do absurdo,
pra mim chegou o fim.
Pelo jeito que estou veno,
o povo vai comer capim.

2. Quando for de manhã cedo
na hora de levantá
a semente do capim
vai ser café pra tomá.
E na hora do almoço
vai ficar pra merendá.
E o angola é pra jantá
e a grama é papinha
pra o menino dismamá.
Toda hora de comer,
o braquiara deve está.
É famoso em vitamina
pra o povo reforçá.

3. Alou amigo!
Pelo jeito que estou veno,
a nossa alimentação
está desapareceno.
Quem trabalha não tem nada
quem não trabalha tá comeno.
A lei do direito humano
nunca está prevaleceno.
Ela nunca apareceu
pra ajudá nenhum pequeno.

4. Alou amigo!
Não é eu que estou dizeno.
É o povo que trabalha
todos eles está soffreno.
Não podemos plantar horta
que o patrão não está quereno.
Esta lei que está aí,
ela já virou veneno.
Esta lei é perigosa
porque o povo está morreno.

5. Alou amigo!
Como é que vai ficá?
A carne nós não come,
não damos conta de comprá.
O leite o caminhão

6. Alou amigo!
Olha a situação.
As empresas e os ricos
invadiram nosso chão.
Todo povo que trabalha

¹⁴ Livro de Cânticos da Diocese de Goiás, O Povo Canta.

<p> todos dias vem buscá. Não tem onde nós plantá. Se não temos onde plantá, como vamos alimentá? </p>	<p> tem de fazer união. pra junto combater a força do tubarão. que é a terra que produz a nossa alimentação. </p>
---	---

Publicada na edição de 5 de outubro de 1980, a composição de Romário, apresentada a seguir, faz uma leitura dos embates e empecilhos ocorridos na Fazenda Córrego da Onça, no município de Itapuranga:

Eu vou lhe contar uma história
 Preste muita atenção:
 Na fazenda Maria Alves
 Uma boa região
 Moram trinta e quatro famílias
 Homens de calo nas mão.
 Já tem uns cinqüenta anos
 Que eles vivem trabalhando
 Em cima daquele chão.
 [...]

Continuaram em cima da terra
 Tomaram uma decisão:
 Nem suas benfeitorias
 Ninguém arrecebeu não.
 Daí um certo tempo
 Começou a repressão;
 Foram oficializados
 Que eles iam ser despejado;
 Só tinha esta condição.
 [...]

Meus amigos e companheiros
 O que eu digo aqui agora
 Foi a força da união
 Que conseguiram a vitória.
 Vai citar o exemplo
 Por este Brasil afora;
 Isto não é um presente,
 Foi a luta minha gente
 Que vai ficar na história.

Na composição de Romário, trabalhador rural que viveu intensamente muitas experiências em Itapuranga, além da análise da trajetória na Fazenda Córrego da Onça e de como ela vai se inserir na história, fica claro de que maneira essas experiências se tornaram essenciais na condução de outros projetos que foram sendo forjados pelos trabalhadores rurais.

Por sua vez, através de outra composição, de autor desconhecido, pode-se ter uma conclusão acerca da trajetória do migrante que veio para Itapuranga. Ao tratar de questões e dificuldades vividas pelo “mineirinho”, o poeta mostra que “a luta foi tão difícil, mas teve tanto valor, [que] de cegos errantes e tristes das leis viraram doutor”. Em todo o poema fica evidente a necessidade de união para vencer as adversidades, principalmente através do sindicato:

Um mineirinho pobre
 Por aqui chegou um dia
 Procurando terra boa
 E melhor jeito de vida
 Procurando ele encontrou
 Só uma coisa não gostou
 Foi o grande egoísmo.

Com muito rancor guardado
 Muito tempo foi passado
 Mas o tempo lhe ofereceu
 Pra aumentar os esforços seus
 Pra não mais viver sozinho
 Uma esposa lhe ofereceu

Vendo esposa e filhos
 Vendo as condições ruim
 Lutava pelos direitos
 Sem saber qual o caminho
 Pra tudo deus deu o jeito
 Fundaram o sindicato
 Pra não mais gritar sozinho

O pobre do mineirinho
 Das leis começou falar
 Pra os companheiros ter lutas
 Pra seus olhos enxergar
 E exigir para o futuro
 E nunca se enganar
 Muitos gritaram juntos
 Muitos fizeram criticar

A luta foi tão difícil
 Mas teve tanto valor
 De cegos errantes e tristes
 Das leis viraram doutor
 Mas por causa das belas lutas
 De mostrar tanto valor
 Por causa de seu dinheiro
 Implicou um fazendeiro
 Por nome de Salvador

Os companheiros se uniram
Pra os companheiros defender
Amontaram uma chapa
Na esperança de vencer
Ganharam tanto valor
Com o número 64
Teve o título de vencedor

Agora o mineirinho convida
A todos os lavradores
Que se una em sindicato
E agarre com emoção
Nem que todos fazendeiros
Se morra do coração
Mas que na mesa dos lavradores
Mesmo que custe sangue e suor, nunca se falte pão.

Esses são apenas alguns exemplos de poemas populares produzidos com o objetivo de favorecer a mobilização dos trabalhadores rurais. Em todos eles se encontram mostras claras da vontade de colocar o talento pessoal, na forma de poesia popular, a serviço do engajamento empreendido coletivamente.

CAPÍTULO III

AS EXPERIÊNCIAS QUE TODOS CONTAM

DOS TRABALHADORES RURAIS

BOA NOTÍCIA DE ÚLTIMA HORA Os posseiros de Itapuranga, Goiás, estão de parabéns e estão felizes: a área foi DESAPROPRIADA. A união é a força. (Boletim da CPT, set./out. 1980, p. 20)

A história dos trabalhadores rurais em Itapuranga não surgiu como um passe de mágica, foi um longo processo de formação e experiências gestadas durante a vida dessas pessoas, quer nos espaços e propostas elaboradas pela Igreja, STRI e CPT, quer no cotidiano delas. Essa história se materializa com base em uma teia de significações apreendidas em inúmeras práticas organizativas, desde a tentativa de permanecer na terra, até a conquista de direitos essenciais que os beneficiaram, no que tange à saúde, à educação e às alternativas de sobrevivência diante do mercado produtor.

Essa boa notícia que ecoou por toda a região de Itapuranga, Goiás e Brasil, através da cobertura jornalística, foi fruto de um intenso processo de mobilização e enfrentamento, iniciado por 32 famílias de posseiros¹⁵ da fazenda Córrego da Onça. Depois de conquistada, o nome do imóvel foi simbolicamente modificado pelas famílias de Maria Alves para “Vitória dos Posseiros”, como pode ser visualizada na matéria de O Libertador (dez., 1981): “Por unanimidade de votos os trabalhadores rurais reunidos em Assembléia Geral Extraordinária no dia 26 de outubro de 1980, aprovaram a proposta de mudança de nome da fazenda “Maria Alves”. A partir daquela data o mencionado imóvel passou a chamar-se FAZENDA VITÓRIA DOS POSSEIROS”.

¹⁵ A categoria posseiros que aparecerá neste capítulo tem relação com identificações elaboradas pelas fontes consultadas por mim, como os jornais, as documentações STRI e da Diocese de Goiás, além das pessoas entrevistadas, que participaram da luta como apoiadores, denominados “posseiros do Córrego da Onça”. Dentre os membros das 32 famílias entrevistadas por mim, a categoria posseiros não aparece em suas narrativas. Assim, eles falam: “aquelas famílias, nossas famílias”. Enfim, ficaram conhecidos na região como “Posseiros da Fazenda Córrego da Onça”. Neste sentido, estou usando estas duas categorias para fazer referência às famílias na luta pela terra.

3.1 OS POSSEIROS DA FAZENDA MARIA ALVES

Com o contexto migratório observado na região de Itapuranga, por volta da segunda metade de 1940, algumas famílias chegaram à Fazenda Córrego da Onça, dedicando-se ao trabalho como arrendatários, meeiros e agregados, formando o que se denominou, mais tarde, posseiros da Fazenda Córrego da Onça. Essas famílias foram estabelecendo vínculos sócio-culturais com os inúmeros vizinhos e parceiros, formando um processo identitário com a terra e com as outras famílias que foram ocupando aquelas terras.

Assim, Manoel Camargo, em entrevista ao *Jornal Opção* (9 out. 1980), deixa evidente que sua vida se confunde com a história da região de Itapuranga, como forma de evidenciar que foi ele quem primeiro chegou àquela região. Assim, afirma o seguinte:

Eu é que levei a primeira madeira pra fazer a primeira capelinha do Xixá. O padre pediu pra levar madeira, e eu tirei muita aroeira lavrada de 30 centímetros de quina viva, no meu carro de boi. A gente ia abrindo caminho de espinho, só vendo. Pois é, Xixá pra mim é menino. Meu pai, Inocêncio Lopes dos Santos, comprou 50 mil réis de primitivo, do Alfredo de Barros.

O cotidiano de vida das famílias, a relação com a natureza desbravada, a chegada e a posse da terra foram argumentos importantes que serviram de justificativas para permanecerem na terra e não aceitarem a expropriação. Outro elemento importante nesse embate pelas terras da Fazenda Córrego da Onça foi que, como narrou Manoel Camargo, a terra na qual vivia era fruto de compra efetuada por seu pai, não havendo possibilidade de ter outro dono, segundo suas análises.

Assim, das 40 famílias que viviam nessas terras, somente 32 famílias se mobilizaram para nela permanecer. Percebe-se que os homens e mulheres que passaram a viver nessa propriedade fundamentaram sua permanência nessa relação com a terra e com os vizinhos, surgida em muitos casos, há mais de 30 ou 40 anos, como é o caso de Manoel Camargo e Cândido de Barros. Um outro aspecto importante é que as terras pelas quais lutavam tentando permanecer eram de baixa produtividade, eles pagavam impostos, daí os elementos de sociabilidade e de pertencimento àquela terra serem fundamentais para justificar a posse em litígio.

As dissensões começaram no final da década de 1960, momento em que a fazenda se tornou objeto de disputa entre o fazendeiro Aureliano José Caiado – conhecido como Fiote Caiado, dizendo-se herdeiro das mesmas – e as 40 famílias que viviam nos 167 alqueires da Fazenda Córrego da Onça. Algumas dessas famílias viviam na fazenda há mais de 30 anos e contestavam o pleito de Fiote Caiado, afirmando que eram proprietários das terras. A partir desse momento, teve início todo um processo de pressão para retirar as famílias dessa terra. Por outro lado, surge um processo de resistência, culminando numa batalha judicial que se estendeu de 1973 a 1980, sem contar outras movimentações, que marcaram a trajetória de vida das 40 famílias.

Com o processo de ocupação da fazenda em curso, as famílias foram se tornando agregados, edificando moradias e estabelecendo limites entre um vizinho e outro. Após se fixarem na terra, como agregadas ou mesmo pela compra da posse, como narrou Manoel Camargo, criou-se um processo de pertencimento com o local, com os vizinhos, com as casas e com a terra, enfim, com os espaços do cotidiano dessas famílias.

As famílias percebiam que essa relação poderia ser interrompida se Aureliano José Caiado conseguisse incorporar a propriedade ao seu latifúndio. A tentativa se consumou em 1973, quando interpela judicialmente as 32 famílias, impetrando um mandato de reintegração de posse. Registre-se que a propriedade em litígio era confrontante¹⁶ a sua propriedade, aumentando ainda mais a cobiça do fazendeiro pela extensão de suas posses.

Outro motivo para tentar expulsar as famílias daquelas terras foi justamente a possibilidade de ter em seu poder uma fazenda já toda formada e limpa, pronta para a criação de animais. Esse trabalho já havia sido feito ao longo de mais de 30 anos pelas famílias de posseiros.

Não contente com a ação impetrada no Fórum de Itapuranga, o fazendeiro Fiote Caiado recorre às velhas práticas do mandonismo em Goiás, ao procurar intimidar as famílias com capangas armados. Nesse momento, inicia-se uma intensa pressão sobre os posseiros, o que levou alguns deles a abandonar a propriedade. O fazendeiro oferecia benefícios às famílias que deixassem a terra, como casa na cidade ou pagamento pelas benfeitorias. Dessa forma, Fiote Caiado consegue retirar oito famílias, que não resistiram às pressões. Porém, a maioria não se curvou diante de tais propostas.

¹⁶ Segundo alguns entrevistados, a propriedade de Fiote Caiado estava confrontando com as terras dos posseiros, daí a expressão confrontante para designar essa divisa entre as terras, que era feita por cercas ou mesmo algum rio ou veio d'água.

Ao tomar conhecimento da ação impetrada no Poder Judiciário, que pedia a reintegração de posse da Fazenda Córrego da Onça, os posseiros constituem um defensor público, cujo objetivo era tentar evitar que fossem retirados de suas terras. Mas, o que essas famílias não esperavam, mas acabou acontecendo, é que o advogado, nomeado para defendê-las, mostrou-se mais alinhado a Fiote Caiado que a elas, visto que pediu não a anulação da sentença impetrada pelo fazendeiro, mas uma indenização pelas benfeitorias de todos os posseiros que viviam nos 167 alqueires.

Durante o decorrer desse processo transitado na justiça, outras ações de resistência foram sendo materializadas pelas famílias, bem como se efetivou o apoio da Igreja Católica de Itapuranga à causa. E, a partir de 1977, também o STRI tomou partido na causa dos posseiros da Fazenda Córrego da Onça, com o grupo da denominada Oposição Sindical, que havia chegado à direção.

3.1.1 Os posseiros e o encontro com a terra

Diante desse quadro de tensão e da possibilidade iminente de perderem suas terras, os posseiros amadureceram uma série de experiências, tornando-se elementos importantes na condução dessa organização e permanência na terra. Esse quadro serviu como motivo para as 32 famílias se mobilizarem, evitando a expropriação da terra.

Toda uma rede de relações sociais, culturais e simbólicas deu-lhes a certeza de que a terra lhes pertencia. Neste sentido, estabeleceu-se uma relação entre os vizinhos, que trocavam experiências entre si, tal qual nos conta Cândido (1979), em seu clássico *Parceiros do Rio Bonito*. Além disso, essa sociabilidade ajudou nas conversas e tomadas de decisões – da cerca que foi retirada, às benesses oferecidas, até reuniões para preparar e discutir ações – diante da pressão sofrida pelos posseiros, patrocinada por Fiote Caiado.

A idéia de pertencimento àquelas terras foi um elemento essencial para a resistência dos posseiros, pois foi através do labor e da experiência de posse que se formaram os elementos de identidade com a terra e com os seus parceiros. Os enfrentamentos não foram somente pela terra em si, mas pela crença de que a terra lhes pertencia e, se a abandonassem, não teriam como sobreviver.

Essa identificação com a terra, o local, os vizinhos, a casa, os trieiros, ou seja, com tudo que desse sentido à vida dos posseiros foi essencial para que muitos deles

enfrentassem a família Caiado, que teve ao longo da história de Goiás uma relação direta com o poder coronelístico. Enfrentar a família poderia acarretar violência e a morte de muitos posseiros, pois eram estes os expedientes usados contra aqueles que ousavam desafiá-los. A postura da família é analisada por Ribeiro (1998, p. 226-227) da seguinte forma:

os Caiado representaram os interesses políticos, econômicos e sociais das elites agrárias. O caráter conservador de sua prática política fundamenta-se na defesa de suas posições como grandes proprietários de terra, vinculados, especialmente, à pecuária. (Ribeiro, 1998, p. 226-227)

No caso da Fazenda Córrego da Onça, sobressaía a trajetória de vida de seu mais antigo posseiro, Manoel Camargo de Deus, que se identifica com a trajetória das outras famílias. Ao conceder entrevista ao *Diário da Manhã*, ele confirmou ser o primeiro que chegou à fazenda. E toda a sua narrativa está entrecruzada com essa relação de identidade e pertencimento com a posse da terra e a história de Itapuranga.



Figura 2: Manoel Camargo, o mais antigo morador da Fazenda Córrego da Onça.
Fonte: *Diário da Manhã*, 1980, p. 13.

Como líder mais antigo, Manoel Camargo tornou-se o principal narrador da trajetória e da ocupação das terras pelas outras famílias. Sua história de vida serviu como estímulo para que se mantivessem organizados e não deixassem as terras trabalhadas. Ou

seja, ela serviu como um instrumento para reafirmar o que muitos já sabiam, que a terra deveria continuar com os posseiros e não com o fazendeiro. Daí, nas primeiras reuniões, em que passaram a discutir, no início da década de 1970, toda a problemática vivida por aquelas famílias, suas narrativas serviam de fundamentos e inspiração para que permanecessem na terra.

Assim, compete entender que o passado dessas famílias serviu como um instrumento de resistência. Sobre isso, o *Diário da Manhã* (1980, p. 14) registrou:

o posseiro a cultivar a terra há menos tempo chegou lá por volta de 27 anos atrás, mas a maioria encontrou a fazenda abandonada, 'quando era saroba'. Como é o caso de Cândido de Barros, 53 anos, nascido no local e que ali criou 11 filhos. Desesperado, ele começou a chorar quando contou que cultivou durante todo o tempo a terra, que era desapropriada e por isso foi invadida, e que agora ameaçam de se retirar, jogar fora todas suas coisas e derrubar seus 100 pés de laranjas e bananas.

A terra em que Cândido de Barros criou 11 filhos não poderia ser abandonada, mesmo porque era essa que lhe havia proporcionado criar sua prole, permanecer na terra e dar continuidade a essas vidas.

Cândido de Barros (*Jornal Opção*, 9 out. 1980) evidencia:

aqui quem beneficiou tudo fomos nós mesmos. Fiote não tem um pé de planta aqui, não tem nenhum benefício dele. Ele manda em dois mil alqueires de chão, no município de Goiás. O que ele tá querendo com estes cento e tantos alqueires nossos? O Fiote queria me dar Cr\$ 10.300,00 de indenização. E a ordem de despejo provava como tudo foi feito errado. Lá dizia que eu morava na fazenda Cana Miúda, que é a propriedade do Fiote em Goiás Velho. Mas, como podia ser, se eu nasci, me criei e sempre vivi aqui na beira do Canastra? O Fiote não tem um palmo de terra na beira do Canastra. A ordem de despejo nem falava em beira do Canastra. O próprio juiz reconheceu isso, mas mesmo assim ele não voltou atrás.

Os argumentos aqui revelados por Cândido de Barros são essenciais para explicar a tomada de decisão das famílias, uma vez que o próprio processo de reintegração de posse proposto por Fiote Caiado carecia de legalidade, principalmente do ponto de vista

desse posseiro, quando ele menciona suas posses no município de Goiás, como se fossem no município de Itapuranga.

Assim, grande parte do instrumental ajuizado por Fiote Caiado era feito com base em sua propriedade no município de Goiás, deixando evidente que houve, por parte deste, uma tentativa de grilagem destes 167 alqueires da Fazenda Córrego da Onça, onde viviam as 32 famílias.

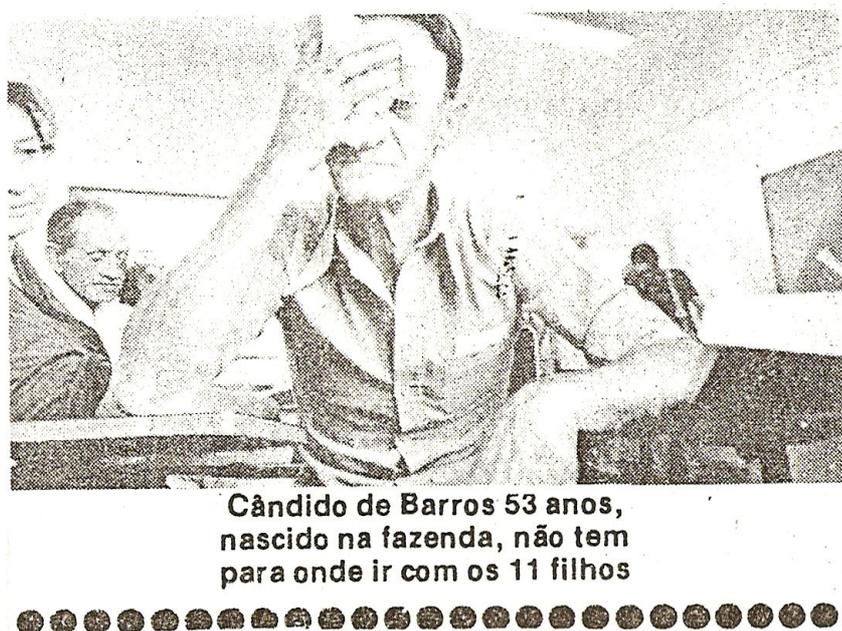


Figura 3: Cândido de Barros, trabalhador rural da Fazenda Córrego da Onça.
Fonte: *Diário da Manhã*, 1980, p. 13.

Tanto para Manoel Camargo quanto para Cândido Barros este tempo de vivência na terra, em constante relação com os seus vizinhos, somado à documentação que alguns tinham da posse da terra, dava-lhes a certeza de que não poderiam abandonar aquele local. Eram vários anos de identificação com o local, com as benfeitorias, com as amizades ou mesmo inimizades existentes, o que, para muitos, somava mais de 30 anos de trabalho na fazenda.

Esse passado e essa interpretação dada por alguns membros das famílias são formas de entendimento de suas realidades, tornando-se um alimento para continuarem a enfrentar as adversidades do cotidiano que lhes estavam sendo impostas. Por isso, é freqüente em suas falas a idéia de pertencimento àquela terra, ao mesmo tempo que a

indagação sobre qual seria seu destino, se dali fossem retirados. Sobre as ameaças e perspectivas então vividas por esses trabalhadores há vários registros:

todos nós, trabalhadores rurais, que outra coisa não queremos senão um pedaço de terra que garanta nossa subsistência, seremos despojados de nossos bens e jogados nas ruas das cidades, aumentando ainda mais o número de bóias-frias, provocado pela evasão rural. (Ofício do STRI)

A certeza de que poderiam ser desenraizados de suas terras, com a possibilidade de se tornarem bóias-frias, e, a partir dessa mudança, não ter mais a terra para plantar os alimentos necessários, evidenciava que não lhes restariam muitas opções, a não ser contestar Fiote Caiado na justiça e procurar mobilizar-se diante das intensas ameaças de despejos que foram propostas pelo Judiciário da Comarca de Itapuranga.

Não obstante os debates das famílias posseiras, uma das visões então disseminadas defendia que

a Fazenda Maria Alves, de propriedade de Aureliano José Caiado e sua mulher, foi adquirida por sucessão hereditária, em consequência da morte de seu sogro. Desde 1952, segundo o advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga, Antonio Tavares, a área era litigiosa, do ponto de vista jurídico, uma vez que sobre ela sempre existiu alguma demanda, seja divisória ou demarcatória, razão pela qual não foi possível, aos posseiros, requerer o usucapião. (*Diário da Manhã*, out. 1980)

Mesmo diante de empecilhos jurídicos, como fora narrado pelo advogado do STRI, os posseiros da Fazenda Córrego da Onça não desanimaram e tampouco aceitaram passivamente tais explicações. Sustentados nesse passado narrado por muitos destes posseiros, puxados pelas lembranças de suas trajetórias, passam a contestar os argumentos propostos pelo fazendeiro, discordando, inclusive, de algumas interpretações elaboradas pelo STRI.

Na conversa que tiveram com o advogado, ficou acertado que colocariam em xeque não somente a tese do direito de herança da propriedade, bem como debateriam o valor proposto das indenizações que deveriam ser pagas às famílias pelas benfeitorias que fizeram. Com a constituição do advogado Warner Carlos Prestes para defender os

trabalhadores, eles vêm a possibilidade de ganhar tempo e procurar outros mecanismos de mobilização que poderiam ajudá-los nesse enfrentamento.

No entanto, o processo montado pelo advogado dos posseiros, beneficiou Fiote Caiado, uma vez que, ao dar entrada na Comarca de Itapuranga, ele não observou os argumentos já debatidos anteriormente, de que as famílias já estavam na terra há mais de 30 anos e de que havia uma identificação profunda com o local. O defensor pediu em sua ação uma justa indenização para as benfeitorias daquelas famílias.

Como se vê o advogado dos posseiros, ao invés de pedir a desapropriação para fins de reforma agrária, utilizou-se das mesmas propostas do advogado de Fiote Caiado, ao propor indenizações individuais para cada uma das famílias ali estabelecidas. Como me narrou João Venâncio, o advogado Warner Carlos Prestes fez tal pedido na ação sem anuência dos posseiros, mas, segundo continuava afirmando, acreditava que havia usado os argumentos de que estes moravam há mais de 30 anos naquela fazenda, dando-lhes o direito de requerer o usucapião”. Romário Pimentel, poeta e trabalhador rural, narrou poeticamente essa situação:

Uns cinco anos atrás
 Este fato aconteceu
 Um grande latifundiário
 Nesta causa interveiu.
 Os posseiros arreunidos
 A justiça percorreu.
 Ajustaram advogado
 Na verdade foram enganado
 Seus direitos eles perdeu.

O próprio advogado
 Para eles já dizia:
 Pra defender as suas posse
 Nem lei não existia;
 O que ele tinha defendido
 Só as benfeitorias.
 Eles tinha uma solução
 Na lei do usucapião,
 Mas o advogado não esclarecia.

(*O Libertador*, 5 out. 1980)

Essa omissão em relação ao pedido de usucapião da terra somente foi descoberta quando os posseiros foram intimados a comparecerem diante do Juiz da Comarca de Itapuranga, Nivaldo Oliveira. Nesse momento, tomaram conhecimento de que

o advogado por eles contratado havia deixado de incluir os argumentos apresentados pelas 32 famílias. Na verdade, “o que ele tinha defendido” eram somente as benfeitorias, deixando de contestar a grilagem das terras.

Tudo não passou de uma estratégia política de Warner Carlos Prestes, que aceitou advogar em nome desses trabalhadores somente porque tinha pretensões de candidatar-se a prefeito. Tal fato ocorreu em 1974, quando foi eleito prefeito de Itapuranga, com o apoio dos votos dos posseiros do Córrego da Onça. Diante desse fato, João Venâncio afirmou em entrevista que, ao escolher o advogado “havam colocado um lobo para cuidar de seus galinheiros”.

A atuação do advogado foi assim analisada por Línio de Paiva, em matéria publicada no jornal *Diário da Manhã* (agosto, 1980, p. 4):

Para ele, esgotaram-se as esperanças jurídicas, com decisão em favor do advogado Warner Carlos Prestes, prefeito daquela cidade, que em 1973, recebeu uma procuração dos posseiros para lhes defender o direito de posse e, agora, acabou entregando suas terras ao fazendeiro Fiote Caiado, residente na Cidade de Goiás. Houve negligência profissional por parte do advogado e que, com a decisão do Juiz de Itapuranga, tudo foi feito em favor do fazendeiro.

O processo teve início em 1973, mas somente em 1978 é que as 32 famílias tomaram conhecimento do ocorrido. A partir desse momento, as famílias contaram com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga, bem como da Igreja Católica, que os ajudaram na constituição de um novo defensor. Assim, foram orientados e defendidos pelo advogado do STRI, Antonio Tavares.

Um outro problema detectado, ao entrar em contato com o processo ajuizado em 1973, refere-se ao pagamento dos valores que foram estabelecidos pelas benfeitorias dos posseiros, estipulados não com a correção do momento, mas pelo que se tinha avaliado no ano de 1973, tendo como base os valores do início do processo. Esta decisão foi explicitamente noticiada pelo *Diário da Manhã* (out. 1980):

uma vez transitada em julgado, a sentença tornou-se um título executivo judicial, portanto dívida líquida e certa, não incidindo sobre a mesma juros e correção monetária. “Se na época o valor apurado para as benfeitorias era irrisório, imagine agora, cinco anos depois, com uma inflação galopante”, afirmou o advogado do Sindicato.

3.1.2 “Os posseiros se organizaram”

Com todo esse processo em curso, desde o final da década de 1960 –nos primeiros sete anos que sucederam à tentativa de expropriação da terra –, as famílias de posseiros resistiram com os instrumentos que possuem: reuniões, conversas não se sujeitando à pressão de Fiote Caiado e também aos benefícios oferecidos.

Após 1978, com o apoio de membros ligados à Diocese de Goiás e do STRI, passaram a utilizar outros mecanismos de mobilização, sobretudo, levando ao conhecimento da imprensa estadual o que se passara na fazenda Córrego da Onça.. Conseqüentemente, essas disputas passaram a ser manchetes nas ruas da cidade de Itapuranga, Goiânia e outras cidades do Estado, já que alguns jornais da capital – *Diário da Manhã*, *O Popular* e *Opção* – passaram a fazer a cobertura do que estava ocorrendo com os posseiros da Fazenda Córrego da Onça.

A partir daí, usou-se a estratégia de esclarecer a opinião pública local e regional a respeito da situação vivida pelas 32 famílias, fazendo com que a população que estava fora do processo entendesse as reais intenções daquelas famílias, para se contrapor ao jargão de que eram invasoras de terras e deveriam ser expulsas da propriedade privada de Fiote Caiado.

Ressalte-se que as famílias estavam desafiando um representante da oligarquia Caiado em pleno estado autoritário após o Golpe de 1964. O fato ocorrido na Fazenda Córrego da Onça chamou a atenção, pois foi a primeira experiência de enfrentamento para na terra permanecer depois do episódio de Formoso e Trombas, alcançando intensa repercussão.

À medida que a imprensa enfocava o acontecido na Fazenda Córrego da Onça, o Poder Executivo estadual passava a se interessar pelo ocorrido, já que havia receio do governo estadual em relação a prejuízos políticos com tal embate. A partir de 1980, depois de uma intensa mobilização, os interlocutores do governo estadual passaram a intermediar o conflito e a dialogar com as partes envolvidas.

Com o trabalho de interlocução dos membros sindicais e da Igreja Católica de Itapuranga, o movimento dos posseiros do Córrego da Onça organizou manifestações que não ficaram somente na fazenda, mas foram levadas até a cidade. Com essa estratégia, intensificou-se cada vez mais o diálogo com a sociedade, com o poder judiciário local e com o executivo municipal e o estadual, com a intenção de sensibilizar essas instâncias em relação ao ocorrido com as 240 pessoas daquela terra.

Outro instrumento utilizado para sensibilizar a sociedade e motivar os posseiros nos enfrentamentos do dia-a-dia foi aproveitar as reuniões dos Grupos de Evangelho para algumas atividades. Nesses momentos, utilizavam peças musicais que tratavam da história daquelas famílias e, ao mesmo tempo, puderam refletir sobre o que estava ocorrendo.

Na medida em que as estratégias de esclarecimento à população local se intensificaram, os interlocutores foram tomando partido dos posseiros. Nesse contexto, surgiram poemas retratando o ocorrido na Fazenda Córrego da Onça, como a composição de Romário, trabalhador rural, líder sindical, que passou a animar as reuniões e discussões acerca dos problemas enfrentados ali. Sua moda de viola, publicada no jornal *O Libertador* (5 out. 1980), editado pelo STRI, serviu de inspiração para continuarem em seus propósitos:

Eu vou lhe contar uma história
 Preste muita atenção:
 Na fazenda Maria Alves
 Uma boa região
 Moram trinta e quatro famílias,¹⁷
 Homens de calo nas mãos.
 Já tem uns cinqüenta anos
 Que eles vivem trabalhando
 Em cima daquele chão.

[...]

Continuaram em cima da terra
 Tomaram uma decisão:
 Nem suas benfeitorias
 Ninguém arrecebeu não.
 Daí um certo tempo
 Começou a repressão;
 Foram oficializados
 Que eles iam ser despejados;
 Só tinha esta condição.

Os posseiros arreunidos
 E todos incomodados:
 Por ordem do juiz
 Ia ser todos despejados.
 Já tinha caminhoneiros
 E chapas contratados;
 Para puxar as mudanças

¹⁷ Embora ao longo do texto apareça a referência a 32 famílias aqui o poeta menciona 34. No início eram 40, mas como algumas foram desistindo, sobraram 32 famílias na resistência final.

Eles tinham segurança
De polícia acompanhados.

Contando também com o poder de sensibilização da poesia popular, todo esse processo de mobilização foi aos poucos se intensificando. Os posseiros decidem que era necessário fazer uma manifestação em Itapuranga para denunciar os erros jurídicos do processo, bem como para reafirmar o desejo das famílias de permanecerem na terra. Neste sentido, da vitória que vivia, como tinham a certeza, cantaram com Romário:

Os posseiros organizaram,
Todos em boa atenção
Rezava e pedia a Deus
Pelas suas união:
Dai a terra a quem merece
Prá nós adquirir o pão.
Teve grande resultado
O chão foi desapropriado
E não teve despejo não.

Com a organização das famílias, apoio de membros da Diocese de Goiás e do STRI realizou-se um intenso processo de divulgação do que estava ocorrendo com os posseiros da Fazenda Córrego da Onça, que culminou com a desapropriação daquelas terras. No entanto, antes disso muitas outras ações tiveram que ser implementadas, como a marcha dos “posseiros do Córrego da Onça” (*O Libertador*, 5 out. 1980).

3.1.3 “Itapuranga viveu, anteontem, um de seus dias mais movimentados”

Para denunciar os problemas enfrentados pelas 32 famílias de posseiros da Fazenda Córrego da Onça, esses homens e mulheres organizaram um ato público na cidade de Itapuranga, na forma de uma grande marcha das famílias de posseiros. Depois disso o movimento se fortaleceu, não só porque aumentou o número de pessoas que passaram a apoiá-los, mas também porque foi possível chamar a atenção da população de Itapuranga e das autoridades governamentais para o ocorrido naquelas terras.

A partir das 14 horas, do dia 30 de agosto de 1980, a cidade de Itapuranga viu sua rotina ser quebrada. Homens, mulheres, crianças, entre eles religiosos, professores, médicos, deputado estadual e sindicalistas, começaram a trafegar de um lado a outro, para a realização da passeata dos posseiros da Fazenda Córrego da Onça. Às 15h 45 min desse dia, saíram pelas ruas centenas de pessoas levando consigo faixas e cartazes com vários dizeres, gritos e palavras de ordem, cantos e muita esperança de ver os seus problemas resolvidos.

D. Preta, em suas memórias, reconstitui o clima da passeata:

nós íamos pra lá, juntava o povão tudo e ficava gritando; ficava gritando e outros falavam pra nós, essa passeata é perigosa né. Eu era muito nova e eu ficava naquele medo, nós gritando pra rua afora [risos]. Tinha faixa, o pessoal trazia enxada nas costas, o Divino e o Joel na frente com a faixa e nós atrás, ali tinha tudo, tinha até violão tocando.

Essa passeata conseguiu reunir cerca de 500 pessoas. Durante todo o ato apareciam grupos de pessoas que manifestavam apoio àquelas famílias. O ato foi encerrado com a concentração dos manifestantes em frente à Igreja Católica Cristo Redentor, no centro da cidade, momento em que foram proferidos discursos pedindo a sensibilidade das autoridades locais e do Estado para com a situação dos posseiros da Fazenda Córrego da Onça.

O registro feito pelo *Diário da Manhã*, acerca dessa marcha afirmava:

Itapuranga viveu, anteontem, um de seus dias mais movimentados: cerca de 500 pessoas, entre elas as 32 famílias dos posseiros das fazendas Córrego da Onça e Maria Alves, ameaçados de despejo por Fiote Caiado, saíram em passeata.

Pela foto registrada pelo *Diário da Manhã* (1980) pode-se ter uma noção da dimensão dessa passeata, em que as famílias empunhavam cartazes e faixas, caminhando pelas ruas da cidade para pedir o apoio da comunidade.



Figura 4: Passeata dos posseiros em Itapuranga.
 Fonte: *Diário da Manhã*, 1980, p. 9.

Essa passeata contou com a presença de todas as famílias envolvidas no processo, que traziam consigo instrumentos de trabalho do dia-a-dia, como enxadas e foices, instrumentos que tinham um papel político naquele ato, pois serviam para demonstrar que queriam a terra para cultivá-la, para produzir a vida, e não para acumulação de riquezas. Como registrado na imagem anterior, isso foi demonstrado através de frases colocadas em faixas e cartazes: “a terra é de quem trabalha nela”; “Queremos terra para trabalhar e viver”; “Nós exigimos nossas terras, é nosso direito”; “Não aceitamos ser despejados”; “pedimos apoio do povo” (*Diário da Manhã*, 17 set. 1980).

Durante o trajeto dessa marcha, muitas palavras de ordem foram proferidas pelos manifestantes, tais como: “Abaixo os grileiros”; “Justiça na terra que não tem”; “Chega de exploração”; “Abaixo os Caiado”; “Os posseiros unidos jamais serão vencidos” (*Diário da Manhã*, 17 set. 1980). Os discursos contaram com o apoio do Deputado Estadual Línio de Paiva, do Partido dos Trabalhadores, de vários dirigentes sindicais e do bispo Dom Tomás Balduino, da Diocese de Goiás, que se fez presente.

O apoio e o envolvimento de políticos, religiosos e outros interlocutores foram registrados pelos meios de comunicação que fizeram a cobertura do evento. Na imagem a seguir está registrada a presença do bispo da Diocese de Goiás, D. Tomás Balduino, e do deputado estadual Línio de Paiva, afora outros sindicalistas que se envolveram na causa dessas famílias.



Figura 5: Presença do Bispo da Diocese e Deputado Estadual na Passeata dos Posseiros da Fazenda Córrego da Onça.

Fonte: *Diário da Manhã*, 1980, p. 9.

Cabe concluir, então, que todo esse processo que fora coroado com essa manifestação pública conseguiu chamar a atenção da comunidade local para o problema vivido pelas famílias. Esse entendimento é corroborado pelas palavras de Dom Tomás Balduino que, em discurso mencionado pelo *Diário da Manhã* (17 set. 1980), afirmava que aquele evento era

o início de uma grande jornada, um compromisso: depois de tantos papéis, reivindicações, o resultado é a justiça. Conclamou todos a se unirem com os posseiros, pois, segundo ele, justiça e direitos não lhes faltam. Falta é informação. Com essa união, está criado um caso social. Não se joga na rua crianças que precisam ser alimentadas. Com o caso social, não existe nenhuma lei injusta.

As fotos tornaram-se uma fonte importante nesta análise, pois levaram-me a considerar outros elementos importantes da marcha pelas ruas da cidade, ao mostrar, por exemplo, mulheres carregando bandeiras e cartazes, assim como a imagem de uma mãe amamentando seu filho durante os discursos em frente à Igreja Católica Cristo Redentor. Dentre várias dessas imagens, selecionei uma, que me pareceu capaz de mostrar a dimensão e o papel ativo das mulheres, não somente na passeata, mas também em todo o processo que se desenvolveu na Fazenda Córrego da Onça.



Figura 6: Presença da mulher na mobilização dos posseiros da Fazenda Córrego da Onça.
 Fonte: *Diário da Manhã*, 1980, p. 9.

Essa imagem, sem dúvida serve como instrumento documental que merece uma análise, mesmo porque revela o importante papel da mulher nesta trajetória dos posseiros do Córrego da Onça.

No encerramento da passeata, por volta das 17 horas, do dia 30 de agosto de 1980, uma posseira subiu ao palanque e fez a seguinte declaração: “eu estive no Fórum, e lá me disseram que, se a gente não sair das nossas terras até dia 3, no dia 4, a polícia vai lá para nos tirar. Mas eu quero deixar bem claro. De lá, a gente só sai morto” (*Diário da Manhã*, 30 ago. 1980).

Diante dessa declaração de uma posseira, pude rever algumas hipóteses anteriores e retificar minhas concepções quanto ao papel das mulheres nesse evento. A impressão que ficava das fontes por mim consultadas, até então, era de que as articulações

mais importantes do movimento eram elaboradas pelos homens. No entanto, ao ter acesso a essa fala, procurei ouvir as mulheres da Fazenda Córrego da Onça e percebi o equívoco que estaria cometendo se deixasse silenciadas as memórias desses sujeitos sociais.

As narrativas de algumas mulheres, como D. Geraldina, D. Preta, D. Santana e D. Maria Lopes, revelavam sua compreensão de que algumas das famílias de posseiros foram ludibriadas com certas benesses ofertadas por Fiote Caiado, como uma casa na cidade, e expressavam também sua indignação diante das ameaças de despejo por policiais e da pressão com capangas a mando do fazendeiro. Sobre essa situação, D. Preta afirma em sua narrativa:

o Fiote estendeu arame por esse mundo abaixo, passou aquela arameira, aí o povo pegou, arrancou tudo, sei o que esse povo fez desse arame não, arrancou tudo e largou pelo mato, passou, passou um tempinho quando é fé lá vem ele de novo. Fez outra barraca ali de novo. Aí disse que era pra tirar o povo, mais foi um sufoco danado. Aquele Bastião Jorge morava lá na serra, coitado, velhinho, arcadinho, pegou foi embora lá pra Itapuranga. O povo ficou com medo, queria correr tudo, largar as casas.

A passeata foi encerrada com a possibilidade de um conflito iminente, pois durante o evento, os posseiros foram informados de que no dia 4 de setembro daquele ano, cinco dias após a manifestação, as 32 famílias da Fazenda Córrego da Onça deveriam deixar suas terras por determinação do Juiz da Comarca de Itapuranga.

O judiciário havia expedido um mandado de reintegração de posse em favor de Fiote Caiado, o que exaltou os ânimos dos presentes na passeata. Ao saírem da passeata e voltarem para a fazenda, os posseiros mudaram de tática, impedindo que qualquer pessoa, inclusive membros da Igreja Católica e do STRI, entrasse em suas terras sem a prévia autorização. Assim, todas as entradas que davam acesso às terras em disputa foram fechadas.

3.1.4 E o governo toma uma decisão

Com a decisão de conceder a posse dos 167 alqueires ao fazendeiro Fiote Caiado, o Judiciário de Itapuranga requisitou uma força-tarefa da Polícia Militar da Cidade

de Goiás para se juntar aos de Itapuranga, com o objetivo de cumprir a determinação judicial. Foram quatro dias de muita tensão entre as famílias, uma vez que a tática agora deveria ser resistir e impedir a retirada de qualquer família da área.

Diante desse quadro de tensão e com essa possibilidade de enfrentamentos iminentes entre posseiros e policiais, é que o governo do Estado, ciente do que estava se passando na fazenda, procura intermediar o conflito. Todavia, passou a atuar com um papel dúbio diante do que estava ocorrendo.

O então governador do Estado de Goiás, Ary Valadão, ao conhecer fatos mais recentes do processo de mobilização, decidiu tomar uma decisão que evitasse o confronto. Essa decisão buscava evitar alguns prejuízos políticos, visto que a eleição para governador se aproximava.

O governo do Estado preparou uma estratégia para evitar desgaste político, propondo a compra das terras de Fiote Caiado para serem repassadas aos posseiros. Assim, no dia 3 de outubro de 1980, o governo do Estado compra os 167 alqueires da Fazenda Córrego da Onça, tendo sido publicada no *Diário da Manhã* a seguinte decisão, anunciada pelo Procurador Geral do Estado, Decil de Sá Abreu: “aquelas terras não mais serão desapropriadas, e sim compradas pelo Estado ao preço de Cr\$ 150 mil por alqueire” (out. 1980).

Todo esse processo de compra e venda foi rapidamente elaborado antes do cumprimento da reintegração de posse, que havia sido marcada para o dia 4 de outubro, como foi dito anteriormente. A decisão de compra das terras da Fazenda Córrego da Onça foi selada através de um acordo feito somente com a presença de Fiote Caiado e o governador Ary Valadão, numa transação em que foi pago um valor acima de mercado.

As imagens a seguir registram cenas em que os interlocutores do estado de Goiás, chegam à fazenda para comunicar o que havia sido acordado.



Figura 7: Interlocutores do governo de Goiás junto aos posseiros.
 Fonte: *Diário da Manhã*, out., 1980.

Brasílio Caiado, Secretário do Interior e Justiça de Goiás, ao intermediar, junto às as famílias de posseiros, a decisão do governo estadual, conforme noticiou o *Diário da Manhã* (out. 1980), expressou sua opinião sobre essa decisão final da seguinte forma:

o governador, como homem que veio da lavoura, se sensibilizou com o problema de vocês. Não queremos nenhuma arbitrariedade, e, se não tivéssemos aqui, a polícia, que apenas cumpre as leis, teria aparecido hoje na casa de todos vocês, obrigando-os a se retirar. O governo, tenho certeza, vai perder no final, vendendo as terras por preços irrisórios, mas o que importa é que vocês, que trabalham nela, continuem cultivando-a.

O discurso de Brasília Caiado proferido aos homens e mulheres da Fazenda Córrego da Onça deixa clara a estratégia do governador e do fazendeiro, visto que ambos saíram ganhando com este desfecho. O primeiro ganha politicamente, visto que, a imagem

que ficaria é a do governador que pôs fim ao sofrimento daquelas famílias; o segundo ganha efetivamente porque consegue vender aquelas terras de forma superfaturada.

Após essa reunião, que durou cerca de duas horas, com o repasse da decisão do governo estadual, os posseiros reuniram-se no Fórum de Itapuranga para que fossem estabelecidos os termos do acordo e fossem ouvidos separadamente, caso a caso pelo Juiz da Comarca de Itapuranga.

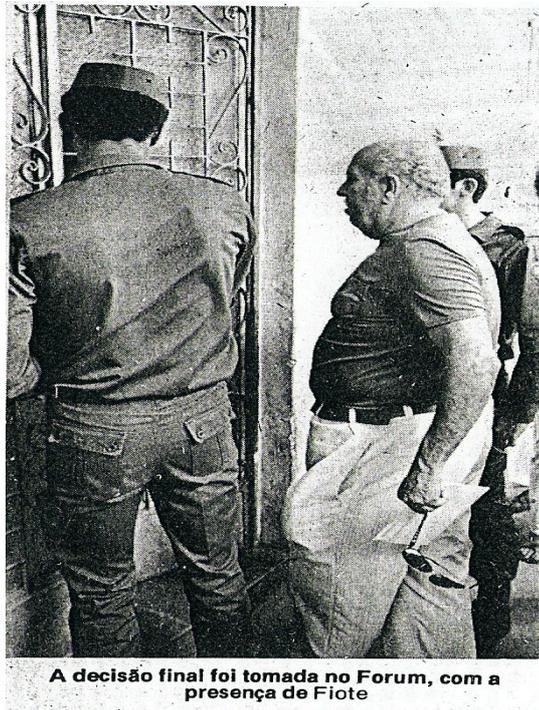


Figura 8: Fiole Caiado entrando no Fórum de Itapuranga.
Fonte: *Diário da Manhã*, 1980, p. 11.

A estratégia do governador de Goiás, ao tomar para si a responsabilidade pelo desenrolar dos embates, buscava empanar o sentimento de vitória das 32 famílias, impedindo que isso fosse capitalizado como vitória apenas do movimento. Como registrou o *Jornal Opção* (out. 1980), os dois representantes do governo estadual, agiram de modo que elas nem mesmo se expressassem durante as suas conversas:

[...] sem deixar que os posseiros falem muito, as duas autoridades comunicam-lhes que o governador decidira encaminhar à Assembléia Legislativa um pedido de compra da área a Fiole Caiado, para posterior revenda aos posseiros.

Como contraponto à visão construída pelo governo estadual, e com desejo de reafirmar que a conquista da terra foi uma ação que partiu das famílias, o poeta Romário interpreta em versos a vitória dos posseiros em relação ao fazendeiro, em poema publicado em *O Libertador* (out. 1980):

Meus amigos e companheiros
o que eu digo aqui agora
foi a força da união
que conseguiram a vitória
vai citar o exemplo
por este Brasil afora
isto não foi um presente
foi a luta minha gente
que vai ficar na história.

A afirmação incluída no poema “vai citar o exemplo por este Brasil afora” foi a mensagem que mais repercutiu em meio aos posseiros e trabalhadores rurais em Itapuranga, e também em outras regiões. A conquista dos posseiros do Córrego da Onça se tornou exemplo a ser seguido por outros homens e mulheres que estavam sendo injustiçados e expropriados de suas terras.

Várias narrativas produzidas por algumas mulheres posseiras reafirmaram categoricamente que a terra deveria ficar com eles, mesmo porque era ali que nasceram e foram criados. Nesse sentido D. Preta, em entrevista, afirma:

nós pensávamos que a terra era nossa, pois nós tínhamos sido nascidos e criados aqui, e eu não lembro que Fiote tivesse terra aqui não. Agora, quando a gente é mais nova, a gente pensa pouco, ficava naquela: o que é que esse homem já vem fazer, tirar nós daqui, ele num tem terra. Aqui nós falávamos assim. Ah! Nós sofremos demais, precisa de ver.

As experiências anteriores vividas por estes homens e mulheres foram fundamentais para a vitória da permanência na posse da terra na Fazenda Córrego da Onça. Essas 32 famílias tiveram que se opor ao Poder Judiciário, ao executivo e ao poder econômico, além de enfrentar algumas propostas então levantadas pelo sindicato, sobre a legalidade do direito de Fiote Caiado em relação àquelas terras.

Orlando Tomazini, médico e um dos interlocutores dos posseiros da Fazenda Córrego da Onça, analisou em versos a história e a tomada de decisão dos posseiros da referida fazenda, fazendo uma excelente interpretação do fato ocorrido:

Tem injustiça acontecendo aqui
 Com os posseiros da banda da serra,
 E não adianta esconder que eu vi,
 Foram expulsos de suas terras.
 Sem o trabalho, para onde vão?
 Aumentar as filas de quem perde o chão.

Estamos aqui para denunciar
 Esta estrutura de dominação
 Que até impede de trabalhar
 Quem sempre na vida só lavrou o chão.
 Foi a própria lei que praticou o ato,
 Não foi o capricho do destino não.
 Por isso agora contamos o fato
 Para impedir esta situação.

Vinte e sete anos a posse mais nova,
 Dezessete só de usucapião,
 As benfeitorias são a grande prova,
 Quem tem o direito não é o patrão.
 Mas a lei tampou os olhos dos posseiros
 Pra poder ditar uma sentença errada,
 Só porque ainda mais vale o dinheiro,
 Que o pobre cabloco grudado na enxada.

Quarenta família sem as suas terras,
 Mais um fazendeiro com terras demais.
 Este fato só uma verdade encerra:
 Será que estas terras vão virar capim,
 No lugar do milho, arroz e o feijão?
 A justiça injusta decretou que sim.
 Só o povo unido pode dizer NÃO!

3.2 A SAÚDE QUE BROTOU DE ALGUNS EMBATES

Ao reportar-me ao passado da mobilização dos trabalhadores rurais em Itapuranga, cabe mostrar também a trajetória histórica da conquista de um centro de saúde, hoje transformado na Associação Popular de Saúde. A história por esse espaço se iniciou nos últimos anos da década de 1970, estendendo por toda a década de 1980. Por

enfrentamentos e dificuldades que viviam em períodos de doença retiraram o suporte para essa mobilização, conforme afirmativa de José Caixeta, em entrevista a mim concedida:

antes do sindicato, a gente já começou a pensar em organização, vendo a questão da saúde. A gente veio de fora pra cá, naquela vontade de ganhar dinheiro. A gente fazia grandes colheitas e acabava que com um simples internamento da pessoa da família, o dinheiro ia tudo embora, ficava tudo no hospital particular. Quando criou o sindicato, a gente entrou na saúde.

Esse processo de organização, no que diz respeito à conquista de um espaço de saúde para os trabalhadores rurais, esteve intimamente ligado ao que relata acima José Caixeta, de modo que, nas assembléias do STRI e do Grupo de Evangelho, esse tema era recorrente nos debates e conversas. Acreditavam que, ao conquistar um espaço, ou seja, um hospital para os trabalhadores, os problemas e gastos seriam minimizados, já que não ficariam mais reféns dos hospitais particulares que cobravam antecipadamente para atendê-los.

Um fato recorrente nas lembranças desses trabalhadores é que desde a fundação do STRI, em 1972, ao se filiarem a essa entidade, tinham com um dos objetivos mais claros encontrar saídas para os desafios concernentes ao tratamento de saúde. No cotidiano das famílias, os tratamentos médicos, além de serem todos particulares, em muitos dos casos, eram feitos em cidades próximas como Ceres e Goiás, que ficam a aproximadamente 60 km de Itapuranga, ou em Goiânia, distante 169 km, o que tornava o tratamento ainda mais dispendioso. Relembrando essas dificuldades, conta Maria Pereira dos Santos (Augusta):

então a luta era essa, porque aqui só havia particular, naquela época tinha o hospital do Dr. Wagner Camargo, onde tudo era muito caro. Como os trabalhadores rurais não tinham condição de pagar um tratamento, então, lutaram pra que fizesse esse hospital e, graças a Deus, os produtores pararam de vender suas propriedades pra tratar seus filhos, que, na época, nem muita vacina usava aqui e tinha muito problema de saúde.

Na seqüência das reflexões acerca desses desafios, cobrou-se do STRI a contratação de alguns médicos para atendimento na sede da entidade. Diferente do que usualmente faziam na rede particular, os sócios pagavam uma taxa para esse atendimento, além da contribuição sindical.

E, ao dar início aos procedimentos médicos na sede do STRI, descobrem, através desses profissionais, que os hospitais particulares recebiam verbas do governo federal para atendimento público, o que não era de fato realizado. Ao serem esclarecidos sobre a existência de tais políticas públicas, deflagrou-se um intenso processo de organização e de cobrança desses direitos para com as autoridades municipais e estaduais, exigindo-se o cumprimento de algumas ações.

Outro fator que favoreceu o fortalecimento desse movimento foi um convênio assinado no dia 9 de agosto de 1978, entre o STRI e o Inamps, trazendo para o município de Itapuranga médicos que estavam inteirados do processo de saúde no Brasil e que se tornaram importantes aliados dos trabalhadores rurais em favor da saúde. Documentos da área de saúde registram este acontecimento nos seguintes termos:

é assinado o convênio entre o Inamps e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga para prestar assistência médico-hospitalar aos trabalhadores rurais e seus dependentes (beneficiários do pró-rural). Sistema de verba fixa mensal, reajustada de vez em quando. (Histórico Cronológico da APSI, dez. 1987)

Os primeiros atendimentos dos profissionais da saúde refletiram diretamente nas comunidades rurais de todo o município, despertando o desejo de desenvolver um projeto de saúde preventiva e curativa e tentar evitar aqueles procedimentos que priorizavam os remédios químicos vendidos nas farmácias. Isso fez parte de um processo iniciado pelos médicos Paulo Horta, Vitor de Souza Machado, Orlando Tomazini, Evandro Queiroz, que contavam com uma equipe de funcionários que, através de palestras e conversas com os trabalhadores rurais, tentaram mostrar alguns remédios e soluções para curar doenças, que estavam em seus próprios quintais.

O trabalho preventivo desenvolvido pelo Hospital do Sindicato foi comentado por Zilda de Menezes, em entrevista:

através da luta dos trabalhadores rurais foi também colocada a questão da alimentação, porque os trabalhadores rurais não tinham noção, eles vendiam o que era bom para a alimentação e compravam massas que não tinha nenhuma substância para o corpo humano. Então, foi incentivado no pessoal plantar frutas no quintal, aproveitar frutos que eles tinham; os ovos que eles colhiam, vendiam e compravam o macarrão. A gente tirava o alimento de casa para trazer uma coisa que

não tinha necessidade, então, a gente vê que foi uma luta, que abriu muito. Hoje, os trabalhadores só têm ovo e frango, então, eu vou buscar alguma coisa no mercado, e foi quando teve esse incentivo. Também tinha a questão da verminose, que o pessoal não tinha nenhuma casinha, não tinha banheiro, aí também foi feito esse trabalho juntamente com os médicos.

Com essas experiências, mediadas pelos médicos, outras foram surgindo, motivando os trabalhadores rurais a cobrarem da direção do STRI uma ação mais eficaz em relação ao atendimento ambulatorial nos hospitais particulares de Itapuranga, mesmo porque os atendimentos de consulta já estavam sendo realizados em salas do sindicato. Mas, os tratamentos que exigiam internação cirúrgica ainda estavam sendo feitos na rede particular, através das verbas do Inamps.

Com a intenção de minimizar a questão descrita anteriormente, em setembro de 1978, foi inaugurado o que os trabalhadores rurais e a direção sindical denominaram Hospital do Sindicato, instalado no prédio construído com recursos do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural) que, através de convênio com o governo federal, foram repassados ao STRI, via Inamps.

Todo esse processo foi comemorado como uma conquista, mas, com o passar do tempo, perceberam que a descentralização da gestão de saúde foi uma forma que o governo encontrou para deixar à deriva tais entidades, uma vez que os recursos provenientes dos convênios não eram repassados com regularidade. Neste sentido, o STRI passou a desembolsar recursos provenientes de sua arrecadação junto aos associados, os quais em tese deveriam ser utilizados em outras mobilizações, para custear as despesas correntes do hospital. Tudo em decorrência do não-cumprimento do repasse de verbas que foram conveniadas com o Inamps.

Com menos de dois anos de funcionamento, as dívidas contraídas com fornecedores e funcionários não estavam sendo quitadas, em razão da falta de repasses dos governos federal e estadual, problema a que se somava, ainda, o congelamento dos recursos pactuados para manter o hospital, que, depois de dois anos, ainda não haviam sido reajustados.

Essa realidade foi assim descrita em documento produzido pela Associação Popular de Saúde de Itapuranga (APSD):

O Hospital está funcionando com dificuldade. Verba insuficiente, não cobre nem as despesas com funcionários, água e luz. Trabalhadores doando donativos em dinheiro. Atendimento para 15 mil trabalhadores e seus dependentes. Salários dos funcionários e preços dos materiais médico-odontológicos aumentam, o Inamps não cumpre a promessa de reajustar a verba conforme promessa realizada no ano anterior. Os trabalhadores com a vida difícil tem consciência que não é certo pagar para ser atendido no Hospital.

As primeiras experiências na administração do hospital, feitas via direção sindical, serviram como um aprendizado, mesmo porque, todos os problemas que foram surgindo ao longo dos primeiros anos de vida dessa entidade, trouxeram muitas incertezas e muitos debates sobre a continuidade dos convênios, a busca de alternativas para a unidade hospitalar continuar em funcionamento e a garantia de tratamentos hospitalares e ambulatoriais para todos os beneficiários.

As manifestações em frente aos órgãos responsáveis pela continuidade dos convênios, Inamps e Prefeitura Municipal de Itapuranga, foram constantes no cotidiano desses trabalhadores rurais. Questões como as que foram descritas pelo Boletim da Diocese de Goiás em 1978, além de ser tema recorrente nas conversas e reuniões, suscitavam indagações sobre a destinação das verbas alocadas para a saúde: “Para onde vai esse dinheiro? Quem está fazendo uso dele e para quê? Nós sabemos que o dinheiro é tirado do povo para voltar em forma de benefícios para o povo, mas onde está o resultado?”

Além dessas inquietações, outras questões estiveram presentes na administração do hospital, já que este, pouco a pouco, começava a colocar em risco a vida financeira do sindicato. O jornal *O Libertador* registrava, em setembro de 1979, que

em apenas um ano de funcionamento o hospital sobrecarregou o Sindicato, com uma dívida de mais de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros). [...] Como se vê a situação é péssima. É preciso fazer uma contenção de despesas urgentes, senão o negócio fica pior.

D. Augusta narra que nesse período “foi feita muita reivindicação, foi feito marcha aqui em Itapuranga, eu lembro que a gente caminhou nessas ruas aqui reivindicando, fazendo protesto”. Todas as caminhadas e ações a que se refere a entrevistada foram frutos de vários desafios enfrentados na administração do hospital,

agora sob a responsabilidade dos trabalhadores rurais, ligados diretamente ao STRI. Essas experiências anunciavam outras realidades.

3.2.1 “A tática do governo estava correta”

Perpétua Maria de Camargos Gontijo, professora e interlocutora das muitas experiências dos trabalhadores rurais, no que concerne à unidade hospitalar, disse-me em entrevista:

aquele hospital foi uma forma que o governo encontrou de sobrecarregar os trabalhadores rurais, e que se o hospital não desse certo, quem seria o culpado eram os trabalhadores. Foi esse o motivo que fez com que o governo entregasse a direção do hospital para o sindicato, como forma de diminuir a mobilização sindical nessa região.

Essa interpretação foi, aos poucos, sendo confirmada, visto que, ao analisar toda essa trajetória, constatei que o envolvimento com as questões da saúde levou o sindicato a negligenciar as questões trabalhistas de seus associados. Não conseguiu mais realizar as reuniões nas comunidades rurais, como antes era feito com muita frequência. Além disso, surgiram desentendimentos em relação à direção sindical. À medida que os problemas foram se acentuando, alguns trabalhadores rurais, juntamente com médicos e funcionários, foram percebendo tal estratégia e partiram para a mobilização através de um longo processo reivindicatório, cujo objetivo foi o de fortalecer esses centros de saúde, mesmo diante de muitas adversidades.

Através de trabalhos coletivos, apoiados por interlocutores ligados aos professores, profissionais liberais e aos associados, conseguem manter em funcionamento as atividades prestadas pelo hospital, com doações de alimentos, contribuições em dinheiro, além de uma série de trabalhos voluntários para limpar, reformar e construir salas na unidade hospitalar. Além dessas atividades locais, decidiu-se acampar em frente à sede do Inamps em Goiânia.

Os manifestantes foram então para a frente do Inamps em Goiânia, com faixas e cartazes denunciando o descaso das autoridades com aquele centro de saúde administrado pelos trabalhadores rurais, conforme estampados nas imagens a seguir:

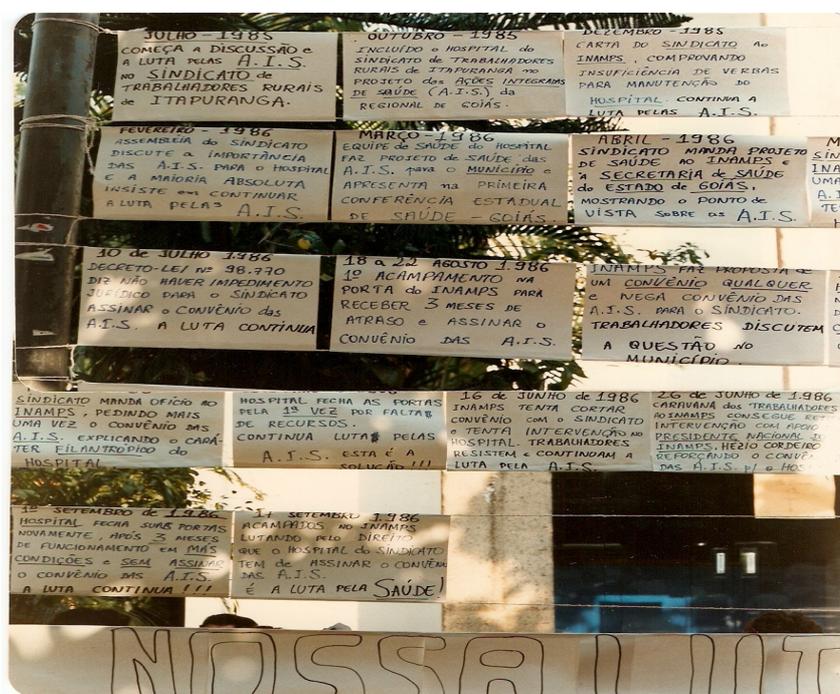


Figura 9: Panfletos em frente ao Inamps em Goiânia.
Fonte: Arquivo STRI, 1981.

Mauro Queiroz, trabalhador rural e dirigente sindical, em entrevista ao jornal *Diário da Manhã* (30 mar. 1980), falava sobre as práticas alternativas de que lançaram mão para manter o hospital, afirmando

ter concordado plenamente com os pedidos de donativos. Era o único jeito do hospital não sair das mãos dos trabalhadores. Além do mais, o trato foi de cooperarmos até que o Inamps solucionasse o problema; mas como isto estava demorando demais, resolvemos vir aqui.

A crise financeira do Hospital do Sindicato e o seu possível fechamento significariam um duro golpe nas intenções dos trabalhadores rurais, mesmo porque poderiam ser acusados pelos governos municipal, estadual e federal de não terem

conseguido administrar aquilo que lhes pertencia. Os desafios precisavam então ser vencidos com as experiências destes trabalhadores.

Constatei que esse processo não ocorreu somente na experiência do hospital de Itapuranga, mas em vários outros de todo o Estado de Goiás, conforme noticiado no *Diário da Manhã* (11 abr. 1981), ao informar:

Mais de 70 presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais de Goiás estiveram reunidos, ontem, com a direção do Inamps, para reivindicarem subsídios destinados a eles e à Fetaeg – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás, que vêm enfrentando inúmeras dificuldades para continuar prestando assistência médica, odontológica e ambulatorial aos sindicalizados e seus dependentes.

Na seqüência dessas notícias, várias outras foram publicadas, com teor semelhante:

os presidentes dos sindicatos de Itapuranga, Pedro Teodoro da Silva, de Edéia, João Pereira de Lacerda, e de Morrinhos, Nicanor Rodrigues, estiveram ontem com o superintendente regional do Inamps, Délio Senna, para lhe explicar a caótica situação dos hospitais destas cidades. Contudo, mais uma vez, segundo eles, ouviram as mesmas alegações do superintendente: falta de recursos e a necessidade de recontagem dos pontos, ou seja, levantamento do atendimento destes hospitais, para ver se há carência ou não de recursos. (*O Popular*, jun. 1982)

Mesmo com esse processo de mobilização e diálogo com o Superintendente do Inamps, ao longo de 1981-1982, nada foi modificado em relação ao atraso nos repasses e a continuidade dos convênios. Diante destas negativas, os trabalhadores rurais intensificaram a pressão ao Inamps para regularizar a situação das inúmeras unidades hospitalares no estado de Goiás.

Em 1983, depois de muitos esforços, o STRI assinou um convênio com a Central de Medicamentos (CEME), para garantir medicamentos ao hospital, aliviando um pouco os problemas de manutenção destes produtos essenciais nos tratamentos dos doentes.

Depois de uma série de ações que incluíram reuniões com o prefeito municipal de Itapuranga e com os trabalhadores rurais associados ao sindicato, além do envio de ofícios às muitas entidades filantrópicas, comerciais e religiosas da cidade, tentou-se inserir o hospital no programa de Ações Integradas de Saúde (AIS), em outubro de 1985, com o objetivo de garantir recursos da Secretaria Estadual de Saúde para o hospital.

Consolidada essa inclusão do hospital dos trabalhadores rurais de Itapuranga no projeto das AIS, regulamentada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social em abril de 1986, o movimento se voltou para tentar receber os recursos que estavam em déficit em relação ao Inamps.

Mesmo com o reconhecimento e a inclusão nas Ações Integradas de Saúde, os problemas financeiros do hospital não foram resolvidos. Em 12 de maio de 1986, fecharam-se as portas em decorrência da grave crise financeira, já que o convênio assinado para a inclusão nas AIS estava parado, ou seja, não foi de fato implementado. Permaneceu fechado até junho desse mesmo ano, mas, depois de uma campanha para arrecadar alimentos, material de limpeza, medicamentos, envolvendo todos os segmentos que eram assistidos pelo atendimento dessa unidade hospitalar, o hospital é reaberto em 14 junho de 1986, diante de cobranças dos associados. Não era pequena a importância do hospital para a região, conforme atestam dados de uma matéria de jornal:

o Hospital dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga presta assistência a cerca de 5 mil famílias de agricultores que dependem diretamente do estabelecimento para questões de saúde. Suas estatísticas refletem a importância da casa de saúde para uma população em torno de 25 mil pessoas, grande parte de crianças: de 1978 até setembro deste ano (1986) registrou 6.289 internações, com uma média de 190 por mês; 884 partos, com média de 30 por mês; 113 cesarianas; 115 cirurgias; e finalmente, o pronto-socorro, que atendeu 15 mil casos de urgência, com de 800 casos por mês. (*Diário da Manhã*, jun. 1986)

Com o objetivo de fazer valer o disposto na Portaria nº 3.728 do MPAS, que previa a inclusão de hospitais filantrópicos na distribuição das AIS, os manifestantes exigiram a inclusão do Hospital do Sindicato nas Ações Integradas de Saúde. Neste sentido, publicou-se no jornal *O Popular* (ago. 1986) a seguinte reportagem:

Os trabalhadores rurais de Itapuranga, acampados há vários dias na porta do prédio da Superintendência do Inamps, reafirmaram ontem que só deixarão o local, após a autorização do Instituto para que o Hospital que mantém no município passe a fazer parte das AIS.

Na imagem abaixo registra-se a presença de um grupo de alguns trabalhadores rurais e funcionários reivindicando o cumprimento dos contratos do hospital:



Figura 10: Trabalhadores rurais em frente ao Inamps.
Fonte: Arquivo do STRI, 1986.

Em Goiânia, no acampamento, outros instrumentos de divulgação foram produzidos através da distribuição de cartas de esclarecimento, faixas e cartazes que divulgavam os seus intentos à população goiana. Todo esse processo era necessário, uma vez que os participantes daquele ato estavam sendo acusados pelas autoridades estaduais e superintendente do Inamps de estarem fazendo um movimento político-partidário. Para negar essa vinculação, esclareciam seus objetivos, conforme noticiário publicado pelo jornal *O Popular* (25 mar. 1986):

Dorvalino negou quaisquer interesses políticos, que segundo o Superintendente estariam fazendo movimentar os servidores e lembrou que “realmente temos interesses e estamos lutando, mas por uma política de saúde que atenda a população, sem qualquer discriminação”. Exibindo vários abaixo-assinado encaminhados pela população de Itapuranga às autoridades federais e estaduais pedindo

que fosse impedido o fechamento do hospital, os trabalhadores reafirmaram que ‘sem o convênio com as AIS não haverá perspectiva de se continuar o trabalho que estamos desenvolvendo há nove anos’.

Esse acampamento em Goiânia foi motivado pela não-inclusão do hospital, sob a coordenação do STRI, no projeto das AIS. Nesse momento, 75 pessoas, dentre elas trabalhadores rurais e servidores da unidade de saúde, articulam este ato. O prefeito municipal, João Batista da Trindade, não teve a sensibilidade de efetivar essa inclusão, pois também acreditava que o trabalho desenvolvido pelo hospital tinha motivações partidárias, uma vez que contava com muitos participantes ligados ao Partido dos Trabalhadores.

Em 18 de agosto de 1986, foi emitida uma nota de esclarecimento à população de Goiânia, justificando os motivos daquela manifestação:

Nós, trabalhadores rurais de Itapuranga-GO, estamos esclarecendo à população de Goiânia que estamos acampados em frente ao Inamps exigindo o pagamento dos seis meses de atraso e assinatura do convênio da Assistência Integral de Saúde (AIS). O nosso hospital não recebe subsídios desde o mês de março de 1986. O Inamps, sutilmente, está boicotando a nossa verba fazendo o jogo dos políticos do PMDB que não têm interesse pela saúde do povo. Só sairemos daqui com o dinheiro nas mãos e com o convênio das AIS assinado.

Depois de terem recebido promessas de atendimento de suas reivindicações, todo o restante do ano de 1986 foi marcado por idas e vindas ao Inamps. Em setembro de 1986, depois de evidenciado que as promessas não seriam cumpridas, montam acampamento na porta do instituto. Ali permanecem por mais 15 dias, quando são comunicados pelo Diretor do Inamps de que o hospital dos trabalhadores rurais de Itapuranga não poderia ter convênio assinado, porque tal entidade não preenchia os requisitos exigidos pelo Ministério da Previdência.

Em resposta, Dorvalino José rebate os argumentos do diretor do Inamps, conforme registrado em matéria de jornal:

quanto à alegação do Inamps de que o convênio não poderá ser realizado, porque o hospital não preenche os requisitos exigidos pelo Ministério da Previdência, Dorvalino Campos informou que já existe

uma portaria do Presidente da República dando esta autorização, Decreto nº 98.770, de 10 de junho de 1986. (*O Popular*, set. 1986)

De posse desse decreto, ficava evidente que havia outros empecilhos para a assinatura e efetivação do convênio entre hospital e AIS. E, segundo registros documentais desta entidade,

a direção do Inamps não está querendo assinar nosso convênio, fazendo a vontade do candidato do PMDB, Henrique Santillo, do deputado Ângelo Rosa Ribeiro e do Prefeito Municipal de Itapuranga, que quer usar as Ações Integradas de Saúde (AIS), para fins “eleitoreiros. (Histórico da APSI, 1987)

Diante desses impasses e na tentativa de impedir que as verbas fossem alocadas para o hospital, em outubro de 1986, acontece o 1º Seminário de Saúde das Ações Integradas em Itapuranga. Após esse encontro, evidenciou-se que as intenções do prefeito municipal, João Batista da Trindade, era assumir o controle daquela unidade de saúde, que, juntamente com o Hospital Municipal, que havia sido criado nesse mesmo ano, seriam instrumentos importantes na condução de suas pretensões políticas.

Após o seminário, ficou definida uma série de propostas que deveriam ser implementadas, resumidas na matéria a seguir.

Reestruturação da CIMS – Comissão Interinstitucional de Saúde de Itapuranga, para que ela passe a representar os diversos segmentos da sociedade; liberação imediata de recursos – o Inamps deverá repassar os recursos do Funrural em atraso há três meses e, ainda, aumentar o teto do Funrural para aquele hospital. A Secretaria da Saúde, por sua vez, apoiará a manutenção da unidade com medicamentos e material de consumo. E, ainda, assinatura de convênio das AIS – Ações Integradas de Saúde com a Prefeitura de Itapuranga, envolvendo os dois hospitais da cidade – o municipal e o do sindicato. (*O Popular*, 8 out. 1986)

Após o acerto entre Prefeitura Municipal, Hospital do Sindicato e Secretaria Estadual de Saúde, alguns dos problemas enfrentados pela unidade hospitalar dos trabalhadores rurais foram inicialmente minimizados. Assim, as verbas que eram repassadas pelo governo estadual ficavam sob a responsabilidade da prefeitura, fazendo

com que essa distribuição não fosse equitativa para os dois hospitais, o do Sindicato e o Municipal, levando o primeiro a uma série de dificuldades a partir de meados de 1987, momento em que nasce a Associação Popular de Saúde de Itapuranga (APSI), que conseguiu intensificar ainda mais as reivindicações pela melhoria da unidade de saúde dos trabalhadores.

3.2.2 Associação Popular de Saúde (APSI)

Nesse contexto de dificuldades e empecilhos para alocar as verbas necessárias para a manutenção e funcionamento do hospital do sindicato, discutiu-se a necessidade de se criar outra entidade, desvinculada das ações do STRI. Essa era a vontade de muitos dirigentes sindicais e de alguns trabalhadores rurais que estavam à frente do hospital: criar a Associação Popular de Saúde de Itapuranga (APSI). Isso só veio a ocorrer em 22 de fevereiro de 1987, consolidando assim os objetivos da categoria, como foi declarado em uma publicação da Diocese de Goiás (*Caminhada*, 1987), em que se registra:

foi fundada uma Associação Popular de Saúde para assumir jurídica, política e economicamente o hospital, que estava fechado há três meses. É uma associação de caráter filantrópico, destina-se a prestar assistência integral à saúde, está sendo mantida pelos 1400 sócios que tem atualmente, através de mensalidades e doações, o que é insuficiente para o total funcionamento.

Essa entidade, ligada aos trabalhadores rurais, passa a gerenciar os trabalhos dos médicos, enfermeiros e auxiliares do hospital, voltando a funcionar as atividades da unidade hospitalar. Por outro lado, todos os problemas financeiros e administrativos foram também herdados nesta reabertura, mesmo porque a Associação estava fazendo gestão há 3 meses para conseguir um convênio junto ao Inamps (o convênio das Santas Casas de Misericórdias), por considerar que a assistência à saúde deve ser mantida pelo governo (*Caminhada*, jul./ago. 1987).

Manter essa gestão junto aos governos municipal e estadual foi uma bandeira da APSI. No entanto, a nova direção buscou outros instrumentos, com o objetivo de manter o hospital aberto, atendendo aos trabalhadores rurais. Além de receber

donativos, realizou mutirões e passou a cobrar uma mensalidade no valor de 1% do salário mínimo.

Mas os empecilhos para essa nova entidade foram brotando na medida em que as bandeiras e reivindicações da entidade foram sendo renovadas a cada dia. De pronto, a APSI não poderia assinar nenhum convênio com o município em decorrência de não ter o título de filantropia. Tornou-se um foco principal fazer com que a Câmara Municipal de Itapuranga votasse uma lei aprovando o título filantrópico.

Tudo isso foi assegurado através de um intenso processo de mobilização para buscar apoio de órgãos e entidades que reconhecessem na APSI um papel relevante e importante para todos os trabalhadores rurais e a população carente da região. Buscou-se, também, apoio da Câmara Municipal, entidades classistas, juiz de Direito, delegado, Lions Clube, cartórios da cidade e Maçonaria, solicitando um documento que reafirmasse o caráter de filantropia do trabalho do hospital.

Além de buscar recursos nas esferas oficiais, deve-se ressaltar que, através da APSI, alguns projetos e verbas vindas de instituições estrangeiras ajudaram na consolidação dos trabalhos da entidade. Ressalte-se aqui um acordo firmado entre a APSI e uma organização não-governamental italiana, conhecida como Raoul Follereau, quando desenvolveram o Projeto de Hanseníase, com um trabalho de identificação e tratamento dessa doença.

Com os trabalhos da APSI, houve novas adesões de associados, ampliando ainda mais o raio de ação do hospital. Com a intensificação dos seus trabalhos preventivos e curativos, melhorou substancialmente as condições de saúde dos trabalhadores rurais assistidos pelo hospital.

Mesmo com trabalhos importantes desenvolvidos, como este feito com os hansenianos, a vida financeira da APSI continuou ainda insustentável, pois o governo da cidade de Itapuranga impediu de todas as formas que o convênio no valor de CZ\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil cruzados) mensais entre a APSI e o Inamps fosse assinado.

A estratégia dos dirigentes da APSI foi agendar uma audiência com o prefeito municipal, João Batista da Trindade, e com a Presidenta da Comissão Intermunicipal de Saúde (CIMS), Edna Maria da Trindade, com a intenção de resolver os impasses. Diante das negativas por parte dos dirigentes municipais, os trabalhadores rurais decidem, no dia 16 de outubro de 1987, promover um ato público em frente à prefeitura municipal de Itapuranga, cujo objetivo era tentar uma audiência para cobrar os repasses

financeiros que não estavam chegando ao hospital. Esses fatos tornaram-se notícias, como mostra uma reportagem de *O Popular* de outubro de 1987:

a solicitação do hospital ao Inamps é de uma verba mensal de Cz\$ 840 mil. Para que ela seja repassada é necessário que a CIMS de Itapuranga dê parecer favorável. Até o momento, a Comissão, presidida por Edna Maria da Trindade, mulher do Prefeito de Itapuranga, tem se recusado a fazer isso. Ainda ontem, o Secretário de Medicina Social do Inamps, Graciano Silva, se reuniu com os membros da CIMS daquele município buscando encontrar uma solução para o problema.

Na impossibilidade de entendimento com o prefeito João Batista da Trindade e a primeira dama Edna Maria da Trindade, trabalhadores rurais e funcionários do hospital saíram às ruas de Itapuranga para cobrar uma definição do executivo. Esse evento foi marcado para uma sexta-feira, 16 de outubro, e contou com 600 pessoas que saíram em marcha pelas ruas da cidade, chegaram à sede do poder público municipal, passando a ocupá-lo na esperança de uma audiência com essas autoridades.

Dentre muitas imagens que registram a passeata, escolhi uma que revela a expressiva dimensão desse evento, no momento em que chegavam à porta da Prefeitura Municipal de Itapuranga, trazendo faixas e gritando palavras de ordem.



Figura 11: Manifestantes em marcha pela APSI, 1987.
Fonte: Arquivo da APSI.

O ato se estendeu por toda a tarde e a noite, quando os manifestantes ocuparam as salas dos secretários municipais e o gabinete do prefeito. Estrategicamente, o prefeito havia se retirado da cidade, ao perceber que os manifestantes não sairiam dali, sem uma audiência com as autoridades.

Permaneceram acampados dentro do prédio durante o final de semana, aguardando um pronunciamento de João Batista da Trindade e Edna Trindade, mas ambos haviam deixado a cidade, após solicitar a presença da Polícia Militar para retirar os manifestantes da prefeitura.

Sobre esse episódio informou o jornal *O Popular* (out. 1987):

Dezenas de pessoas encontram-se acampadas diante do prédio da Prefeitura de Itapuranga, a 162 quilômetros de Goiânia. É a continuação de um movimento de protesto que teve início na sexta-feira da semana passada, com a invasão da sede da administração municipal, tendo os manifestantes sido retirados por policiais militares às 11 horas do último domingo.

Como registrado pela imprensa, por volta das 12 horas do dia 18 de outubro de 1987, o batalhão da Polícia Militar chegou à sede da prefeitura para retirar os manifestantes do local. Homens e mulheres foram arrastados e carregados pelos policiais, “com o saldo de alguns feridos, apesar de não ter havido resistência. O povo ficou na praça aguardando a reunião da CIMS” (Histórico da APSI, dez. 1987).

O acampamento com os trabalhadores concentrados em frente ao prédio da prefeitura, durou até o dia 31 de outubro, exatamente 16 dias. Sobre isso, Pedro Teodoro da Silva, naquela época tesoureiro do STRI, relatou em entrevista ao jornal *O Popular* (out. 1987):

o acampamento reúne mais de 400 pessoas, distribuídas em três barracas, e só será desativado depois que for assinado o convênio. Ele falou ainda do “maciço apoio” que o movimento de protesto está recebendo da população, a exemplo da Sociedade São Vicente de Paula, igrejas locais, professores e políticos de diversos partidos, inclusive do PMDB.

Esse discurso teve como objetivo contestar o que o prefeito havia recentemente declarado a esse mesmo jornal (out. 1987):

[...] que o número de acampados não soma 100 pessoas. “Não ultrapassa 80, durante o dia e cerca de uns 30, à noite” – disse, acrescentando que “essa turma de fanáticos não deixa de atrapalhar a administração, porque eles ficam gritando, durante todo o dia utilizando um sistema de som, fazendo um tumulto”.

Havia um remanejamento entre os manifestantes, no sentido de manter o pessoal sempre mobilizado, cantando e entoando palavras de ordem. Os momentos de permanência no local eram divididos, sendo que um grupo ficava durante o dia e outro à noite, tudo para manter as tarefas cotidianas em suas lavouras e, ao mesmo tempo, colaborar com esse movimento.

Ficaram acampados em três barracas, supridas com alimentos doados pelos lavradores, professores, Igreja Católica e STRI. Os manifestantes eram animados com músicas e cantorias, como o *Cio da terra*, *Caminhando e cantando*, *Cálice bento*, *Meus amigos lá da roça* e a *Classe roseira*, dentre outras. Entoavam também versos como este:

A grande esperança que o povo conduz
 Pedindo a Jesus pela oração
 Pra guiar o pobre por onde ele trilha
 E a cada família não faltar o pão
 Que ele não deixe o capitalismo
 Levar ao abismo a nossa nação.
 A desigualdade que existe é tamanha
 Enquanto o rico não sabe o que ganha
 O pobre do pobre vive de tostão

(Zilo e Zalo, *Livro de Cânticos* da Diocese Goiás, 1990)

No dia 31 de outubro de 1987, decepcionados com o não-atendimento de suas reivindicações por parte do executivo municipal, desistem de esperar e desmontam o acampamento.

Isso não significou encerrar o processo reivindicatório. Os trabalhadores rurais procuraram outras estratégias que garantissem a celebração do convênio entre o Inamps e a APSI. Mas, a crise financeira daquele hospital se prolongou, continuando ao longo da década de 1990 até os dias atuais.

Some-se ainda que, a partir desse momento, iniciaram-se disputas internas pela direção da APSI, colocando em xeque todo um trabalho que havia sido consolidado ao longo de uma década de experiências. Assim, os problemas financeiros, administrativos e a

disputa por espaço de poder dentro da APSI foram fatores que favoreciam a desmobilização e o esvaziamento das ações e dos projetos desenvolvidos por essa associação.

CAPÍTULO IV

APRENDIZADO, MEMÓRIA E NARRATIVA DE OUTRAS HISTÓRIAS

4.1 O TRABALHO NA LAVOURA DA CANA *VERSUS* TRABALHO DE PARCERIA

A vida na roça, como dizem ainda muitos dos trabalhadores rurais entrevistados, foi sempre pautada por momentos de solidariedade para com os vizinhos e parentes, apesar de algumas desavenças eventuais. Essa sociabilidade se fazia presente no mutirão, nas festas de “traição”, nas trocas de dias, “marcas” e nos momentos das visitas ao cair da tarde, regadas a um bom gole de cachaça, café e uma boa roda de prosa. Esses momentos estão gravados nas memórias que podem ser conhecidas ainda hoje, mediante muitas narrativas desses homens e mulheres.

Essa vida de parceiros, como constatou Candido (2001), foi sendo modificada com a chegada da modernização da agricultura que, no município de Itapuranga, foi se intensificando a partir da primeira metade da década de 1970. Neste município esse processo de mudanças no meio rural foi marcado pela presença do plantio da cana-de-açúcar, pela substituição da lavoura pela atividade pecuária e pela divisão das terras entre os vários filhos herdeiros.

A partir desse momento, muitos dos agregados, meeiros, arrendatários ou mesmo pessoas que viviam no campo “de favor” foram sendo expulsos da terra. Migrando para a cidade, muitas dessas famílias não tiveram outra oportunidade de emprego, senão trabalhar na Destilaria Pite, tornando-se bóias-frias ou assalariados do campo, como dizem alguns documentos do STRI.

Além do fenômeno do êxodo rural dentro do próprio município, outros trabalhadores foram chegando de outros lugares, atraídos pelas propostas de emprego fácil e de ganhos líquidos e vantajosos em Itapuranga, sempre com o desejo e sonho de ganhar dinheiro no trabalho com a cana. Essa constatação foi assim registrada e denunciada em Nota Oficial do STRI, em 1984, em que se lê:

[...] atraídos por falsas promessas de altos salários, nove famílias, num total de sessenta pessoas, entre adultos e crianças, de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná vieram para trabalhar nos canaviais do Sr. Expedito Stival Sobrinho, um dos co-proprietários da PITE S.A., destilaria de álcool anidro. Acontece que uma vez aqui chegados aqueles trabalhadores passaram a ser tratados como animais. Basta dizer que o empregador, conforme é de seu feitio, não cumpriu nada daquilo que prometera.

Essa é uma experiência representativa daquilo que os trabalhadores do corte da cana vivenciaram no final de 1970 e durante toda a década de 1980. Esse cotidiano de dificuldades serviu como elemento de aglutinação dos sujeitos sociais, fazendo com que se movimentassem em um processo de aglutinação cujos objetivos eram tentar modificar esse modelo que se consolidou/ou parecia se consolidar na região de Itapuranga, para buscar minimizar dificuldades diante das duras quais condições de trabalho, no concerne à mecanização e reposição da fertilidade do solo.

Cabe lembrar que, segundo os discursos predominantes – reproduzidos por alguns proprietários de terra, por empresários e pelas autoridades do município de Itapuranga –, esse projeto de desenvolvimento era tido como a salvação “da lavoura”, ou seja, como um movimento capaz de trazer progresso e riqueza. Este é o discurso. Mas o que foi materializado na vida cotidiana desses trabalhadores rurais é algo bem diferente do preconizado. A pesquisa em documentos – artigos publicados em *O Libertador*, do STRI, *O Popular*, *Diário da Manhã* e em panfletos e pronunciamentos do STRI, revela que houve de fato exploração dessa mão-de-obra, baixos salários, acidentes de trabalhos, poluição das águas, péssimas condições de transporte. Entre as várias dimensões negativas, cabe registrar a consequência maior de forçar esses trabalhadores a mudar de um regime de economia calcada nas relações e parceria com os seus vizinhos, para um regime de caráter individualizado, em que, vivendo na cidade, tornaram-se bóias-frias e passaram a vender o seu trabalho, recebendo de acordo com o tempo trabalhado e com o esforço despendido nas atividades desenvolvidas.

4.1.1 “Pró-álcool: quem está tirando vantagem”¹⁸

A instalação da Destilaria Pite S.A. no município de Itapuranga não se deu de forma independente da política de expansão da lavoura canavieira, implantada em decorrência da crise do petróleo, surgida desde meados dos anos 70 do século passado. Com a criação do Pró-álcool, através do Decreto nº. 76.593, de 14 de novembro de 1975, foram concedidos incentivos fiscais e financeiros para que os empresários instalassem usinas para beneficiar a cana-de-açúcar, dela extraíndo o álcool. A partir desse momento, os projetos de implantação de usinas foram sendo aprovados com dinheiro público e instalados em alguns municípios de Goiás, chegando assim a Itapuranga.

Os desdobramentos gerados por essas medidas provocaram vários debates que foram sendo travados por inúmeros segmentos envolvidos, como se observa na denúncia feita pelo Boletim da Diocese de Goiás, em 1980:

Pelo que se sabe a preferência está sendo dada para as grandes empresas e aos usineiros. A estes, o governo está oferecendo 100% de financiamento, 12 anos para pagar com 3 anos de carência e juros altamente subsidiados. [...] E nós sabemos, que no começo o governo havia falado que não prejudicaria a agricultura de subsistência e que não seriam implantadas usinas nas áreas de cultura.

Em meio a esses questionamentos, foram instaladas várias destilarias em Goiás, entre elas a Destilaria PITE S.A., de propriedade de Expedito Stival Sobrinho, que se estabeleceu em Itapuranga. Com seu projeto, essa empresa obteve do governo federal verbas subsidiadas, as quais não foram utilizadas somente no parque industrial da empresa e no plantio dos canaviais, mas também serviram para a aquisição de terras no município de Itapuranga e regiões vizinhas, o que deu ao empresário condições de ter não somente o monopólio da compra da cana, mas também grande concentração de terras em suas mãos.

Com o projeto aprovado na Comissão Nacional Executiva do Álcool, o Movimento de Custo de Vida de Itapuranga¹⁹ (MCV, 1982), organizado por professores,

¹⁸ Título extraído de um panfleto do STRI, 1981.

¹⁹ O Movimento do Custo de Vida de Itapuranga (MCV) foi nasceu a partir de algumas pessoas que desejavam fazer uma análise mais aprofundada dessa implantação de um projeto monocultor na região, que

Igreja e líderes das comunidades de base, analisou a instalação deste projeto industrial em Itapuranga da seguinte forma:

[...] a indústria vai ser localizada na saída para Goiânia. O prefeito já deu 5 alqueires de graça para a indústria. Vão dar água e luz de graça por cinco anos e todos os serviços de maquinarias que depender da prefeitura. A indústria vai mandar plantar 1.500 alqueires de cana, tudo ao redor de Xixá até 20 km pra cá: vai pegar as melhores terras, o miolo.

Como se vê, todo o projeto industrial da destilaria seria beneficiado com a infra-estrutura propiciada pelo município, além de ocupar as melhores terras da região, que, em um passado recente, eram usadas na produção de alimentos para toda a região de Itapuranga. Mas o que estava então em debate não era apenas a substituição desse tipo de agricultura focada na produção de alimentos. O projeto do plantio de cana para gerar energia se constituía como uma fonte de recursos que fortaleceria a balança de comércio brasileiro através de inúmeros acordos para vender o álcool ao exterior. Dentre os clientes externos, destacavam-se, por exemplo, Indonésia e Filipinas, que estavam interessados não somente na compra do etanol, mas na sua tecnologia de produção. Nesse sentido, havia razão de sobra para acreditar que

o parque industrial brasileiro de equipamentos para destilarias trabalha[va] com capacidade ociosa e [tinha] condições de atender pedidos do exterior, contribuindo para o aumento das exportações, necessárias para um maior equilíbrio da balança comercial brasileira, [como] afirmou o presidente da Brasálcool, Francisco de Barros. (*O Popular*, 1983)

Havia então no país toda uma conjuntura nacional favorável à instalação de empresas e à consolidação do Pró-Álcool. Foi no bojo dessa movimentação que a

Comissão Executiva do álcool aprovou, em sua última reunião, o projeto de implantação de uma destilaria de álcool em Itapuranga,

era uma contraposição ao trabalho de produção de alimentos. Nasceu a partir do trabalho de Nelo Bononi, Maria Ferreira, Elson Antonio.

com a capacidade para produzir 150 mil litros por dia. A informação foi prestada pela Secretaria da Indústria e Comércio. O projeto é para a Piteálcool e Derivados, que já está no Banco do Brasil, à espera da liberação dos recursos para a montagem da indústria. (*O Popular*, 1983)

A instalação e o conseqüente trabalho realizado por esta empresa, envolvendo o preparo do solo e o plantio das terras para formar as mudas dos canaviais, provocaram uma série de mudanças sociais na região de Itapuranga. Os trabalhadores rurais e pequenos proprietários pouco a pouco perceberam que o discurso de progresso e desenvolvimento, que tanto ouviram, não garantia um processo econômico capaz de incluí-los, levando-os cada vez mais para a margem do modelo que representava.

O acesso às fontes escritas e as entrevistas realizadas com algumas das pessoas envolvidas com essas experiências dos trabalhadores da cana, tanto ligados ao STRI quanto à Igreja Católica de Itapuranga, foram um importante meio para concluir que houve uma transformação nas relações sociais e de trabalho para muitos que se envolveram no trabalho com a cana-de-açúcar. Como referiu o Boletim do MCV:

Itapuranga é um município de terras de cultura, terras boas de lavoura. Suas terras estão repartidas em pequenas propriedades bem aproveitadas. Itapuranga é um município produtor de alimentos: arroz, feijão, milho, leite, carne, café, melancia, hortaliças etc. De agora em diante, um grupo econômico quer implantar em Itapuranga uma Usina de Álcool: álcool para abastecer os carros, álcool para alimento de carros. No mundo inteiro há falta de alimentos. É um crime transformar lavouras de alimentos em indústria de álcool.

Como contraponto a essa análise, propagou-se a idéia de que a destilaria traria um grande desenvolvimento para a região, pois seria capaz de transformar todos os setores da sociedade. A “indústria vai dar cinco mil empregos. Diz que vai ensinar até mulher e menino a trabalhar nos canaviais. Vai chegar o asfalto e o INPS” (MCV). Ou seja, saindo de uma região de pequenos e médios proprietários, com a monocultura da cana, a vida dos produtores de alimentos estaria vinculada aos empregos oferecidos pela destilaria.

Em pouco tempo, sentiram-se as mudanças acarretadas pela chegada da lavoura da cana-de-açúcar em Itapuranga, até porque uma grande maioria dos seus

trabalhadores rurais relacionava-se com o proprietário de terras mediante os sistemas de meia, arrendo e parceria. Além disso, já ocorria um fracionamento das terras, gerando pequenas e médias propriedades.

A isso deve ser associado o fato de que muitas das tarefas na lavoura, como a limpeza dos pastos, as colheitas e outros serviços, eram desenvolvidas de forma coletiva. Trata-se dos tradicionais mutirões, “traições” e trocas de dias, em que não havia horários a cumprir, tampouco a necessidade do preparo do alimento nas madrugadas.

Com a monocultura, todas essas experiências foram substituídas por outras. Por exemplo, citem-se os deslocamentos para a cidade e distritos de Itapuranga, que se tornaram inevitáveis, formando verdadeiras vilas de trabalhadores da cana, como os distritos de Cibele, Diolândia e Caiçara.

João Benfica, presidente do STRI, em entrevista ao jornal *Diário da Manhã* (1983, p. 21), assim registrou essa mudança:

Centenas de antigos lavradores já foram transformados em assalariados temporários das fazendas canavieiras (bóias-frias), ou simplesmente foram absorvidos como operários na própria usina de álcool. [...] a monocultura da cana contribui para o êxodo rural, desestabiliza a pequena propriedade e reduz, conseqüentemente, as áreas de alimentos.

O projeto agroindustrial da cana-de-açúcar havia-se estabelecido em 1978, em Itapuranga e, a partir de então, não restou aos trabalhadores do corte da cana senão organizarem-se, como assalariados, para poderem gozar dos seus direitos trabalhistas, previdenciários e de salubridade de trabalho, diante da perda do espaço das lavouras de alimentos.

Essa convivência com outras relações de trabalho e de vida – agora no mundo da cidade e do campo – trouxe novos desafios aos trabalhadores rurais, desafios esses não apenas relacionados à obtenção de alimentos, mas também ao pagamento do aluguel, da água e da energia. Toda essa experiência contrastava com um passado recente, em que havia “fartura e [...] a colaboração dos vizinhos”, como me contou Sr. José Caixeta, que considerava aquele sistema de parceria muito bom.

Em um boletim datado de 1982, a Diocese de Goiás assim interpretou as mudanças ocorridas naquela época:

A PITE é uma mina de álcool localizada em Itapuranga. Ela está atrapalhando demais a vida dos trabalhadores da região. Primeiro, porque a cana está tomando o lugar dos mantimentos. E mais: os cortadores de cana ganham salário baixo, não têm segurança nenhuma, por exemplo, não têm carteira de trabalho assinada, não ganham férias, nem 13º salário, e há menores também sendo explorados no trabalho. Já aconteceram vários acidentes e duas mortes de trabalhadores.

O trabalho duro no corte da cana em Itapuranga contribuiu para a sua organização junto ao STRI, como uma forma de contestar a exploração decorrente da implantação do projeto da Destilaria Pite e da Cooperativa Mista dos Produtores de Cana de Itapuranga. Daí para frente, palavras como “bóia-fria”, “meio ambiente”, dentre outras, passaram a fazer parte do vocabulário desses trabalhadores, em contraposição ao discurso desenvolvimentista vigente naquele momento.

4.1.2 “Em Itapuranga, a dura luta dos bóias-frias”

Estou sem saída – afirma Tristão – não posso mais com o trabalho pesado e o INPS não quer me aposentar. Eu só aposento se conseguir um atestado confirmando que fui acidentado, mas o Hospital das Clínicas de Goiânia, que me operou, já se negou a dar o documento. (*Diário da Manhã*, 1983)

Com a Destilaria Pite em Itapuranga, houve realmente muitas mudanças na vida dos trabalhadores rurais. Essas mudanças, conforme pude apurar nas fontes em que pesquisei, referem-se tanto a questões acerca da expropriação da terra – mudanças nas relações de trabalho e sujeição ao trabalho insalubre, sem a garantia dos direitos trabalhistas – quanto à trajetória por eles empreendida, com as greves nos canaviais, o fechamento do parque industrial e as denúncias das péssimas condições de trabalho. Tudo isso consta nas publicações do STRI e da Diocese de Goiás, bem como nas notícias veiculadas nos jornais *O Popular* e *Diário da Manhã*.

O jornal *O Diário da Manhã*, em edição de outubro de 1982, traz denúncias, de João Benfica, então presidente do STRI, das péssimas condições de trabalho e segurança.

Uma das causas do exagerado número de acidentes de trabalho na usina de álcool é a falta de equipamentos de segurança. O mais grave de tudo isso é que, da noite para o dia, a Pite transforma pacatos lavradores em operários de indústria, sem se preocupar em prepará-los para operar o sofisticado maquinário.

Nessa mesma matéria, João Benfica atribui as transformações vividas pelos “lavradores” a “um processo de proletarização da categoria”, resultado da substituição da lavoura de mantimento – arroz, feijão, milho e mandioca – pela cana. Esse assunto é recorrente nas fontes consultadas, mostrando que foi o ponto motivador dos muitos embates travados pelos trabalhadores da lavoura canavieira. Como continuam mostrando outras matérias sobre o assunto, havia ciência de que a cana invadia as roças.

Nos municípios de Itapuranga, Itaberaí, Heitoráí, Carmo do Rio Verde e Uruana, as terras férteis para o plantio de produtos agrícolas estão sendo ocupadas pela CANA. Centenas de lavradores já foram transformados em “bóia-fria” das fazendas canavieiras ou em operários na própria usina de álcool. (*O Libertador*, 1982)

Verifiquei, nesses questionamentos, que eles deixavam entrever elementos não apenas ligados à necessidade de manter a produção de alimentos, mas também à necessidade de preservação da herança cultural desses trabalhadores, como sua relação com a terra e com os vizinhos. Esse novo espaço produzido pela Destilaria Pite acarretava a destituição de um passado recente que eles carregavam consigo, trazido de outros espaços, como a própria posse anterior de pequenas glebas, já que a empresa passa a ter o monopólio das terras dos pequenos e médios proprietários em todo o município, uma consequência dos contratos de arrendamentos. Aparentemente vantajosos, logo na primeira colheita, esses contratos levaram os proprietários de terras, da condição de credores, a devedores da usina, os quais, uma vez não podendo saldar as dívidas, eram obrigados a vender suas terras.

Essa situação está bem ilustrada na seguinte moda de viola da época, de autoria popular:

Cana

Aqueles contratos

Com o Banco do Brasil
 Foi um casamento civil
 13 anos pra cumprir
 Se não agüenta o contrato
 Tem que vender barato
 Sua terra e sumir.

A chegada da cana trouxe, portanto, novos desafios, inclusive oriundos da falta de experiência com essa nova cultura. Por exemplo, dos pequenos proprietários que resolveram plantar cana, muitos ficaram reféns da utilização de maquinários ofertados pela Pite, o que aumentava a dependência financeira e acarretava mais compromissos com a empresa. E o resultado foi que muitos foram obrigados a vender as suas terras para Expedito Stival, dono da destilaria, como se pôde comprovar em notícia veiculada em boletim da Diocese, datado de 1980: “aqui em Itapuranga, em nome do progresso do município, a promessa do governo já falhou, porque as melhores terras de cultura estão sendo compradas ou arrendadas para o plantio da cana, mesmo depois que o povo se pronunciou contra”.

Com a produção da monocultura da cana, instalou-se, em Itapuranga, um cenário de dúvidas e incertezas, o que veio modificar a vida de muitos dos seus trabalhadores. Algumas produções poéticas feitas na época são como um lamento diante do trabalho de exploração provocado pela monocultura, ou seja, diante dos desafios a serem enfrentados com a nova vida do trabalhador na cidade e com a transformação do produtor de alimentos em bóia-fria. Assim disse um poeta, conforme publicado pelo STRI, em *O Libertador*, em maio de 1980:

Amigos trabalhadores
 Que na cidade veio morar
 Que plantava sua roça
 De 30 quilômetros pra cá,
 Agora a cana chegou
 O pobre trabalhador
 Como é que vai ficar?

Com a chegada da cana
 O povo movimentou
 Agora tem serviço
 As coisas melhorou...
 Mas quando for daqui uns dia
 Transformou em bóia-fria
 Este pobre trabalhador!

A expectativa de aumento de empregos em Itapuranga não resultou em condições concretas de melhoria de vida dos trabalhadores com essa nova forma de produção que lhes foi impingida. Para isso, concorreram tanto as condições de trabalho, que eram degradantes, quanto o fato de terem de trabalhar acima de suas capacidades, para alcançarem uma maior rentabilidade no final do mês.

Essas experiências nos canaviais de Itapuranga levaram os trabalhadores do corte da cana a não mais plantar os tradicionais produtos a que estavam acostumados, como o arroz, o feijão e o milho. As terras, propícias a essas culturas, foram tomadas pelos canaviais, conforme podemos ler em pequeno texto poético, publicado pelo *Libertador*, também em maio de 1980:

Os companheiros da roça
Está ficando incomodado
Com o plantio da cana
Está ficando desobrigado
Sem terra pra plantar
A coisa vai piorar
Não tendo arroz e feijão
Que é a nossa alimentação
A cana vai ter que chupar.

Nesse cotidiano de trabalho, a mão-de-obra passou a ser explorada também pelo preço pago aos cortadores da cana, conforme texto de um panfleto do STRI, do mês de maio de 1983:

No ano passado o canavieiro recebia Cr\$ 30,00 a Cr\$ 40,00 por metro corrido de cinco leiras. Hoje, ao invés de dobrarem esse valor, os fazendeiros baixaram para Cr\$ 15,00 a Cr\$ 20,00. Chega de exploração. É hora de união. Ora, se levarmos em consideração a inflação de 100% ao ano, o preço do corte de cana deveria estar em torno de Cr\$ 60,00 a Cr\$ 80,00 por metro corrido de cinco leiras. Esta foi a decisão tomada em Assembléia Geral do Sindicato. Chega de exploração. É hora de união.

Some-se ao fato de os canavieiros não conseguirem garantir, através de acordos coletivos, a garantia de pagamentos com reajustes, como denunciado em 1983, também a contratação da mão-de-obra necessária nos canaviais através de uma empresa

subsidiária da Destilaria, a Cooperativa Mista de Produtores de Cana. Essa Cooperativa, além de não pagar os direitos trabalhistas e previdenciários dos seus trabalhadores, mantinha um sistema de transporte que era inadequado e inseguro para os lavoureiros.

O que se viu, portanto, na primeira colheita, em 1980, foi a contratação, pela Destilaria Pite, não dos trabalhadores do corte da cana, mas dos serviços prestados pela Cooperativa Mista de Produtores de Cana. Esse processo, feito com capital da empresa de álcool, contou com a participação dos proprietários das terras arrendadas à usina. Resolveu-se desse modo o problema de mão-de-obra quer nas propriedades, quer nos canaviais, com isenção dos encargos trabalhistas.

Esse panorama também foi noticiado na época, como podemos ver em texto publicado no *Diário da Manhã*, no ano de 1983: “o bóia-fria de Itapuranga só tem duas opções: ou trabalha nos próprios canaviais da destilaria Pite, ou para a Cooperativa Mista dos Produtores de Cana, que monopoliza o corte, transporte e comercialização da cana em toda a área”.

O monopólio que se constituiu no plantio, no transporte, no corte e também na comercialização acarretou o descumprimento das normas de segurança no trabalho. Nesse momento, os trabalhadores da lavoura de cana, que contavam com o apoio do STRI, partiram para denunciar as irregularidades cotidianas sofridas na lavoura, como consta num panfleto datado de 1982:

Aqui no município de Itapuranga a situação dos cortadores de cana continua sendo irregular. Tanto a Cooperativa Mista dos Produtores de Cana como a PITE S.A. estão desobedecendo as leis trabalhistas. Falta de segurança, excesso de trabalho, baixos salários e exploração de menores foram algumas das irregularidades encontradas. A PITE e a Cooperativa assinaram carteiras de 50 trabalhadores cada uma, mas nós sabemos que no município há mais de 400 cortadores de cana sem carteira assinada.

Esse mesmo fato também foi denunciado em uma reportagem do *Diário da Manhã*, daquele mesmo ano (1982), evidenciando os descumprimentos acerca da legislação trabalhista tanto por parte da Pite quanto da Cooperativa.

Ninguém tem carteira assinada e é preciso trabalhar duro de 10 a 12 horas por dia, para atingir o ganho médio de Cr\$ 1.000,00. O trabalho era feito sob o regime de tarefa, isto é, o bóia-fria ganha Cr\$ 15,00 para cortar a cana de cinco leiras numa extensão de um metro.

A isso tudo se agreguem as péssimas condições de trabalho que dizem respeito à salubridade e ao transporte dos trabalhadores, que eram as piores possíveis. Na lavoura, os canavieiros expunham-se a acidentes de trabalho provocados pelos podões e também pelo fato de terem de subir e descer dos caminhões sem proteção. Além disso, estavam sujeitos a picadas de cobras. Em matéria publicada no jornal *Diário da Manhã*, em 1982, inclui-se relato de João Benfica acerca dessas condições irregulares de trabalho nas lavouras de cana:

Os acidentes de trabalho na usina de álcool são quase diários, “mas uma boa parte deles não chega ao conhecimento da opinião pública, porque a empresa demonstra o maior interesse em encobri-los”. Explica o sindicalista que os casos mais graves não podem ser escondidos, visto que os primeiros socorros são prestados pelo hospital do sindicato.

E como publicado no *Diário da Manhã* (1982, p. 21), tais acidentes eram recorrentes:

Os acidentes de trabalho já se tornaram rotina na indústria e lavoura canavieira de Itapuranga. Só nos últimos 15 dias, dois operários morreram e vários ficaram feridos em desastres ocorridos na usina de álcool. Nos canaviais, os acidentes, também, são diários e facilitados pela total falta de segurança no trabalho.

A precariedade do transporte dos trabalhadores da lavoura da cana-de-açúcar era conseqüente do fato de serem empregados para esse fim, os próprios caminhões usados para levar a cana cortada para a Destilaria. Os veículos não possuíam nenhum dispositivo de segurança, traziam em suas laterais fueiros de madeira e não dispunham de capotas de proteção, o que era um convite aos acidentes de trabalho.

A foto a seguir é ilustrativa das condições de transporte daqueles trabalhadores do corte da cana, naquela época, ao embarcarem para a lavoura:



Figura 12: Trabalhadores da cana e o transporte para os canaviais.
Fonte: *Diário da Manhã*, s.d., p. 11.

Essa realidade contrariava o código de conduta acordado coletivamente e também a legislação vigente. A obrigação da Destilaria era dotar os caminhões com assentos e capotas, além de escadas laterais que facilitassem acessibilidade dos cortadores ao subirem e descerem do caminhão. O não-cumprimento dessa exigência foi denunciado em reportagem do *Diário da Manhã* (1982, p. 21): “Conforme o DM pôde constatar, os trabalhadores são transportados para as lavouras nos próprios caminhões que carregam a cana. Essas viaturas não dispõem de toldo, como manda a lei, nem de proteção lateral, embora, às vezes, levem mais de 70 bóias-frias”.

Outro descumprimento legal dizia respeito à utilização da mão-de-obra de crianças e mulheres – que também eram transportados como os outros trabalhadores –, principalmente no corte da cana, visto que seu trabalho não era remunerado. Essa prática gerava uma forma de garantir maior rentabilidade para os trabalhadores ao final do mês, e, conseqüentemente, aumentava o ganho da empresa.

Vivenciando, portanto, as mesmas condições de trabalho dos seus pais, as crianças deixavam de estudar e brincar para ajudar no corte da cana. Essa nova situação

obrigava-os a acordar de madrugada e voltar para casa apenas ao final da tarde. Além disso, a se servirem, no eito, da água e da comida que eles próprios conduziam de casa, com todos os inconvenientes que isso podia acarretar.

Vale lembrar que esse processo estava todo consubstanciando nas mudanças geradas pela transformação dos lavradores em bóias-frias. João Benfica anota: “o preço da mão-de-obra é tão irrisório que as crianças, filhas dos trabalhadores, são obrigadas a cortar cana para ajudar na manutenção de suas famílias” (*Diário da Manhã*, junho, 1983).

As péssimas condições de trabalho também eram concernentes à falta de equipamentos de segurança na lavoura, como denunciado pelo jornal *Diário da Manhã* (1982, p. 21), agora se referindo, explicitamente, inclusive, aos “afinadíssimos podões” utilizados para decepar a cana:

A quase totalidade dos trabalhadores não usa, também, qualquer equipamento de segurança, como capacetes, luvas ou cintos especiais. Nas lavouras, os cortadores não dispõem nem mesmo das tradicionais botas de proteção. Alguns trabalham com botinas ou chinelos e outros totalmente descalços, o que provoca constantes acidentes nos pés, principalmente pelos afinadíssimos podões que utilizam para decepar a cana.

No complexo industrial da empresa, os constantes acidentes com os trabalhadores ocorriam com aquelas pessoas que estavam trabalhando tanto na lavoura quanto no parque da usina, como podemos acompanhar em mais essa notícia veiculada pelo *Diário da Manhã* (outubro, 1982):

A primeira morte por acidente de trabalho na usina foi a do motorista João Alves de Souza, que no momento do desastre trabalhava como braçal. A Pite não deu explicações do acidente, mas a viúva Zilda disse que ele estava trabalhando na esteira que leva cana para a máquina trituradora. Segundo essa versão, a esteira teria parado em função de um fusível queimado e, enquanto era feita a recuperação, João Alves foi designado para executar um trabalho sobre ela. Recuperado o sistema elétrico, entretanto, a máquina que permanecia ligada entrou em rápido funcionamento, matando o trabalhador.

A empresa também incorria no erro de não se ocupar convenientemente dos trabalhadores acidentados. Por exemplo, mesmo com o desconto nos pagamentos dos valores relativos à pecúnia previdenciária e trabalhista, como não eram repassados ao erário público, os trabalhadores ficavam desprotegidos dessa cobertura. O relato a seguir envolve um trabalhador da cana – o bóia-fria Tristão Luiz de Oliveira –, conforme publicado no *Diário da Manhã* (1982), que, tendo sofrido um acidente de trabalho, viu-se às voltas com todo um processo burocrático que dificultava sua indenização:

[...] 52 anos, quatro dependentes e que só tem “as forças do braço para sustentar a família”. No dia 3 de maio ele quebrou a perna esquerda ao subir num caminhão da usina Pite e teve que extrair o menisco [...]. Tristão de Oliveira, entretanto, não agüentou trabalhar e acabou perdendo o salário da Previdência, além de não ter recebido da usina, até hoje, qualquer indenização pelo acidente sofrido.

Na tentativa de mudar essa realidade, procuraram os trabalhadores da cana outros caminhos e trilhas, buscando se manifestar em relação a todos os problemas vividos e também a questionar as atrocidades cometidas, inclusive, contra o meio ambiente. Afinal, para eles, a terra é eivada de significados e símbolos.

As transformações com a chegada da Destilaria na região de Itapuranga estavam sendo sentidas por um grupo considerável de trabalhadores do corte da cana e também por pequenos proprietários cujas atividades estavam sendo ameaçadas pela monocultura. Isso, portanto, passou a servir como instrumento e experiência necessários para enfrentarem os vários problemas que apareceram após a instalação da lavoura de cana-de-açúcar.

O Movimento do Custo de Vida de Itapuranga (MCV), que aglutinava religiosos, sindicalistas e trabalhadores rurais, elaborou uma análise dessa outra realidade. Dimensionaram-se os desafios que marcaram o cotidiano dos trabalhadores rurais – ao se tornarem bóias-frias na lavoura da cana em Itapuranga –, e até mesmo chamou-se a atenção para os problemas que passaram atingir o meio ambiente. Acompanhemos texto publicado num panfleto do referido Movimento (1982):

Diminuiu o mantimento, o alimento do povo: arroz, feijão, milho, leite...; a maioria dos lavradores perdeu o lugar para o boi. Veio para a cidade e se conseguir um pedacinho para plantar é ao redor da cidade.

E agora com a cana, aonde que ele vai plantar um pé de mandioca ou um caroço de milho; o preço da cana é o governo quem faz, não o plantador; a indústria vai engolir com suas manobras os pequenos proprietários de terra, fazendo ele virar empregado dela e diarista; muitos empregos, mas todos de salários baixos, salários de fome. Quem vai levar lucros é o dono da fábrica. Vai poluir o ar bom e saudável de Itapuranga e nós vamos respirar fumaça. Vai matar os peixes do rio. Aumentar as doenças pulmonares, roubos e crimes.

4.1.3 Outro problema: a destruição do meio ambiente

Como já referido, além das denúncias de acidentes e mortes dos trabalhadores cujas causas eram a falta de cumprimento das exigências legais e as péssimas condições de trabalho e segurança, já se anunciava também o fato de a Destilaria contribuir para a destruição do meio ambiente. A poluição da terra, dos rios e do ar gerava mais um problema que merecia ser questionado, pois se constituía, sobretudo, num grave atentado contra aquela que gera o que garante a sobrevivência do ser vivo.

Tais problemas foram noticiados num folheto do STRI (1982), dando conta de que se tratava de assunto cujo teor foi amplamente divulgado nos diversos meios de informação local e até mesmo regional:

A comunidade e o sindicato de Itapuranga já denunciaram o fato na rádio Difusora de Goiânia, na TV e no *Diário da Manhã*. Neste último jornal saíram três reportagens: uma sobre o desastre provocado pela poluição, outra sobre mortos e uma sobre os bóias-frias e menores trabalhando.

No entendimento do STRI, alicerçado nos depoimentos dos trabalhadores rurais, a lavoura da cana, além de trazer prejuízos sociais e culturais, trouxe também prejuízos ambientais. A destruição do meio ambiente e, conseqüentemente, da terra – geradora da vida e de onde eram extraídos os alimentos do dia-a-dia – resultava em dificuldades de sobrevivência de muitas famílias instaladas na localidade.

Constatou-se que a Destilaria estava depositando os restos da produção do álcool nos rios e estradas. O vinhoto produzido passou a contaminar “a água, matando os

peixes; adoecem os animais que bebem água. Essa poluição provoca dores de cabeça, diarreia e outras doenças” (Folheto do STRI, s.d).

O árduo trabalho na produção, “dois meses depois de entrarem na firma, [deixava os trabalhadores] amarelos como açafão”, conforme denunciou a esposa de um cortador de cana, ao STRI, como consta num folheto (s.d.). Aos poucos, a comunidade rural foi percebendo que os resíduos da cana jogada indiscriminadamente no meio ambiente acarretavam desastres na natureza, contaminando, por exemplo, os rios em que tinham o hábito de se banhar. Desse modo, viam concretamente os resultados nefastos de um desenvolvimento que, anteriormente, era propalado como benéfico a partir da instalação da usina.

Isso foi provocado pelo fato de a PITE desobedecer às determinações legais dos órgãos de fiscalização estadual, como a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), no processamento dos resíduos da feitura do álcool. Vale dizer, desde 1979, primeiro ano de processamento da cana, a Portaria nº 323/78 regulamentava as indústrias de álcool. Em edição de 1982, o jornal *O Popular* veiculou texto informando que as empresas estavam proibidas, segundo essa portaria,

[...] de lançar, direta ou indiretamente o vinhoto, em qualquer coleção hídrica, instalada ou a ser instalada, devendo as destilarias apresentar projetos adequados de tratamento ou de utilização de seus aluentes à Sema-GO, com vistas ao controle da poluição dos rios, a fim de serem examinados e aprovados, além da fiscalização de sua execução.

Como a empresa não dispunha dos aparatos que respaldassem corretamente seu funcionamento, veio a depositar o vinhoto no próprio leito do Rio Canastra, que passa ao lado do parque industrial da PITE, redundando em imediata e grande mortandade de peixes, bem como em contaminação de animais que dependiam das águas desse rio para sobreviver. Uma reportagem do *Diário da Manhã* (1983) noticiou o desastre ecológico causado pela empresa, como se nota a seguir:

[...] um número incalculável de peixes já mortos nos rios Canastras e Uru, em função da poluição das águas, e praticamente não há remanso ou galho de árvore caído nos leitos, junto do qual não se pode contar vários deles apodrecendo na superfície. O líquido fétido, e de cor

escura, segue o trajeto de uma grota, formando lagos espumejantes, até desembocar no Canastra, a meio quilômetro da usina, mudando a colocação do rio em um longo trecho.

Tampouco os termos de conduta assinados com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado de Goiás tiveram resultados satisfatórios. E o pior, os subprodutos da produção do álcool continuaram sendo derramados no Rio Canastra. Assim, verificada a omissão da empresa em cumprir os termos, os trabalhadores rurais, o STRI e membros da Igreja Católica mais uma vez sentiram a necessidade de manifestarem-se publicamente contra ações da empresa. Desse modo, passaram a fazer novas denúncias, as quais foram noticiadas em jornais e em publicações institucionais, relatando os problemas causados pela poluição dos mananciais de água de Itapuranga. A Diocese de Goiás, em sua publicação denominada *Caminhada* (1982), assim noticiou o fato:

[...] existe o problema da poluição. O lixo, restos do álcool, chamado vinhoto, cheira mal e está contaminando o ar e as águas da região. O pessoal que fez contrato com a PITE, na maioria, já arrependeu, porque está notando o empobrecimento da terra e corre o risco até de perdê-la futuramente.

Como parte do processo de mobilização e denúncia do ocorrido, buscaram-se encontrar mecanismos de engajamento de mais pessoas para o movimento. O mesmo jornal *Caminhada*, em dezembro de 1982, traz o seguinte chamamento:

[com] o objetivo de unir mais o povo estamos pensando em fazer um ato público ou manifestação ecológica. Serão convidadas pessoas dos municípios vizinhos. A equipe de Saúde está trabalhando um filme. Pensamos também de chamar algumas pessoas conhecedoras do problema das destilarias para ajudar na solução.

A veiculação das denúncias de problemas ambientais e trabalhistas nos jornais de circulação no estado de Goiás contribuiu para que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente procedesse a fiscalizações na empresa e constatasse a veracidade das irregularidades anunciada pelos trabalhadores e pelo STRI. O *Diário da Manhã* (1982), em

uma série de reportagens, trouxe à tona as agressões sofridas pelo meio ambiente em Itapuranga. Segundo noticiou, os resíduos da PITE provocavam sérios transtornos ambientais, informando como isso se processava:

A Pite está empregando carros-pipas para derramar grandes quantidades do vinhoto nas estradas da região, generalizando o processo de poluição. O material, em estado de alta fermentação, espalha forte mau cheiro num raio de muitos quilômetros e, arrastado pela enxurrada, contamina também os pequenos cursos d'água.

A dispersão do vinhoto afetava, além do meio ambiente, também a saúde de muitos moradores do meio rural. Os moradores do Córrego Fundo, por exemplo, foram contaminados com as águas de riachos que recebiam esse líquido, ao molhar as estradas. Em 1983, no jornal *Diário da Manhã*, podia-se ler a seguinte informação:

Também nas estradas que a Pite está molhando com o vinhoto pode-se observar a relva do acostamento morrendo e os moradores da área denunciam problemas de saúde. Ana Maria Santana, por exemplo, está com três filhos em Itapuranga, “tratando de febre, dor de cabeça e chiadeira no peito”. Muitas famílias já falam em abandonar as margens das estradas e outras estão fazendo um abaixo-assinado pedindo a intervenção das autoridades na usina de álcool.

A poluição também foi objeto de interpretação do poeta popular Zé Lemes, em texto que intitulou “A Poluição”, como podemos acompanhar:

Quem conheceu o rio Canastra
Que tinha tanta beleza
As suas praias de
Areias presente da natureza
Mudaram o seu destino
Falo com muita tristeza
Só se vê naquelas águas.
Detritos e impureza.

Quem mora perto do
Rio estão sendo ameaçados
As suas propriedades

Ficou sem água pro gado
 Um veneno perigoso
 No rio é atirado
 Tudo que vive nas águas
 Estão morrendo envenenados.

Um mau cheiro
 Importunante
 Inquieta a população
 Mais,
 Deus criou a natureza
 E muitos seres com vida
 É para ser conservada
 E não pra ser destruído.
 Ao ver os peixes boiando
 Nestas águas poluídas
 Sinto que estamos
 Entrando num deserto sem saída.

Um mau cheiro importunante inquieta a população
 Mas dizem que é o progresso
 Que chegou na região
 Em parte eu até concordo do quem fala
 Assim tem razão
 Mais o povo não merece
 Tamanha poluição.

Iniciativas como essas – propondo uma gestão para impedir a morte dos rios e da natureza, bem como denunciar as péssimas condições de trabalho e salários, além do transporte deficitário e o trabalho infantil – intensificaram ações conjuntas do STRI e da Igreja Católica, o que culminaria, em junho de 1983, com uma greve geral.

4.1.4 “Cortadores de cana em greve”

Os cortadores se levantam às 4 horas da manhã para pegar o transporte – fornecido pelo produtor – uma hora depois. Eles se reúnem em certos pontos da cidade, e de 80 a 100 deles são acomodados na carroceria do caminhão, juntamente com as ferramentas de trabalho e sem qualquer banco ou proteção, para a viagem de 20 quilômetros até o canavial. A pequena marmita também é levada, com o almoço preparado, para o intervalo do meio-dia. Eles trabalham cerca de 15 horas por dia, sem

qualquer segurança em termos de benefícios previdenciários. (*Diário da Manhã*)

A epígrafe acima retrata aquilo que era uma constante na vida cotidiana dos trabalhadores da cana em Itapuranga. Logo, uma greve deflagrada pelos atores dessa realidade social não foi consequência senão de todos os maus-tratos sofridos na lide, quer no trajeto até a chegada no local de trabalho, quer no canavial. Esses maus-tratos somam-se a todos os desastres ecológicos causados pela empresa, agora colocados na pauta desse movimento de paralisação, que durou sete dias.

O jornal *O Libertador* (1980) também publicou um poema, intitulado “Cana”, com denúncias sobre as consequências da monocultura da cana em Itapuranga:

Que a cana é coisa boa,
 Mais muitos não conhece
 Vamos ver o que acontece
 Se os coitados não fica atoa.
 Vamos ver daqui uns dias
 Se não vira bóia-fria
 O patrão e a patroa.

Essa poesia coloca como tema a lavoura da cana, nos primeiros anos de atividade, que poderia ser atrativa tanto para os proprietários rurais quanto – e sobretudo – para os inúmeros homens e mulheres que poderiam obter emprego nessa atividade. Mas, com o passar do tempo, vieram os problemas ligados a essa monocultura, como a exploração da mão-de-obra e a consequente transformação dos trabalhadores em bóias-frias.

Antes da paralisação, houve atividades de mobilização, como panfletagem, fechamento de ruas e avenidas para chamar a atenção das autoridades, tudo isso no sentido de garantir os direitos trabalhistas e melhorar as condições de trabalho nos canaviais e na indústria.

Nesta fotografia da época, os cortadores de cana estão em assembléia discutindo a problemática, em Itapuranga, momento em que decidem pela paralisação das suas atividades.



Figura 13: Assembléia dos canavieiros no Salão do STRI.

Fonte: *Diário da Manhã*, 1983, p. 11.

As reuniões realizadas pelo STRI ajudavam os trabalhadores de cana a tirar dúvidas sobre a legislação trabalhista, além de lhes prestar esclarecimentos acerca do registro em Carteira de Trabalho e dos resultados das convenções coletivas.

Essas experiências foram instrumentos que possibilitaram um intenso aprendizado, de sorte que em 1983 foi levado a público, contendo assinaturas de quase todos os canavieiros, o documento intitulado Manifesto à Comunidade de Itapuranga. Nesse Manifesto, os problemas decorrentes do trabalho na lavoura da cana – relativos à PITE e à Cooperativa Mista dos Produtores de Cana de Itapuranga – estavam sendo denunciados. Eis os seis principais pontos de pauta do documento:

1. segurança no trabalho;
2. preço justo no corte a ser negociado, com a classe;
3. contrato coletivo de trabalho;
4. segurança no transporte, ou seja, dotar os caminhões com bancos laterais, cobri-los com lona e manter velocidade controlada;
5. não pressionar a classe trabalhadora rural;
6. fornecimento diário, por parte da PITE S.A., dos comprovantes de metragem a cada trabalhador.

Esses pontos citados no Manifesto tinham sido levados ao conhecimento dos diretores da PITE e da Cooperativa, no dia 16 de maio de 1983. E como os trabalhadores não obtiveram sucesso na sua empreitada, resolveram paralisar suas atividades. Desse movimento constou o fechamento das rodovias e ruas que davam acesso à cidade de Itapuranga, o que impedia os caminhões que transportavam a cana de chegarem ao seu destino. Também foi levantado acampamento em frente à Destilaria PITE, o que perdurou por oito dias. A imagem que se segue conta um pouco desse evento.



Figura 14: Trabalhadores rurais, em manifestação em frente à Destilaria PITE.
Fonte: *Diário da Manhã*, 1983, p. 13.

Ao impedir o acesso dos caminhões de cana à indústria, interrompeu-se a linha de produção, mediante piquetes dos trabalhadores dentro da empresa. Com a paralisação, a imprensa de Goiás se interessou pelo acontecido, indo para Itapuranga correspondentes dos jornais *O Popular* e *Diário da Manhã*, Rádio Difusora e TV Anhangüera.

Irrompeu uma guerra de informações de todos os lados, de modo que as divulgações do movimento alcançaram a atenção de toda a sociedade, sobretudo das autoridades locais e estaduais. Em junho de 1983, o *Diário da Manhã* assim resumia a greve:

Dos 800 canavieiros que trabalham nas lavouras de cana da PITE S.A. e Cooperativa Mista dos Produtores da Cana de Itapuranga, nesse município, cerca de 40% paralisaram os seus serviços reivindicando

melhores condições de trabalho e salários condizentes com os serviços desempenhados.

João Benfica, em entrevista também ao *Diário da Manhã*, naquele mesmo mês e ano, disse:

[...] a maioria dos cortadores de cana não possui carteira de trabalho assinada, e muitos são obrigados a trabalhar 12 horas por dia, sem usufruir de qualquer direito trabalhista previsto na CLT. O preço pago aos canavieiros, ao invés de aumentar, acompanhando o índice de aumento salarial, diminuiu acentuadamente, pois estão ganhando menos do que na colheita do ano passado.

A greve permitiu trazer à luz a real situação de remuneração dos trabalhadores da cana, mostrando a muitos que, diferente do que eles imaginavam, os trabalhadores da cana não estavam ganhando mais do que quando cultivavam arroz, feijão e milho em suas roças. Reportagem de *O Popular*, de junho de 1983, oferece uma noção clara disso:

O preço da metragem cortada varia de acordo com o rendimento individual do trabalhador e ainda da qualidade da cana. A de pior qualidade é mais fácil de ser cortada, por ser rala, chegando os canavieiros a cortar até 300 metros por dia. Quando a cana é de melhor qualidade, e, portanto fica emaranhada, o trabalho é mais difícil, e o cortador só consegue produzir 80 a 100 metros por dia ao preço de Cr\$ 40,00.

O movimento grevista também denunciou as péssimas condições na rotina dos trabalhadores da cana. Essa rotina tinha início por volta das 4 horas da manhã e, como já referido anteriormente, obrigava algumas das famílias a levarem consigo crianças e mulheres para ajudar no trabalho, como forma de aumentar os ganhos financeiros com a atividade.

Esse movimento também discutiu os maus-tratos dirigidos pelos “gatos”, que realizavam os contratos nos canaviais e pressionavam os trabalhadores a realizar um trabalho mais produtivo, levando muitos deles, o mais das vezes, à exaustão. A visão que

se tinha dos “gatos”, ao longo das atividades, era de pessoas que causavam temor aos cortadores de cana. Também segundo João Benfica, em entrevista ao *Diário da Manhã*, em 1983, dentre tantas outras irregularidades, “os gatos, verdadeiros agentes da indústria e da cooperativa dos fazendeiros, estão fazendo pressões morais em cima dos canavieiros e, o que é mais grave, alguns andam ostensivamente armados, como forma de intimidação”.

O trabalho do “gato”, realizado coercitivamente, intimidava os trabalhadores da cana tanto na lavoura quanto nos acertos. Assinale-se que muitos dos trabalhadores haviam se deslocado de outras regiões e estados, de modo que nas lavouras de cana estavam obrigados ao poder de mando desses gatos, tornando-se, em alguns casos, até mesmo semi-escravos. Em 1983, O STRI divulgou uma Nota Oficial contando um pouco da dura realidade dessas pessoas:

Os canavieiros foram contratados por produção e raro são aqueles que, depois de dez horas de trabalho extenuante, conseguem auferir a irrisória quantia de Cr\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros). Ao reclamarem da situação, os canavieiros foram despedidos sem receberem seus direitos adquiridos. Sem trabalho e sem condições de retornarem ao Estado de origem aquelas famílias estão passando fome, pois não têm como comprar alimentos.

O movimento grevista conseguiu fazer com que algumas das reivindicações dos trabalhadores da cana fossem acatadas pela PITE e pela Cooperativa, embora sem uma garantia explícita e escrita. O assunto foi noticiado em matéria publicada em junho de 1983 pelo *Diário da Manhã* da seguinte forma:

A greve dos canavieiros de Itapuranga terminou na madrugada de ontem com um acordo verbal entre a Cooperativa dos produtores, os diretores da usina de álcool Pite S.A. – que detêm grande parte da área plantada do município – e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do local. A Polícia Militar, que havia chegado à cidade na noite de segunda-feira, a mando da Secretaria da Segurança Pública, serviu de intermediária nas negociações.

A mobilização, que durou oito dias, conseguiu, enfim, colocar na pauta da Convenção Coletiva de Trabalho o cotidiano de condições não-satisfatórias vividas pelos

trabalhadores da cana em Itapuranga. Assim, no dia 22 de junho de 1983, depois de uma intensa negociação entre as partes, chegou-se ao seguinte:

A convenção determina um piso de Cr\$ 25 e escalona os preços em até Cr\$ 45 por metro cortado, de acordo com a qualidade da cana, além de garantir a assinatura da Carteira de Trabalho, do comprovante de medição dos metros cortados por dia e de proibição de demissão dos grevistas. A Cooperativa dos Produtores não concordou em assinar o acordo, devido aos preços e ao fato de não poder demitir os grevistas. Mas a PITE assinou a convenção, apesar de ter feito ressalvas sobre a não-contratação de mão-de-obra de outros municípios.

Com a convenção assinada e a esperança de que fosse cumprida, o movimento viu-se como vitorioso, ainda que não firmado pela Cooperativa de Produtores o compromisso com todas as reivindicações. O *Diário da Manhã* (1983) chegou a descrever os momentos que antecederam o desfecho do acordo entre as partes:

A cidade ontem estava calma. Não havia mais piquetes, apesar de os cortadores ainda não estarem trabalhando. O clima era de expectativa com relação à assinatura do acordo, feito durante a madrugada. A chegada da PM não causou transtornos, segundo depoimento dos próprios canavieiros.

Com o fim da greve, os trabalhadores da cana retomaram as suas atividades, tanto no campo como no parque industrial, tão logo foi selado o acordo. Essa tática, como comentado por alguns, visava demonstrar que eram inverídicas as acusações feitas pela PITE e pela Cooperativa de que o movimento tinha cunho partidário, em decorrência da presença de membros do Partido dos Trabalhadores no movimento. Um dos produtores cooperados, em matéria do mês de junho de 1983, no *Diário da Manhã*, chegou a dizer: “quem não quer trabalhar acaba atrapalhando”. E acrescentou ser “este o caso da maioria das pessoas que estavam fazendo a agitação”. Segundo o jornal, “o Partido dos Trabalhadores incitava o movimento,” citando a ida de vários membros do PT à localidade e usando o argumento de que o preço pago era justo.

A greve dos trabalhadores da cana fez com que se realizassem inúmeras reuniões e assembléias no STRI, fossem distribuídos panfletos e denunciados casos de

abuso de poder por parte dos “gatos”, além da destruição do meio ambiente e do desmatamento para acomodar as lavouras de cana. Esses fatores foram considerados essenciais para levantar questionamentos acerca do modelo de desenvolvimento então efetivado em Itapuranga, em contraposição às maravilhas preconizadas anteriormente, antes da implantação do projeto, as quais não estavam se concretizando.

A greve dos trabalhadores canavieiros não conseguiu dar uma solução para os problemas enfrentados. Mas serviu como um grito de alerta para muitos trabalhadores de outras regiões em que a cana estava sendo implantada, dando visibilidade a um projeto monocultor que colocava em crise a produção de alimentos e, conseqüentemente, a vida das futuras gerações.

Como disse João Benfca, ainda em junho de 1983, em entrevista ao *Diário da Manhã*, “o objetivo é parar todos os canaviais, para que as reivindicações sejam atendidas”. Assim, os embates produzidos nesses espaços serviram para que o movimento sindical sustentasse um debate mais contundente no que diz respeito aos acordos coletivos entre patrões e empregados da cana em todo o estado de Goiás.

Destarte, a ação desses atores sociais pode ser percebida como mais uma experiência para os movimentos sociais rurais em Itapuranga. Diga-se de passagem, que essa ação foi produzida com o apoio de lideranças do STRI e de membros da Igreja Católica, mas efetivamente realizada pelos trabalhadores. Ali houve uma amostra de como se efetiva uma história em que as ações empreendidas resultaram da própria experiência de cada um.

4.2 “AONDE A VACA VAI, O POVO VAI ATRÁS”

Os operários e lavrador
 Está passando estreito
 E por isso resolveu
 A pegar no seu eito
 Vamos juntos trabalhar
 Pra defender nossos direitos.
 (Pedro, *Expressão da Caminhada*, 1990)

Nello Bononi, padre italiano de nascença e articulador político, que vive ainda hoje em Itapuranga, disse-me, certa vez, que teve a oportunidade de conhecer muitas

experiências de organizações em suas andanças como religioso e que se surpreendeu com a capacidade de articulação dos trabalhadores rurais em Itapuranga. Em entrevista, afirma estes que esses trabalhadores conseguiram recriar e reinventar muitas experiências que lhes foram sendo ensinadas ao longo dessa caminhada.

Essa constatação ilustra e metaforiza essa capacidade inventiva dos sujeitos sociais em Itapuranga. Cite-se como exemplo, diante das muitas adversidades impostas no seu cotidiano, a fundação da Sociedade da Vaca, que nasceu dessa capacidade de reinventar conhecimentos adquiridos nos espaços sindicais, da Igreja e na interlocução com outros sujeitos sociais em muitas de suas reuniões e assembléias.

A Sociedade da Vaca tornou-se um instrumento não somente político, mas pedagógico e de mobilização, conseguindo congregando um número considerável de homens e mulheres que viram nessa associação uma possibilidade de minimizar o custo de vida por eles enfrentados, reinventando a tradição da distribuição de carne com os vizinhos.

Nesse contexto, os trabalhadores rurais fazem de suas experiências um aprendizado para o convívio em suas comunidades, quer seja no campo quer na cidade, mostrando uma politização que vai além dos espaços de instituições como a Igreja, o sindicato e os partidos. As reuniões, as assembléias e os debates serviram como instrumentos para a busca da organização de outros espaços organizativos não ligados a essas instituições ou tutelados por elas, como a experiência da Sociedade da Vaca.

Evidente que não causa surpresa o fato de os protagonistas da referida associação estarem ligados às articulações da Igreja e do Sindicato, mesmo porque houve aproveitamento da união sindical e das comunidades de base para iniciar os primeiros debates, o que culminou no nascimento da Sociedade.

Mesmo com a curta duração da Sociedade da Vaca – nascida na segunda metade do ano de 1981 e ativa até os primeiros meses de 1982 – pôde-se demonstrar que, através de desejos e anseios de um grupo de homens e mulheres, é possível mudar algumas dimensões da ordem vigente. Naquele caso específico, o objetivo era baixar o preço da carne consumida e vendida na cidade de Itapuranga. Essa curta duração deve ser entendida também por meio de uma leitura adequada dos movimentos sociais, pois até dentro deles há projetos antagônicos que são perceptíveis em suas disputas.

Para o entendimento do processo que deu vida à Sociedade da Vaca, é fundamental rever um pouco o contexto daquela época. Lembremos que no início da década de 1980 a mudança para a cidade era uma constante na vida de muitos trabalhadores rurais, acarretando a formação de um grupo de trabalhadores assalariados do

campo, que, predominantemente, trabalhavam na lavoura da cana-de-açúcar ou mesmo como diaristas nas propriedades próximas da cidade.

Apesar dessa vida que levavam agora na cidade, esses trabalhadores continuaram mantendo seus laços culturais, sociais e de trabalho ligados à terra, o que mostra não ter ocorrido uma desvinculação abrupta com o passado rural recente, tampouco uma separação entre a vida no campo e a vida na cidade. Tanto isso é verdade que sabiam, segundo me disseram alguns deles, como trabalhar na roça, daí o fato de continuarem atuando como meeiros, arrendatários, assalariados rurais ou diaristas nos canaviais.

Essa vida na cidade não implicou também separar-se de vizinhos por completo, mesmo porque muitos continuaram se encontrando nas reuniões das comunidades de base e nas assembléias sindicais. A manutenção de uma lavoura em áreas em que viveram antes muitos deles também constituía uma outra forma de relacionar-se com os antigos vizinhos.

Apesar de conviverem com um modelo que acarretava expropriação das suas terras, esses trabalhadores não podem ser vistos como pessoas fragilizadas e pobres. Ao contrário, os inúmeros problemas foram produzindo neles capacidade para que reinventassem seu cotidiano de agruras. A Sociedade da Vaca, em Itapuranga, é um exemplo dessa capacidade inventiva, cujos maiores protagonistas foram os trabalhadores rurais que, naquele período, estavam vivendo na cidade.

Notemos que todo esse processo de mudança para a cidade foi motivado por uma série de fatores. Um fator foi o deslocamento em decorrência da distribuição das terras por heranças, levando à formação de pequenas e médias propriedades na região. Não que isso seja ruim, mas essas pequenas propriedades tiveram de ser redistribuídas novamente, razão por que muitos tiveram de vender suas propriedades, seja para comprar em outra região, seja para ser inserido no movimento de permanência na terra ou mesmo para viver de vez na cidade (Brandão, 1986). Vale destacar que esse deslocamento era muito lento e gradual.

Essa vida na cidade foi marcada por dificuldades e desafios, tanto nas relações de trabalho quanto na manutenção das residências na cidade. Por exemplo, houve a necessidade de assumir novas despesas, como taxas de água, de energia elétrica, aluguel, compra da carne. A carne era um produto sempre muito presente na vida dessas pessoas, pois a vida no campo oferecia a caça e permitia a criação de suínos, bovinos e ovinos. Sempre havia um exemplar na engorda para uma data especial ou para ajudar na alimentação cotidiana.

Agora, no mundo citadino, esses trabalhadores rurais se obrigaram, nas inúmeras reuniões sindicais e da igreja, a refletir sobre as suas condições atuais de vida e expropriação. Para tanto, ao mesmo tempo, eram obrigados a entender as circunstâncias e relacioná-las aos problemas enfrentados. Nesses novos canais que se apresentavam, e também durante a lide nas lavouras, surgiam novos temas e discussões que diziam respeito ao custo de vida e às condições de trabalho a que estavam submetidos.

Essas experiências e reflexões – acerca de suas condições de ser e viver – deram origem a propostas alternativas para resolver ou minimizar uma dada situação. A Sociedade da Vaca é um exemplo de experiência tais como essas. Surgiu com um grupo de pessoas, lideradas por Olício Garcia (Peixoto), Baltazar, Adão Queiroz, Dorvalino, dentre outros. Articuladas, essas pessoas fomentaram essa nova idéia, como narrou Peixoto: “Eu tava morando na cidade, e a gente fazia, como diz, toda vida a gente fez parte da Igreja Católica. A gente fazia as reunião, muitas vezes, até escondido. Naquela época era muito perigoso, [...] e cada reunião agente ia descobrindo que as coisas não era igual”.

Para materializar essa Sociedade, cujo núcleo inicial era formado por famílias com experiências de vida no campo, passaram a recordar algumas de suas atividades naquele espaço, o que os levou a perceber que poderiam fazer essa ação coletiva com a compra e divisão de uma vaca. Agiam como nos trabalhos distribuídos coletivamente, apenas agora de outro modo, ou seja, mediante a compra e a divisão de uma vaca, o que possibilitava colocar a carne na mesa das pessoas.

O fato de morar nas cidades não permitia a criação de galinhas no quintal, tampouco de porcos. Além disso, não se conseguia pastagem para alimentar uma rês. Rememoravam então os momentos em que era tradição matar o porco e distribuir aos vizinhos, como me contou João Justino: “naquele tempo na roça, matavam um capado e dividia a carne com dez ou quinze famílias, ficando somente com a gordura do porco, mas era a garantia da carne fresca sempre. Essa era a carne mais gostosa”. Agora, no entanto, eram outros tempos, e era preciso pagar para ter um pedaço de carne.

Com este aprendizado socializado, somando-se a outras experiências adquiridas nas reuniões e encontros, reinventam algumas destas experiências organizativas que passaram a conhecer, adaptando-as às suas vivências. Após algumas reuniões e debates realizados na casa de Olício Garcia (Peixoto), ficou acertado entre os presentes que fariam a compra de uma rês e venderiam a carne a preço de custo. Com essa vontade e necessidade, os trabalhadores rurais colocaram em prática a Sociedade da Vaca. No

material pesquisado encontrei uma charge em que uma vaca afirmava o seguinte: “tô ficando importante”, o que, por si só, explica o papel da referida Sociedade.

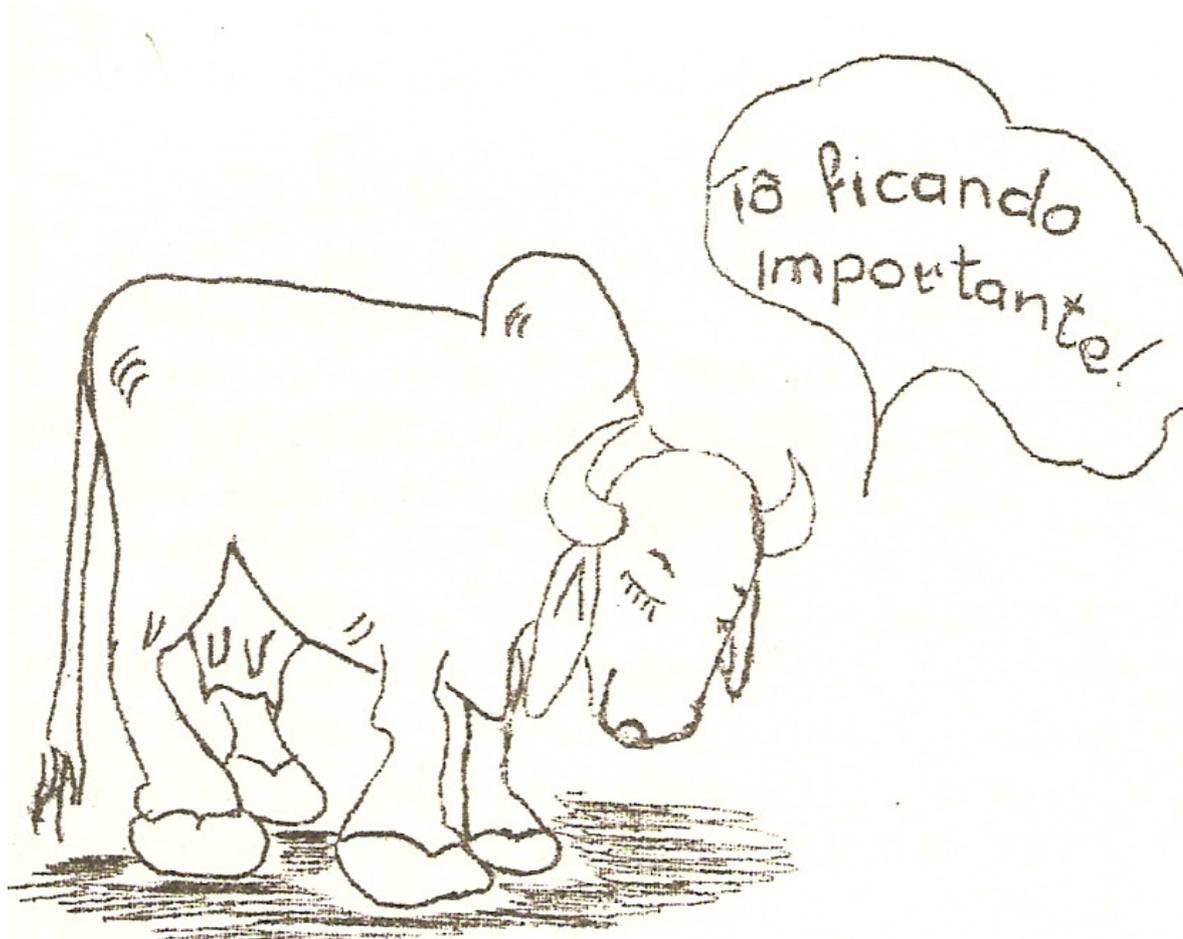


Figura 15: Imagem alusiva à Sociedade da Vaca.
Fonte: *Caminhada*, 1981, p. 9.

Um outro dado importante nessa consolidação da Sociedade da Vaca foi o fato de que, a partir de inúmeras reuniões com outros trabalhadores, socializaram-se informações e tomou-se conhecimento de organizações que tinham objetivos semelhantes, não somente com a carne, mas com outros produtos utilizados nas mesas. Segundo consta no boletim *Caminhada*, de 1981, a idéia da Sociedade da Vaca começou

em uma reunião do PT em Goiânia. Uma companheira ouviu um senhor de nome Clóvis contar que, lá em Anápolis, o pessoal fazia

compras em grupo, inclusive de carne. A companheira voltou, falou e pôs a cuca para funcionar.

A Sociedade da Vaca nasceu, portanto, em meio a algumas experiências que foram sendo compartilhadas e reinventadas de acordo com algumas vontades e necessidades, como me contou Peixoto:

Você sabe que carne naquela época pra pobre comprar num açougue, toda vida foi difícil, mas naquela época era pior. Sabe, e aí, o pessoal decidiu, rapaz: – vamos comprar uma vaca, matar e dividir ela, assim, num preço de custo. Até aqui começou esse movimento, matar a vaca. O matador, mesmo, foi o pai do Baltazivar, o seu Baltazar.

Todo esse processo de debate acerca do custo de vida foi sendo relacionado ao consumo de carne bovina, de modo que as pessoas dispostas a mudar aquela situação passaram a socializar e fomentar novas idéias. Peixoto retransmitiu-me o seguinte diálogo ouvido entre aquelas pessoas: “tanta vaca ao nosso redor, e a carne no açougue naquele preço! E ninguém comer... Que tal se nós reunisse dez ou doze pessoas, comprasse a vaca juntos para comer”?

Tal indagação subsidiou um grupo de vizinhos e parceiros na organização da Sociedade da Vaca. No entanto, convém dizer que se trata de um projeto oriundo da reinvenção de outras experiências ouvidas de interlocutores vários, o que motivou os trabalhadores a buscar uma saída para melhorar a alimentação de suas famílias.

A frase “Veja companheiro como o povo unido vence o que parece impossível vencer”, estampada em um panfleto redigido por Nello Bononi, ressalta o trabalho e a importância da Sociedade da Vaca em Itapuranga. Assim, o esforço de um grupo de homens e mulheres – que já tinham uma história de trabalho em comunidade – e as necessidades sentidas em seu dia-a-dia deram vida a essa entidade, o que ocorreu em setembro de 1981.

O desenvolvimento posterior à criação dessa Sociedade concorreu para o envolvimento de mais e mais pessoas. De olho nos resultados, não demorou a aparecer interesses contrários ao que estava sendo materializado, principalmente da parte de açougueiros e membros da administração municipal. Ainda que a associação fosse um

movimento coletivo, foi acusada de abrigar em seu interior baderneiros e partidários do PT, sendo por isso desqualificada em suas ações.

A primeira experiência de compra da vaca em sociedade concretizou-se logo após uma reunião envolvendo as pessoas interessadas. A idéia era adquirir uma rês e reparti-la a cada final de semana. Para tanto foi providenciada uma lista, onde se anotaram as tarefas de cada um, como quem fazia a compra e o abate, por exemplo. A organização nasceu, segundo Peixoto, como relatado no Boletim da Sociedade da Vaca, em 1981:

Passamos uma lista e cada um assinou com mil cruzeiros. A vaca foi comprada por treze mil, foi morta na roça e na hora marcada houve a repartição da carne na cidade e todos levaram felizes. A carne saiu pela metade do preço, menos de Cr\$ 100,00 por kg. Estava feita a “Sociedade da Vaca” como foi chamada.

O abate da segunda vaca atraiu outras pessoas, motivadas com a compra da carne a preço bem mais acessível. Esse interesse dava mais visibilidade e fortalecia a Sociedade, mas também serviu como motivo para denúncias contra o que estava sendo feito. Afinal, tudo devia estar de acordo com as normas higiênico-sanitárias. Não tardou, assim, que as autoridades da vigilância sanitária do município fossem acionadas, pois, segundo os seus agentes, a carne comercializada estava fora das especificações técnicas e sanitárias para o consumo do produto.

O que chamou a atenção das famílias foi mesmo o preço da carne. Na Sociedade da Vaca, os valores, pelo produto, eram eqüitativos, independentemente do corte. Já nos açougues da cidade, os preços variavam segundo a classificação do corte: carne de primeira, segunda ou terceira.

Como assinalei, esse fato logo começou a incomodar os estabelecimentos comerciais. Segundo me informou Peixoto, “naquela época, a carne custava a metade do preço. Era o preço que custava a vaca. Fazia a conta, quanto dava a carne limpa, vamos supor, um real era o quilo, era aquilo que você pagava, entende”?

Essas primeiras experiências da Sociedade da Vaca concretizaram-se no compromisso firmado com membros de um grupo constituído de treze famílias. A compra feita em conjunto chamou a atenção de inúmeros outros companheiros seus que viviam quer na cidade, quer na roça, o que passou a ser reproduzido em outras partes do município de Itapuranga. Como noticiado no boletim da Diocese, em 1981, “seja como for, a

Sociedade da Vaca está indo e vencendo até barreira de religião... E todos, católicos, crentes, espíritas participam dela”.

O vulto tomado por esse movimento não tardou a desencadear um processo de perseguição, o que foi relatado também por Peixoto, conforme publicado no já referido boletim da Diocese: “e aí moço, os açougueiros implicando com aquilo, que o movimento do açougueiro foi acabando, que todo sábado matava duas vacas até mais”. Assim, “na segunda vez, já apareceu um fiscal do Estado que veio encher. Ninguém pagou nada, pois não havia circulação de mercadoria, mas compra direta dos consumidores”.

Entre os associados tinha sido acordado que o abate da vaca se daria nos sábados e as pessoas que estavam pagando pela carne da vaca deveriam aparecer em um local e hora marcados para a distribuição da carne. Isso ocorria no galpão da residência do Peixoto, da seguinte forma: as pessoas chegavam e recebiam sua carne em recipientes que traziam de suas casas. Esse era o compromisso das pessoas, como me contou Peixoto: “Era sim, dividido na hora. Não ficava coisa assim para outro dia não. Lá o povo falava ‘sábado vamos matar uma vaca’, às 8 horas todo mundo tava lá para repartir, ali era tudo na hora.

Essa calma foi rompida com um “vendaval”, como disse um dos membros da Sociedade. A fiscalização intensificou sua ação em relação aos trabalhos desenvolvidos pela associação, chegando até mesmo a utilizar-se de policiais para reprimir a distribuição da carne aos sócios. O Boletim da Diocese (1981), baseando-se nas narrativas de Mauro Queiroz, conhecido com Adão Queiroz, fez o seguinte registro após as tentativas de fechamento dos trabalhos da Sociedade da Vaca:

Na terceira vez (já eram duas vacas mortas, com 29 donos) veio o vendaval: fiscal, mais cinco policiais armados. Queria cobrar imposto na valentia. Na chegada da carne à cidade, falou, mandou, ameaçou, mas os companheiros da “sociedade” avisados correram lá e a rua ficou durinha de povo. Foram três horas de discussão, até o fiscal ir embora, vencido e vaiado, e o povo gritando “aonde a vaca vai, o povo vai atrás”. **Vitória, Vitória** (grifos do Boletim). Também daí em diante nunca mais o fiscal mexeu com a sociedade.

Como se vê, tentativas como essas de reprimir os trabalhos da Sociedade da Vaca não trouxeram os resultados desejados pelos comerciantes de carne de Itapuranga. Pelo contrário, investidas contra o grupo contribuíram ainda mais para a ação e materialidade da divisão coletiva da vaca, iniciativa que se fortaleceu em toda a região.

Como pode ser lido mais uma vez no Boletim da Diocese de 1981, “a coisa pegou fogo no município inteiro e já são muitas as vacas matadas toda semana”.

A experiência desse primeiro mês de trabalho da Sociedade da Vaca tornou-se objeto de discussão nos encontros e reuniões promovidas pelo STRI e Igreja Católica, principalmente nas comunidades de base no meio rural. Assim, muitas outras regiões do município de Itapuranga começaram a também fazer tal partilha, como as fazendas Campininha, Goiabal e Campo Grande.

O trabalho e o engajamento desse grupo de trabalhadores rurais que vivia na cidade tornaram-se um instrumento de mobilização que ecoou rapidamente: “agora fala-se em sociedade do porco, sociedade da compra de gêneros alimentícios, para se defender da carestia. Amigos, façam também vocês como nós, e venceremos a exploração” (Boletim da Sociedade da Vaca, 1981).

O aumento do número de associados resultou, conseqüentemente, no fortalecimento das ações desse grupo e serviu para dar força e propiciar uma coesão ainda maior entre os seus participantes. O que se viu daí para frente foi um despertar das pessoas para a necessidade de uma análise mais aprofundada do preço da carne pago nos açougues de Itapuranga.

No entanto, não houve como impedir a entrada de pessoas não diretamente ligadas ao movimento e às experiências dos trabalhadores rurais, o que, paulatinamente, foi acarretando uma descaracterização de todo o processo. Vale dizer, em muitos momentos não foi mais possível discernir aquelas pessoas que, em tese, necessitavam realmente daquela associação.

Assim, dissensões e dúvidas começaram a preocupar os dirigentes da Sociedade da Vaca. Além disso, havia algumas pessoas que estavam lucrando com aquele trabalho, o que não era o espírito do empreendimento. Por exemplo, quem ficava encarregada do abate das reses tinha o direito de ficar com os subprodutos da vaca – a língua, o couro, os pés, os rins e a banha –, que eram revendidos a terceiros, tornando-se um bom negócio. Esse fato levou a um aumento no número de abates para gerar mais subprodutos e, obviamente, um lucro maior. Desse modo, a vaca, que era de uma sociedade coletiva, se tornava algo particular.

Peixoto resume esses problemas com a seguinte narrativa:

Mas aí logo o Baltazar queria brigar lá um dia. E aí o Baltazar foi enciumando daquilo rapaz. Ele queria ganhar dinheiro em cima daquilo ali. Olha, pra você ver como é que é os movimentos em Itapuranga têm uns engraçadinhos que quer pra eles. E aí ela já queria lucro. Eu falei: “lucro não”.

Essa narrativa mostra que as desavenças entre os membros de uma sociedade podem ser oriundas do desejo de alguns de conseguir ganhos pessoais a partir de um trabalho coletivo e solidário. No caso da Sociedade da Vaca, como alguns dos seus membros passaram a cobrar pela negociação da compra da vaca e de sua divisão, o movimento começou a se esfacelar.

Os desentendimentos que se seguiram foram desarticulando a Sociedade e muitos dos seus membros partiram para outras experiências, nas regiões vizinhas, em busca da terra prometida, por exemplo, nas fazendas Estiva e Mosquito, localizadas no município da Cidade de Goiás.

Importante assinalar que, a despeito da curta duração da Sociedade da Vaca, as experiências partilhadas no seu interior foram importantes para que os trabalhadores rurais mantivessem e reinventassem esse passado rural no ambiente da cidade. Assim, puderam manter-se próximos às tradições de uma vida e trabalho coletivo, tomando aquele hábito de distribuição da carne de porco aos vizinhos.

Um poeta, mediante essa modinha de viola,²⁰ assim lamentou a forma como os trabalhadores rurais levavam sua vida na cidade:

Os pobre tava na roça
 Ele tinha muita fartura
 Hoje mora no comércio
 Enfrentando a vida dura
 Eles olham por toda banda
 Só enxerga formosura
 Na roça tem muita água
 Não comia sem mistura.
 Cidade de Itapuranga
 Agora não tá mais bom
 Tá ajuntando pessoal
 Fazendo reunião.

²⁰ Texto encontrado nos arquivos do STRI. Não consegui descobrir sua autoria, tampouco a data em que foi produzido.

O trabalho desenvolvido pela Sociedade serviu também para colocar em debate a situação da moradia e o aumento das tarifas de energia e água para muitos moradores da cidade. Além disso, favoreceu o entendimento do projeto de desenvolvimento que estava em curso em Itapuranga. Nas reuniões, para tratar da organização e abate de outra vaca, apareciam nos diálogos as angústias e dificuldades da vida na cidade, diametralmente diferentes da vida no campo. Lá, tanto o trabalho quanto a vida eram coletivos. Na cidade, vivia-se isoladamente e o trabalho era realizado numa terra distante da moradia, como bóia-fria nos canaviais da região do município.

Ainda que possam ser identificados vários motivos para o encerramento dos trabalhos da Sociedade, as idéias originadas e as ações decorrentes do movimento por ela gerado nunca foram desprezadas. Isso explica por que muitas outras experiências foram surgindo em paralelo ao funcionamento da associação. Para Peixoto, o que aconteceu com os movimentos serve de alerta para outros, porque é preciso saber discernir quem está disposto a colaborar e quem apenas quer se aproveitar da situação.

Então, todo movimento aqui em Itapuranga teve a iniciativa, você entende companheiro? Teve aqueles que entrou pra ajudar todo mundo, mas quando tinha que envolver eles. Então isso foi desde o começo: teve uns que queriam o movimento pra eles; eu fui um que abandonei por isso, porque eu não queria só pra mim. E aí foi até que afastei.

Esse dado deixa entrever que nem mesmo a realidade de dificuldades econômicas e sociais vivenciadas pelas lideranças é capaz de manter um grupo coeso. Essa constatação pode ser aplicada à Sociedade da Vaca, diante do descrédito percebido em algumas pessoas do grupo.

Apesar de pequena duração, não se pode deixar de atribuir a essa sociedade o mérito de ter sido um exemplo de organização cujo princípio orientador era a solidariedade.

4.3 A REINVENÇÃO DO ATO DE APRENDER E ENSINAR

Na minha região todo mundo dizia isto,
na união do povo uns ajuda os outros,
principalmente ajuda os mais fracos.
(José Lemes)

A modernização capitalista do campo gerou uma nova relação com a terra, a partir dos anos de 1970, levando muitos dos que viviam nela a serem expulsos. Um local que gerava vida e fartura para os trabalhadores rurais passou a viver um profundo processo de transformação, acarretando intensa mobilização e resistência.

Seguindo uma lógica de modernizar o campo, o Estado brasileiro articulou o desenho de um processo educativo para o campo, buscando transformar o homem e a mulher do campo, de modo a integrá-los ao mundo capitalista que ali chegava. Com um projeto de sociedade no campo cujo parâmetro era a modernidade fortaleceu-se a dicotomia entre o rural e o urbano, trazendo à tona visões estereotipadas, segundo as quais o homem do campo era identificado com um jeca-tatu e, portanto, preguiçoso. Se não bastasse, era acusado de viver no atraso, porque dotado de ingenuidade e incapacidade de ser sujeito de sua própria história.

Ao lidar com as inúmeras experiências dos trabalhadores rurais em Itapuranga, fui construindo outra análise a respeito deles, mediante a apreensão de elementos que me permitiram visualizar que os trabalhadores rurais não tinham nada de ingenuidade e que eram sujeitos de suas histórias, fazendo uma reinvenção dos inúmeros aprendizados que foram sendo compartilhados em seu cotidiano.

Nesse contexto trago a experiência de uma escola de educação popular, assim definida em *Caminhada* (1984), uma publicação da Diocese de Goiás, ao se referir à Escola de Educação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Laranjal. Utilizando a categoria denominada popular, aproprio-me de um termo empregado pelas professoras no trabalho com seus alunos, com base nos escritos de Paulo Freire, que buscavam o desenvolvimento de uma educação popular para os sujeitos sociais envolvidos.

No manuseio dos cadernos de exercícios, dos relatórios de preparação das aulas e dos materiais didáticos, foi possível obter um pouco de conhecimento acerca da construção do projeto político-pedagógico que as professoras estavam desenvolvendo com

os alunos da Fazenda Laranjal. Parte da metodologia de ação era baseada na pedagogia e nos ensinamentos de Paulo Freire, já citado aqui, mediante a utilização de palavras geradoras, ou seja, palavras ligadas à realidade cotidiana dos aprendizes, pautando-se sempre na promoção da auto-estima.

Não foi novidade ouvir, de homens e mulheres envolvidos nesse processo, que sempre se buscou dar aos seus filhos uma educação escolar, pois, segundo sua visão, a falta de oportunidade de estudar gerava discriminação. Logo, acreditavam que a oportunidade de estudar formalmente poderia resultar em melhores condições sociais, econômicas e culturais, pois constituiria um elemento importante na transformação de suas vidas.

Uma vez que as experiências nos movimentos sociais educam tanto os trabalhadores rurais quanto os interlocutores que vão fazendo parte do seu cenário, a educação popular, como proposto na Fazenda Laranjal, foi muito proveitosa nas aulas ministradas. Para isso valeu-se dos debates feitos tanto nas comunidades de base e nas assembléias do sindicato quanto nas cantorias dos mutirões, nas festas, na lida com o serviço rural, temas que foram candentes nas aulas da escola da Fazenda Laranjal. Esse processo, acima de tudo, foi considerado uma constante no aprendizado, mediante a socialização dos conhecimentos nos trabalhos da Escola Popular do Laranjal, o que permitiu a cada um perceber-se como alguém que, em vez de não saber nada, conhecia muito, apenas lhe faltava a capacidade de entender como se organizava formalmente esse conhecimento.

O processo de modernização da agricultura tinha contribuído para que os trabalhadores se sentissem como que fora da realidade, principalmente no que concerne ao universo educacional. Até porque todos os projetos de educação para o campo pautavam-se na transformação de homens e mulheres, sem respeitar suas diferenças, tampouco os conhecimentos que possuíam. Ao contrário, propunham uma modificação segundo a imagem e semelhança de um modelo de sociedade que era preconizado pelo capitalismo.

Os modelos educacionais voltados para o campo não contemplavam os movimentos, as organizações e as vivências dos trabalhadores rurais. Já a Escola Popular da Fazenda Laranjal aproveitou todos esses elementos, atendendo aos novos paradigmas pedagógicos relativos à educação do campo, segundo os quais o Brasil não podia mais ficar surdo ao movimento social do campo pelo que ele é capaz de incomodar e questionar. A nova educação do campo deveria incluir em suas atividades a discussão do direito à terra, ao trabalho, à dignidade, à cultura e à educação.

O movimento pela conquista da terra, os saberes do universo cultural, os saberes adquiridos nas assembléias e reuniões do STRI e da Igreja Católica foram elementos constitutivos para se organizar a educação popular na Fazenda Laranjal, segundo o entendimento dos trabalhadores rurais.

Criada em 1981, a Escola Popular da Fazenda Laranjal é a concretização de uma soma dos conhecimentos cotidianos produzidos com os preceitos de uma escola formal, mas com aproveitamento das experiências bem-sucedidas para montar a estrutura pedagógica e didática. As primeiras aulas já demonstravam aos homens e mulheres que passaram a freqüentar a escola que eles não tinham, talvez, o domínio dos códigos da escrita padrão, mas estavam ali para aprendê-la e, mais que isso, entender a realidade e buscar formas de nela atuar.

Nos diálogos travados e ensinamentos propiciados na Escola do Laranjal, a relação de aprendizado tinha uma mão dupla entre professor e aluno. Até porque, na medida do envolvimento em novas situações – reuniões, assembléias e trabalhos do dia-a-dia – descortinavam-se os conteúdos de debates na sala de aula. E isso tudo era reinventado com base nas experiências cotidianas de cada um.

Não resta dúvida de que o aprendizado para esses sujeitos sociais que viviam no campo em Itapuranga não era elaborado de modo formal em salas de aula. No entanto, era produzido no seu fazer-se, na lide de sol a sol, nos encontros e desencontros. E, na medida em que se aprimoravam em suas experiências, iam sentindo a necessidade de uma educação formal. Segundo Zé Lemes, Maria das Graças e Raimundo, isso foi fundamental para que se vissem como pessoas capazes, portadoras de direitos a gozar.

A educação desenvolvida nessa escola abarcou, portanto, as vivências dos que aprendiam a todo momento, como narrou Zé Lemes:

Mesmo assim eu achei que a gente tinha que fazer, quando pudesse fazer e aí comecei a participar, participar aqui na comunidade, participava na igreja, como representante da comunidade. Mas a nossa comunidade aqui era grande na roça. A vizinhança aqui era um prazer, a gente trabalhava em grupo, em troca de dias e as marcas.

Nessa capacidade de se reunir, pensar sua vida, na lida do dia-a-dia, no relacionamento com os vizinhos, foi se dando o aprendizado, que serviu como instrumento para levar avante o projeto de uma educação inovadora.

Mais que um debate teórico sobre essa categoria, a educação popular na Fazenda Laranjal ofereceu aos seus professores e alunos a oportunidade de aprender a partir de suas vivências, de seus problemas, de suas vidas, a partir das coisas que conheciam e viviam.

O texto “O convite”, no poema de Zé Lemes, chama todos os trabalhadores para fazerem parte da transformação proposta por esse tipo de educação. Ela deve envolver cada vez mais pessoas no que chama de projeto sagrado, como a caminhada de Deus, em relação de fé e ação coletiva, como escreveu o poeta:

Hô meu irmão porque que não vem,
Pra nossa caminhada precisando mais alguém.
Ô meu irmão que eu quero bem
Nosso Jesus convida você também.

Deus lá do céu vendo o povo
Oprimido, ele fez o seu pedido
Há Moisés e Abraão
Mesmo com medo
Atenderam seu chamado
O povo foi libertado
Daquela escravidão.
Refrão: O meu irmão.

E agora, os fatos estão repetindo
Nós estamos descobrindo
Que é a mesma situação
Nossa tarefa é conscientizar o povo
A construir um mundo novo
Em que haja união.

Importante registrar que se trata de um poema que, musicado, tornou-se um hino dos movimentos em toda a região. Foi entoado nas reuniões sindicais e da Igreja, tornando-se um cântico conhecido, o que levou a Diocese de Goiás a incluí-lo no rol de Cânticos Populares, na época do bispado de D. Tomás Balduino.

Antes a visão sobre a educação entre esses trabalhadores era outra. “Estudar para que, se nós era trabalhador braçal, daí o que restava é só trabalho, trabalho, pra que estudar”? João Justino Pereira, trabalhador rural e líder sindical, disse que essa frase, ao que parecia, correu na boca de muitos pais que viviam no campo. Constituiu uma fala propalada em meio aos filhos dos trabalhadores rurais, principalmente como forma de

reproduzir o discurso dos dominantes, escamoteando a tentativa de negar-lhes o direito à educação formal.

Não deve causar estranheza a afirmação de que a educação formal sempre foi um privilégio da elite dominante, servindo como um instrumento de manutenção da ordem estabelecida. As diretrizes que então norteavam o ensino nacional sequer referiram-se a essa especialidade de ensino. Afinal, veiculava-se uma (in)verdade, segundo a qual tudo que vinha da roça era atrasado, não sendo possível, jamais, elaborar um modelo para executar uma educação formal em tal espaço, já que estudar não fazia parte dele.

Brandão (1985) e Pessoa (2005) também reconhecem que os homens e as mulheres do meio rural nos legaram uma boa bagagem de aprendizado. Algumas publicações ligadas à Contag, à Fetaeg e ao MST oferecem-nos uma boa percepção das muitas ações empreendidas por essas pessoas, como as que identificamos nos muitos elementos existentes nos diálogos desenvolvidos na Escola da Fazenda Laranjal.

Zé Lemes narrou um episódio em que, ao final de uma assembléia diocesana, juntamente com Pedro e Onofre, tendo sido encarregado de preparar um relatório, o fizera não no sentido usual, como rezavam as regras, mas em forma de versos, como se escreve a seguir:

No outro dia nós acabamos fazendo um relatório da reunião em verso, que faz pra nada isso graça a cabeça de Pedro. Ele que foi o caixote disso. E aí começava a pular, pegar coisa aqui e ali, só pra fazer versos. Mesmo às vezes buscava coisa ao pé da letra e aí só no outro dia nós chegamos e cantamos o relatório final.

Trata-se de um relatório que se tornou uma efetiva leitura do que havia sido discutido na dita assembléia. Os manuscritos de Zé Lemes incluem o relatório intitulado “Nossa Assembléia”.

Refrão:
Boa Assembléia
Todos desejam
É ponto alto da nossa Igreja.
(Bis)

O dia 06 de Setembro
É o dia esperado
Para uma assembléia Sínodo

O povo foi consultado
 Na região Rio Uru
 Foi muito articulado
 Mais que ainda faltou gente
 Por todos foi mencionado

Refrão

Falando de educação
 É esta a realidade
 Falta escola e condução
 Pra nossas comunidades
 Estão indo muito mal
 As escolas das cidades
 É privilégio de alguns
 Estudar na faculdade.

Refrão

CEBS é passo
 Que está se organizando
 e seus direitos buscando
 A luz da Bíblia sagrada
 Deus neste dia convoca
 O povo seu
 A celebrar o jubileu
 Desta nossa caminhada

Povo de Deus
 Que na luta não descansa
 Sonha e tem esperança
 De ter sua liberdade
 É este povo que quer paz e
 não a guerra
 E vai buscar lá na terra
 a sua dignidade.

O reconhecimento de que se aprende com as experiências cotidianas não se constituiu em obstáculo para que os trabalhadores rurais objetivassem uma escola de educação formal para seus filhos e para eles próprios. A educação aprendida nos movimentos sociais foi útil para a vida, tendo em vista uma materialização espacial voltada para a instrumentalização do cotidiano.

A educação para os trabalhadores rurais assume, assim, uma dimensão que é útil não somente para o mundo do trabalho e do mercado. Ela tem uma relação direta com a vida, com as gerações vindouras, independentemente da lida do dia-a-dia. Zé Lemes contou-me o seguinte:

E aí alguns questionavam: “por que vocês não estudam?” “Ah! Nós não têm jeito”. “Por que não tem jeito, tal e tal? Jeito tem, só vocês se organizarem em grupo. Nós arranjamos quem dá aula”. “Mas se arrumar nós quer”. E aí nós fizemos essa experiência de saber. Organizaram um grupo de professores, lá tudo na base da boa vontade, sem ganhar nada.

O desejo de montar uma turma escolar é que levou os trabalhadores rurais da Fazenda Laranjal a manter os primeiros contatos com as professoras, em meados de 1981, para a criação de uma escola popular que atendesse aos homens e mulheres daquela região.

As professoras convidadas já tinham uma história de interlocução com esses trabalhadores, pois elas participavam dos trabalhos na Igreja Católica e no STRI. Perpétua Maria de Camargos Gontijo, Maria Teixeira, Sonia, Lúcia Tomazini, Dominique, Marina e Zezé responsabilizaram-se pela organização do material didático-pedagógico e, posteriormente, em uma reunião, marcaram a data das primeiras aulas naquela Fazenda.

O que chama a atenção nesse projeto – como me contou a professora Perpétua Maria – é “que esta foi uma intenção dos trabalhadores, não foi coisa que nós chegamos e fizemos do nosso jeito; foi algo pedido e solicitado pela comunidade do Laranjal”.

Logo, a Escola Popular do Laranjal nasce consubstanciada na perspectiva de que seus freqüentadores já tinham uma experiência de aprendizado muito importante, que era a vida de militância nos movimentos sociais em Itapuranga. Esses elementos, portanto, foram considerados essenciais para a condução das aulas e para a montagem do material pedagógico.

A tarefa inicial das professoras foi sistematizar os desejos e procurar uma teoria pedagógica que servisse como instrumento de transformação para os homens e mulheres da Escola do Laranjal. Em a *Caminhada* (1984), publicação da Diocese de Goiás, pode-se ler o objetivo da escola:

O objetivo dessa escola é ler e escrever conscientizando, com o jeito a partir do povo (ou seja, com as palavras do povo) e não com o método oficial de ensino. A escolinha é uma ferramenta que se junta às outras para a Caminhada da Libertação.

Desde que começaram a trabalhar nos projetos do sindicato e da Igreja, Zé Lemes, Adão Queiroz, Maria das Graças e Raimundo Caetano procuravam apresentar a necessidade de uma escola para os homens e mulheres do meio rural da Fazenda Laranjal. Uma observação importante sobre essa escola é que, mesmo sendo assunto recorrente nas assembléias e reuniões, nada havia sido feito até para implementar tal ideal. A falta de respostas às suas angústias e desejos fez com que alguns desses trabalhadores rurais propusessem às professoras o desafio de ensinar, ainda que cientes de que elas também teriam muito a aprender com eles.

Ficando pronta a escola, segundo narra Zé Lemes: “aí pegava o material, vinha lá as palavras pras pessoas estudar, “panela” e “enxada”, aí destrinchava aquelas palavras e aí as pessoas [começavam a] aprender a ler, ler e escrever”.

A aprendizagem adquirida na escola foi fundamental para o entendimento de alguns temas abordados nas reuniões sindicais e religiosas. Também auxiliou na compreensão de termos que se tornavam corriqueiros, como conscientização, militância, reforma agrária, direitos trabalhistas, intermediário, dentre outros.

Os temas estudados ajudavam-nos também nas transações comerciais de venda de cereais, ou mesmo nos acordos com o patrão no momento de dividir a colheita, em que era necessário calcular os percentuais que cabiam a cada parte. Como disse Adão Queiroz, “essa escola ajudou a gente saber se nós não tava sendo passado pra trás na hora de vender o arroz, feijão e milho, ou mesmo se o dono da terra não tava cobrando mais do que lhe devia”.

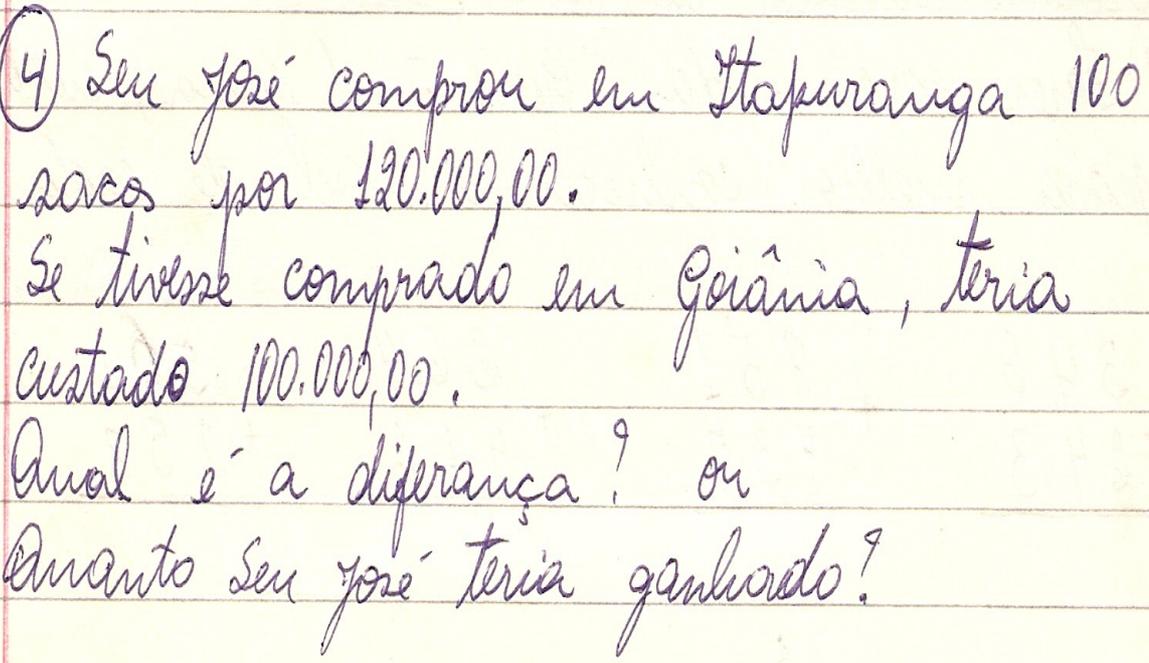
D. Maria das Graças resume bem o papel da escola formal para os trabalhadores daquele local: “eu acho que as pessoas, pela luta da Igreja e sindicato, e pela comunidade que tinha lá, encontro de evangelho, e o povo era mais unido, aí resolveu montar essa escola pra nós, todo mundo sabia pouco, sabia quase nada”.

O aprender a ler, a escrever e a entender era considerado pressuposto essencial ao processo de mudança da condição de vida dos alunos, porque os levaria a conhecer melhor os negócios dos comerciantes, do dono da terra e as autoridades municipais. Mais do que isso, esse aprendizado, junto ao STRI e à Igreja, possibilitaria a ressignificação das informações obtidas, dali pra frente, pois que passaram a ser utilizadas segundo as necessidades e vontades dos aprendizes.

A experiência educativa da Escola do Laranjal foi, no meu entender, mais que um espaço para a educação formal, pois o que se aprendia na escola era aplicado no dia-a-dia e não se limitava a um conteúdo tratado como pronto ou acabado.

Houve um esforço de procurar uma metodologia e prática didática apropriadas para aquela escola. “Aí, elas [professoras] fantasiavam a lição de acordo com aquilo que as pessoas viviam no dia-a-dia, então ele não fugiu muito do Mobral, tinha coisas, exemplo: panela, enxada, essas coisas era vital na casa”.

Veja-se que os conteúdos discutidos e ensinados na Escola da Fazenda Laranjal tinham ressonância com os trabalhos projetados nos ensinamentos do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Nascido em dezembro de 1967, o Mobral tinha como função somente ensinar a ler, escrever e contar. Já no caso da Escola Laranjal, isso foi além, por ter permitido também fazer uma reflexão sobre as imensas contradições existentes naquele local. Acrescente-se que, como pude verificar após levantamento dos materiais didáticos utilizados naquela escola, as atividades em geral propunham situações e questões que tinham relação com o universo das famílias envolvidas. Como exemplo, cito o seguinte exercício, encontrado em um caderno de planejamento da professora Maria Perpétua de Camargos Gontijo.



④ Seu José comprou em Itapuranga 100 sacos por 120.000,00.
Se tivesse comprado em Goiânia, teria custado 100.000,00.
Qual é a diferença? ou
Quanto Seu José teria ganhado?

Figura 16: Exercício proposto para os alunos da Escola do Laranjal.
Fonte: Caderno de Planejamento, jun., 1983.

Também vi outros exercícios e conteúdos. Muitos falavam de ovos, arroz, feijão, carne, meia e terça partes, balaios de milho, quarta de farinha de mandioca, financiamento rural e muito mais. Afinal, aprendiam de tudo, conforme relato de Maria das Graças, ao ser indagada sobre a Escola do Laranjal: “aprendia a história do Brasil, e na escola que eu tô hoje, tem muita coisa que eu aprendi foi lá. Eu me lembro, tudo que nós aprendeu foi lá. Só porque era assim, era mais oral, falado”.

Dentre as palavras geradoras empregadas pelas professoras podem-se citar: laranjal, enxada, bicicleta, chuva, sindicato, trabalho, gente, governo e guerra. A figura a seguir traz um exercício feito em sala de aula, ilustrando como uma palavra do cotidiano dos estudantes era tratada em sala de aula.

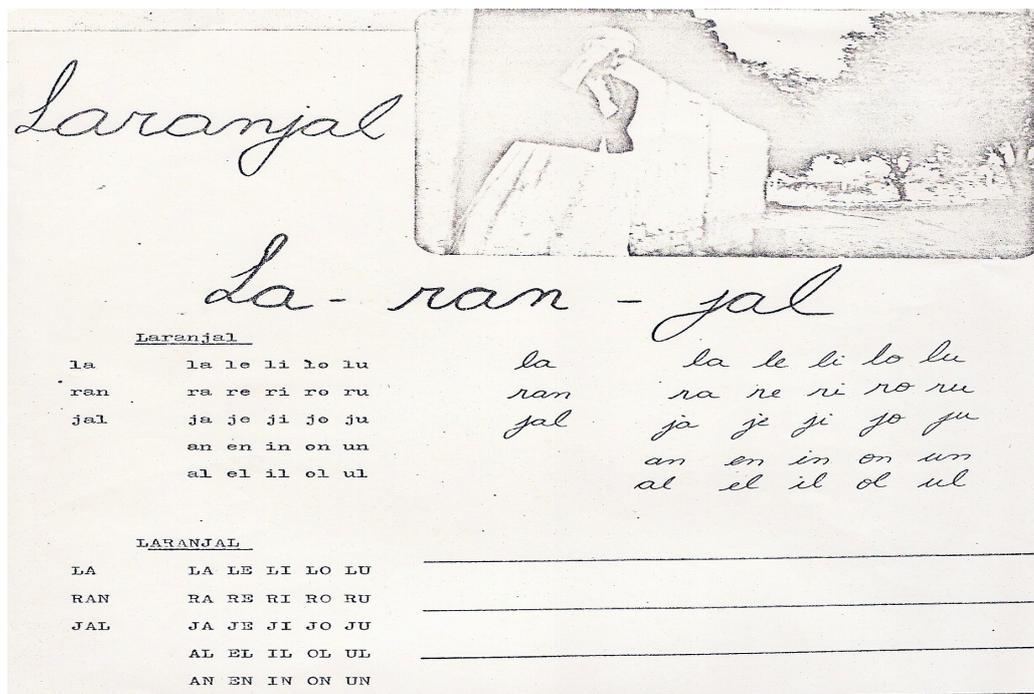


Figura 17: Material didático trabalhando com palavras geradoras.
Fonte: Folha de exercícios da Escola Laranjal, 1983.

Nessa construção educativa foi nascendo a preocupação, tanto das professoras quanto dos trabalhadores, de relacionar o que deveria ser ensinado com o fazer. No exercício de matemática a seguir, encontrado no caderno de planejamento da escola, verifica-se que o objetivo era aproximar experiência e ensino, porque neles são empregados muitos elementos presentes nas vendas e nas compras efetuadas na cidade de Itapuranga:

- a) Vendi 6 dúzias de ovos por CR\$ 2.100,00, quanto saiu cada dúzia?
- b) Emprestei a um amigo CR\$ 315.000,00 a 15% a.m., quanto recebi de juros?
- c) Fui à cidade e comprei:
 - 2 kg de açúcar por CR\$ 540,00,
 - 1 litro de querosene por CR\$ 400,00
 - 1 kg de macarrão por CR\$ 430,00,
 - 1kg de café por CR\$ 800,00
 - 1 kg sal por CR\$ 120.Dei CR\$ 5.000,00 para pagar, qual foi o meu troco?
- d) Vendi 320 sacos de milho a CR\$ 7.500,00. Quanto recebi?

Essa experiência de educação popular extrapolou as fronteiras da Fazenda Laranjal. Chegou também a outras do município de Itapuranga, como ao distrito de Guaraíta, e depois à cidade de Itapuranga.

Os resultados positivos alcançados na Escola do Laranjal chamaram a atenção dos dirigentes sindicais. Estes, aos poucos, foram se apropriando do conhecimento produzido e, conseqüentemente, utilizando-se das metodologias e práticas pedagógicas para a criação de novas turmas. Em 1984, outros bairros da cidade de Itapuranga e a sede do STRI já contavam com alunos estudando nos moldes dessa escola.

Caminhada (1984), o boletim da Diocese, registrou assim a história da Escola do Laranjal:

Há três anos que começou uma experiência de Educação Popular, primeiro nas Comunidades do Laranjal e Guaraíta. Este ano começou na cidade, e está funcionando no salão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e conta com 33 alunos (adultos).

Em mais um pequeno trecho, também extraído de um caderno de planejamento do professor, de 1983, podemos ver que havia intenção de colocar em debate a importância da organização, o que exigia muita organização para vencer.

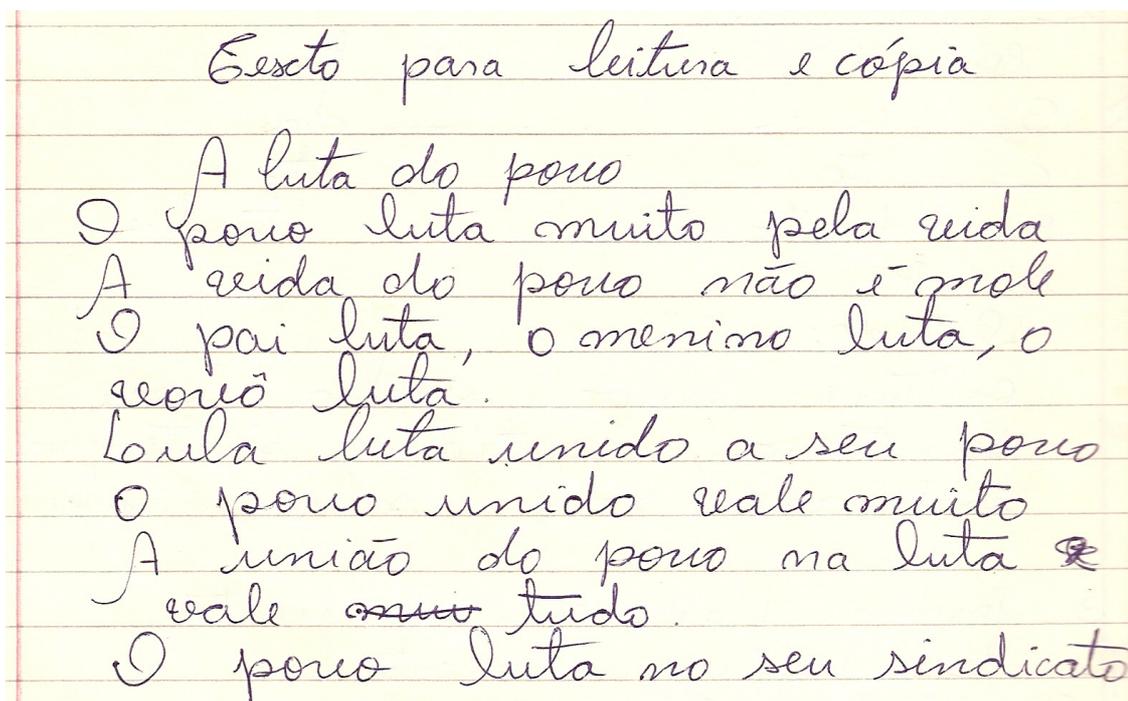


Figura 18: Texto para leitura e debate com os alunos trabalhadores rurais.
Fonte: Caderno de Planejamento, jun., 1983.

Em outro texto, também de um caderno de planejamento, evidencia-se a preocupação de relacionar o conteúdo ensinado com o fazer dos trabalhadores rurais, neste caso a produção da farinha, processo que reunia duas, três ou mais famílias para desmanchar a mandioca, para a produção do polvilho e da farinha.

A Farinha

É difícil fazer farinha
Precisa de muita gente para fazer farinha de polvilho.
O povo não pode comprar porque custa caro.
O pobre não pode comer bolo.

As tarefas na preparação da farinha e do polvilho ou de outro derivado da mandioca não eram feitas somente pela família, pois elas contavam também com a participação de amigos e parentes próximos. Momentos como esse eram de intensa interatividade e de novas aprendizagens.

Zé Lemes lembra que, nas aulas, o mais importante era aprender a escrever, contar, mas, acima de tudo, perceber que as atividades que desenvolviam, como produzir o

polvilho e a farinha, estavam sendo valorizadas nas atividades escolares. Isso era diferente, por exemplo, nas escolas municipais, em que temas como esses não apareciam na educação das crianças.

Com as atividades educacionais na Escola do Laranjal buscava-se uma “educação”, na forma de ato educativo que nascia imbricado com a própria organização das quais faziam parte, até na conquista por um local para desenvolver as atividades dessa escola. Foi preciso, por exemplo, enfrentar algumas negativas do prefeito municipal da época, Warner Carlos Prestes, em disponibilizar, aos estudantes, o espaço da Escola Municipal Laranjal.

A justificativa usada pelo Prefeito era de que aquela escola não estava ligada ao município e, portanto, ele não estava obrigado a abrir as suas portas. Zé Lemes contou-me que o prefeito não atendeu às reivindicações, mas acrescentou: “não adiantou não, nós entramos pra escola e tudo aconteceu lá mesmo, depois de nós estar lá e não mandou tirar a gente não”.

Além de não contar com ajuda da prefeitura, outros empecilhos precisaram ser vencidos, tanto por parte dos professores quanto dos alunos. Toda a produção do material didático e os deslocamentos dos professores ficaram a cargo dos monitores, sendo um trabalho voluntário, sem salário, nem ajuda de custo. A manutenção da iluminação do espaço escolar ficou a cargo dos trabalhadores rurais, que se revezaram para comprar o querosene das lâmparas.

Para a elaboração do material didático, as professoras conseguiam os papéis em seus locais de trabalho, como o Banco do Brasil, e também levavam de suas casas ou recebiam doações feitas por amigos e professores que entendiam o papel daquela Escola.

Maria Teixeira, funcionária de carreira do Banco do Brasil, conseguia papéis, folhas e outros materiais que se tornaram essenciais para a produção de cartilhas e cadernos para os alunos. Lúcia Tomazini, pedagoga, disponibilizou materiais didáticos que havia trazido de São Paulo, onde tinha se graduado fazia pouco tempo. Esta educadora socializou todo o material de que dispunha como suporte para a produção metodológica apropriando-se do método Paulo Freire.

Algumas professoras deslocavam-se em seus próprios veículos, mas a maioria fazia uso de ônibus, rodando cerca de cinco quilômetros na rodovia GO 156 e mais três através de carroças, deslocamento que contava com o revezamento, todos dias, de um aluno.

As aulas tinham início por volta das 18:30 horas e iam até por volta de 21 horas. Vale lembrar que o retorno das professoras tinha de se realizar até às 22 horas. Essa rotina era dividida entre os homens que, em alguns casos, tinham de levar as professoras até a cidade quando ocorria algum atraso no percurso.

Esse projeto de educação popular não se reduzia às quatro paredes da escola, pois em sua amplitude e em virtude da ação dos trabalhadores rurais era também um espaço de discussão política. Assim dimensionada, a educação dessa escola era, para os professores e para os alunos, uma forma de exercitar o que eles já vinham fazendo.

Sobre esse tipo de escola, Zé Lemes fez a seguinte afirmação: “Mas foi uma experiência muito boa. Sabe, nessa escola a gente aprendeu, aprendeu tanto assim. Desenvolveu a leitura, mais junto, com agora, aqueles que não sabia quase nada mesmo, desenvolveu também bastante a leitura”.

Na Escola do Laranjal, logo após os primeiros meses de estudo, os alunos puderam perceber que sabiam muitas coisas e que o que faltava era uma sistematização do conhecimento, que foi ao longo das aulas sendo materializada.

Como um instrumento de mobilização, ajudando os homens e as mulheres no esclarecimento de direitos, a escola valorizou a história de não-acomodação do trabalhador rural, de seus enfrentamentos contra o latifúndio e sua participa o do STRI.

Pode-se citar como exemplo a história de vida do casal Raimundo e Maria das Graças que, em seus depoimentos, conta que a própria tomada de decisão de participar do movimento pela terra foi influência direta do que aprendeu naquela escola. Além disso, o casal ressalta que aprenderam a valorizar algumas coisas que aprenderam com seus pais, como por exemplo manter a tradi o de uma festa de São João, sendo reinventada, agora, no Projeto de Assentamento Lagoa Grande, no município de Heitorai .

Hoje, tendo retornado   sala de aula, Maria das Graças conta que faz uso do que aprendeu na Escola do Laranjal. E, segundo ela, consegue um desempenho bom em rela o a seus colegas porque aprendeu a discutir os conteúdos na escola que hoje frequenta.

A Escola Fazenda Laranjal, por ter demonstrado que   preciso valorizar a educa o como um dos instrumentos de transforma o social, foi decisiva para que muitos voltassem para a sala de aula e até colaborassem mais para melhorar as condi es escolares de seus filhos.

Na interpreta o de muitos dos direitos que estavam sendo negados aos trabalhadores rurais, em cujo contexto entram o processo de exclusão da terra e as próprias

contradições históricas de formação do povo brasileiro, aquilo que foi aprendido na escola chegou às reuniões de comunidade e às assembléias sindicais. Isso tudo foi aplicado, portanto, na vida cotidiana, influenciando, por exemplo, na melhoria da condição alimentar, mediante aproveitamento do que existia nas roças e que muitas vezes era perdido, por falta de orientação ou porque não era reconhecido como um alimento saudável e rico em vitaminas.

Os debates na Escola do Laranjal levaram seus alunos a perceber a necessidade de construção das latrinas distante dos poços de água, das cisternas, aprendendo medidas simples que ajudaram a diminuir várias doenças que acometiam as famílias. Levaram também a valorizar o trabalho coletivo, no mutirão e nas traições.

As reflexões nas aulas foram dando a eles a dimensão e a importância de terem hortaliças produzidas em seus quintais, servindo como uma fonte de vitaminas que não vinha da farmácia, mas da própria natureza. Como disse Zé Lemes, “eu acho que serviu demais, foi bom demais, pra mim essa experiência, apesar de que foi só uma temporada, mas foi bom”.

Maria das Graças assim resumiu assim o papel da Escola do Laranjal:

Aprendia tudo, aprendia a história do Brasil, igual na escola que eu tô agora. E muita coisa que eu aprendi foi lá. Eu lembro tudinho que nós aprendeu lá. Era uma aula de história muito boa. Só porque era assim, era mais oral, falada. Nós quase num escrevia, mas ficava prestando atenção, e aprendeu muita coisa. Aprendia também muita coisa de escola assim mesmo.

A escola popular da Fazenda Laranjal foi fundamental para outras experiências educacionais no município. Por exemplo, no ano de 1982, essa experiência foi levada para Guaraíta. Utilizou-se o mesmo fazer pedagógico e a mesma equipe de professoras, acrescida de alguns outros, como Sebastião Gontijo e Antonio Campos.

No início, o Sindicato não deu apoio à Escola do Laranjal. Foi apenas depois de ela mostrar os resultados promissores que os dirigentes sindicais passaram a sentir interesse pelas experiências da escola e apropriar-se delas. Isso chamou a atenção dos trabalhadores rurais, que, em suas bases, questionaram tal fato.

Em 1984, com a primeira turma de educação popular montada na sede do STRI na cidade de Itapuranga, muitos dos dirigentes das comunidades de base e do

sindicato tiveram a oportunidade de estudar, formalmente. Citem-se os casos específicos de Isabel Carlos, Alaor, Maria de Fátima, Osvaldo, Nelson, Zilda e Juvelina.

Essa incorporação da escola popular ao projeto do STRI se mostra em alguns elementos e signos, o que pode ser observado no texto a seguir, trabalhado em Itapuranga e Guaraíta no dia 25 de setembro de 1983, encontrado em um caderno de planejamento:

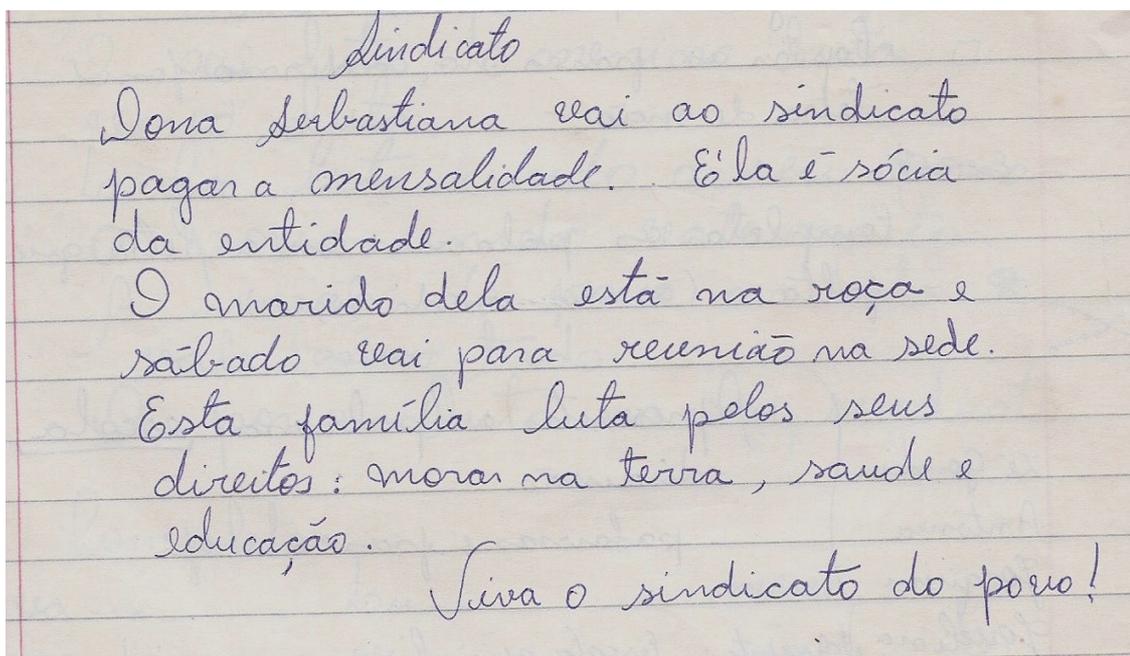


Figura 19: Texto para leitura e interpretação dos alunos na Fazenda Laranjal.
Fonte: Caderno de Planejamento.

A escola serviu para despertar nos próprios trabalhadores rurais – na ação sindical e da Igreja – um olhar que privilegiava o universo simbólico, cultural e econômico de seus atores sociais. A vida, segundo essa visão, não se resumia ao econômico e à militância, pois outros aprendizados também eram considerados essenciais, como estudar e debater a história dos homens e mulheres que viviam no campo.

No último dia de aula da Escola do Laranjal, Zé Lemes deixou registrado, através de um poema, a leitura sobre tal ação desenvolvida na escola popular. No dia 13 de outubro de 1981, ele fez uma declamação do poema.

O dia 15 de outubro
É o dia do professor
Eu tenho muita estima
É um profissional lutador
A quem eu devo o que sei
Por isso sempre respeitei
E reconheço seu valor.

Professores da cidade
Também da zona rural
Faz um esforço danado
Às vezes ganham muito mal
Seja mulher, ou seja homem
Estão engrandecendo o nome
De nosso país em geral.

Mas vou deixar tudo de lado
Pra falar da nossa escola
No dia 20 de abril
Lá pelas 19 horas
No ano de 1981
Se não me falha a memória
Os alunos muitos animados
Tudo estava preparado
Português, matemática, ciência e história.

Era um sonho antigo
Tornando-se realidade
O povo da roça estudar
Sem precisar ir pra cidade
Este foi um pequeno exemplo
Era falado a muito tempo
Pois tínhamos necessidade.

Eram cinco professores
Dotados de capacidade
Ensinava ler, escrever e contar
E enxergar a realidade
Até lições foram feitas
Aqui da nossa comunidade
Professoras eficientes
Fizeram um trabalho excelente
E com muito boa vontade.

Todo caminho tem espinho
Quem quiser ver pisa no chão
Aqui logo apareceu problema de condução
Mais tudo aqui funcionou
Na base da cooperação
Carros, carroças e bicicletas
Tudo foi posto em ação
Ais veja as coisas como é
Andaram até a pé
Mas as aulas não parou não.

Esta festa ia ser feita
Depois de tudo encerrado
Mas hoje foi antecipada
Vamos ainda ver um filme
O dia já está marcado
Aos meus colegas de classe
Dou um abraço apertado
Aprendemos coisas novas
Vamos terminar nossas provas
E aguardar os resultados.

4.4 A SOCIEDADE DO ADUBO

Se na educação houve uma incorporação do projeto por parte do STRI, quando os trabalhadores rurais da região do Fundão e do Laranjal II criaram a Sociedade do Adubo, em 1986, repetiu-se a mesma estratégia por parte desse órgão sindical. Trata-se de experiência cujo nascedouro contou com esses atores sociais e que foi sendo assumida pelo Sindicato como um projeto desenvolvido pela própria entidade de representação.

A idéia de trabalho e compra comunitária sempre esteve presente nos debates produzidos pela Igreja e STRI. Porém, a pesquisa que empreendi me mostrou que tais instituições não conseguiam concretizar algumas dessas propostas, de modo que coube aos trabalhadores rurais colocá-las em prática.

Nos debates, nas conversas e nos diálogos cotidianos eram recorrentes questões relacionadas à idéia de comprar os insumos para suas lavouras, quer seja nos espaços sindicais, nos religiosos ou de convívio social. Os trabalhadores da Fazenda Fundão e Laranjal II, diante da possibilidade de conseguir preços mais acessíveis para o fertilizante a ser utilizado na safra do ano, propõem a criação de compra conjunta de adubo, o que, posteriormente, concretizou-se na conhecida Sociedade do Adubo.

Essa Sociedade nasceu em um conversa travada entre Adão Queiroz, Bertolino João de Sousa, Olício Garcia Peixoto, Dorval Bento, sobre a possibilidade de comprar conjuntamente o adubo e pagar um preço abaixo do mercado. Dada a grande quantidade, podia-se negociar diretamente com a fábrica. De posse do volume levantado, considerada a demanda de cada associado, Adão Queiroz e Peixoto partiram para a tomada

de preços, o que foi feito em vários locais, como Goiânia e Uberlândia, quando constataram uma economia de 20% se o produto não fosse adquirido no comércio local.

Assim, procuraram a direção do STRI e reivindicaram o apoio e a estrutura logística sindical, passando a fazer os contatos telefônicos a partir desse local.

Estava, desse modo, criada a Sociedade do Adubo. Segundo Relatório da CPT (1986), essa associação contou com a participação de

companheiros em dois lugares da roça e depois na sede do Sindicato para comprar adubos juntos. Calculamos uns mil sacos de adubo e pusemos os vendedores em concorrência. Quem vendesse no preço menor nós iríamos comprar garantindo uns mil sacos. Foi um sucesso, pois dos mil sacos previstos já chegou a 7 mil sacos comprados. Até pequenos fazendeiros compraram através da sociedade do adubo.

Todo o sucesso da empreitada foi possível graças ao desenrolar do projeto de modo prático, sem burocracia, atraindo outros companheiros que viam no ato coletivo um passo importante para diminuir os custos de sua produção. Como vimos, de mil sacos de adubos que planejavam inicialmente comprar, conseguiram fazer uma carga de mais de sete mil.

Com a listagem dos compradores e com o dinheiro em mãos, os organizadores tiveram o poder de negociação aumentado. Saiu ganhadora uma empresa do estado de Minas, como registrou o Relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 1986).

[Os trabalhadores rurais decidiram que] quem vendesse no preço menor nós iríamos comprar garantindo uns mil sacos. Ganhou a firma “Orquimi” de Uberaba que vendeu a 3.500,00 o saco do 8-30-16, quando na praça o preço era 4.600,00. Não precisou de emprego de nenhum capital, pois o preço nós combinamos juntos e depois cada um fez individualmente o seu contrato de compra, da quantidade que queria, e fez seu pagamento.

A Sociedade do Adubo foi importante por ter mostrado a possibilidade de um trabalho organizativo em Itapuranga e, sobretudo, por ter despertado em outros trabalhadores rurais de outras regiões do município a possibilidade de compra conjunta dos insumos e outros produtos consumidos. Com a divulgação dessa experiência, através dos

trabalhos da Igreja, da Comissão Pastoral da Terra e de outros Sindicatos, em outros espaços, indubitavelmente, a sociedade saía de seus limites locais, passando a se tornar um instrumento que fora apropriado por muitos outros trabalhadores.

No que concerne ao STRI de Itapuranga, tal intento serviu como um instrumento para despertar, nos dirigentes sindicais, a possibilidade de outras atividades que iam além do espaço da militância e formação sindical. Por exemplo, a aproximação com outros trabalhadores rurais que não estavam ligados diretamente ao STRI, como um meio de levá-los para o seio dessa entidade.

A partir desse momento, muitos passaram a ajudar na organização e a apoiar essa estrutura sindical. Assim, em 1987, vendo uma possibilidade de mostrar serviço junto aos seus associados, o sindicato criou a Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga, na qual o adubo era uma mercadoria essencial.

No que concerne ao adubo, o sindicato, anos depois, conseguiu uma representação de insumos que instalou dentro dessa entidade. A representação foi do adubo Ouro Verde, que deteve o monopólio de revenda no município e cidades circunvizinhas. Com este trabalho, viabilizaram-se preços mais competitivos, atraindo não somente os associados, mas também agricultores e fazendeiros que sempre foram contrários ao trabalho sindical.

Na medida em que os trabalhos do STRI foram se desenvolvendo, as divergências de ações e de posicionamentos apareceram, sobretudo quando alguns membros da direção sindical descobriram que a Sociedade do Adubo havia se tornado uma empresa intermediária nas negociações de insumos. E o que era pior, a representação não pertencia ao STRI e sim a um dos sócios, João Benfica, o que provocou uma dissensão entre essas lideranças. Com a perda de espaço no STRI, João Benfica perdeu as eleições e afastou-se dos trabalhos sindicais, permanecendo consigo a representação do adubo.

Essa Sociedade do Adubo, que, como vimos, nasceu em meio a um grupo de trabalhadores rurais, ao ser incorporada e institucionalizada, perdeu o seu cunho associativista, tornando-se um projeto apenas de alguns. De líder sindical, com muitos trabalhos prestados ao movimento, João Benfica tornou-se comerciante de insumos agrícolas na região. Muitos dos trabalhadores rurais que antes compravam do Sindicato passaram a ser seus clientes.

Essa atitude de Benfica, ainda hoje, constitui objeto de discussões em muitas rodas de amigos e assembléias do Sindicato. Mesmo porque, para alguns deles,

como João Justino, o líder sindical aproveitou-se da confiança dos filiados ao sindicato, “levando a revenda do adubo”.

A Sociedade do Adubo, nascida de um desejo e de uma esperança de melhorar a condição de vida de um grupo de trabalhadores rurais da região do Laranjal II e Fundão, viu sua proposta sendo utilizada pelo STRI. Além disso, aquilo que tentavam combater agora estava sendo feito, segundo alguns trabalhadores, como Peixoto, por um companheiro que teve e continua tendo uma história importante na trajetória do movimento social em Itapuranga.

Mesmo diante de problemas como o ocorrido na Sociedade do Adubo outras experiências foram desenvolvidas, a despeito, também, das divergências de posicionamento que ainda prevaleciam. Tanto que, ao longo da década de 1990, além da Cooperativa Mista dos Produtores de Itapuranga, mais quinze outras associações de produtores foram fundadas, todas elas fruto do trabalho da Sociedade do Adubo, mais tarde reunidas na Associação dos Agricultores de Itapuranga (ASPA).

4.5 ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES DE BAIXA RENDA DE ITAPURANGA (ACBR)

As experiências organizativas desses sujeitos sociais em Itapuranga não se encerraram com a Sociedade do Adubo, como já afirmado. Dentre outras que foram criadas, teve destaque a ACBR, uma associação cujo objetivo era poder comprar produtos de necessidade cotidiana dos trabalhadores rurais. A “gente pensou, mesmo, nas famílias que tinha interesse e mais nas pessoas da zona rural. A gente nunca pensou em colocar um comércio para atender o povão, a gente pensa mesmo nas famílias interessadas”, como salientou Isabel Carlos.

Outras experiências organizativas constituíram-se em elementos importantes também na consolidação da ACBR. Esses elementos eram trazidos para discussão nas reuniões e assembléias sindicais e religiosas e em muitas conversas de trabalho.

Nesse cotidiano inventado e reinventado, como nos ensina Certeau (2001), pode-se agir como mais um interlocutor nos espaços de mobilizações ocultos,

remexendo lembranças e publicações das instituições de articulação que atuaram junto aos trabalhadores rurais.

Pessoa (1999a) nos ensina que muitas destas reivindicações tiveram de “conquistar” a cidade para que o movimento que estava sendo feito tivesse visibilidade. A Associação de Baixa Renda de Itapuranga nasceu nesse contexto de mescla entre campo e cidade. A maioria dos membros que deram vida e materialidade a essa entidade viviam no campo, porém contaram com a participação e mobilização de homens e mulheres que moravam na cidade de Itapuranga.

Visando diminuir as dificuldades enfrentadas pelas famílias diante de uma sociedade de consumo cada vez mais individual e excludente, a mobilização buscou oferecer uma alternativa para melhorar o poder de compra. Acreditava-se que o problema do custo de vida era consequência das ações de comerciantes atravessadores, que auferiam lucros exacerbados. Izabel Carlos explicou como surgiu essa associação:

Na época, tava assim, um grupo de pessoas, poucas pessoas, reuniu pra discutir sobre como as coisas tava caro, como tava muito difícil. Na lojas tudo era muito caro, e a gente pensou assim, se nois fizesse uma associação, a gente comprasse a compra e registra essa associação, começasse a comprar e nós mesmo comprando de nós, saindo do comércio. E assim foi discutindo e amadurecendo a idéia. Depois o próprio Nello já em Goiânia já comprou umas pecinhas de pano, acho que duas ou três, aí chegou o pessoal, ficou, assim, apaixonado, achô muito barato e muito bom. E aí surgiu os postinhos em muitos lugares.

Uma outra experiência serviu como inspiração para que Nello Bononi e alguns trabalhadores rurais pudessem colocar em prática a Sociedade da Farinha. Como consta em relatório da CPT, de 1986, essa associação nasceu através de um pequeno proprietário, que pôs à disposição de dez a quinze litros de terra preparada (arada),

sem cobrar e sem [se] colocar como sócio, e ao lado de outros oito famílias de lavradores sem terra, que moram na cidade. No dia marcado todos juntos plantam as ramas e depois no tempo fazem juntos as capinas. Em julho desmancham a mandioca fazendo farinha e polvilho no local mais conveniente em sistema comunitário. No fim repartem farinha e polvilho em partes iguais.

A Sociedade da Farinha, sem dúvida, foi uma dessas ações que serviram de instrumento material para a criação da ACBR. O trabalho da associação foi duradouro porque contou com o trabalho e a participação coletiva de todos os envolvidos. As experiências foram essenciais para que a ACBR permanecesse ativa durante onze anos (entre 1981 a 1992).

No Boletim da ACBR, de 1983, encontrei a seguinte afirmação:

Estamos realmente numa realidade de desigualdade econômica entre nós da mesma caminhada. Tendo isso em conta e tendo em conta também que precisa de um esforço para dar partida neste setor dos remédios, ficaram aceitas as quantias que cada um assinou entre dez e vinte mil cruzeiros.

A ACBR contava, em seu quadro de sócios, com uma maioria de trabalhadores rurais constituída por 114 membros. Na ACBR, eles tinham a oportunidade de comprar produtos como tecido, medicamentos, cadernos escolares e outros produtos a preços mais convidativos do que aqueles oferecidos nos supermercados e farmácias de Itapuranga.

A ACBR foi criada em 1981, quando um grupo de trabalhadores rurais – Izabel Carlos, Peixoto e Idimar do Peixoto e Mauro Gonçalves –, juntamente com Nello Bononi, discutiu a possibilidade de criação de uma associação para vender produtos mais baratos. A compra seria feita diretamente das distribuidoras, evitando-se o intermediário.

No segundo semestre de 1981, a associação já estava estruturada, além de contar com o aval e filiação de muitos outros companheiros das comunidades de base e sindical. A ACBR passou a funcionar como um pequeno “quiosque”, foi-se tornando conhecida e divulgada através de conversas e, assim, começou a despertar o interesse das comunidades rurais.

A associação surge como um espaço capaz de atender aos interesses dos sócios, os quais contribuía com uma quantia em dinheiro. Comercializavam-se tecidos, óleo, açúcar, café em grão, macarrão, sal, sabão, água sanitária, dentre outros produtos solicitados pelos associados. O produto mais procurado, no entanto, era o tecido, um atrativo até para os não-sócios.

As compras eram feitas de acordo com uma lista previamente elaborada pelos sócios. Os produtos não eram vendidos para terceiros, mesmo porque utilizava-se o

capital arrecadado durante as reuniões da Associação. A distribuição das mercadorias, nos primeiros meses de consolidação da entidade, foi realizada com a participação de Nello Bononi, com os trabalhadores comprando, como narrou Izabel.

Com todo esse processo de comprar no atacado e repassar aos seus sócios pelo preço adquirido, tentou-se diminuir preços impostos pelo comércio da cidade. A ACBR, como nos informou Izabel Carlos, foi um “local de muita vontade e que foi muito importante para nós naquele tempo, a qual comprava e revendia com preços bem mais baixos para nós e que foi muito bom”. Segundo Nello Bononi, a

Associação surgiu em nossas casas, comprava os produtos e vendia ali mesmo para os vizinhos e depois a idéia pegou e fomos aumentando o grupo até constituir esta ACBR. Mas foi uma vontade de todos. O pessoal comprava roupa pela metade do preço e também material escolar para os filhos dos associados.

A entidade que nasceu do desejo e experiência de alguns homens e mulheres, sem a sua institucionalização ligada à Igreja ou Sindicato, caminhou em pouco tempo para a sua constituição. A ACBR foi registrada como uma firma, com Cadastro Geral de Contribuinte (CGC) de número 01231226.0001-74 e sede na Rua 35, nº 67, no centro da cidade de Itapuranga. Todos aqueles que eram associados se tornaram donos de uma cota-parte, respondendo pelos atos de tal entidade.

Os interessados em fazer parte da ACBR deveriam pagar uma quantia em dinheiro, cujo valor variava de acordo com a condição financeira de cada pessoa. Segundo o Boletim Informativo da ACBR (1983), assim ficou distribuída a participação e integralização dos interessados em filiar-se na organização: “50 pessoas assinaram com 20 mil, três pessoas com 15 mil, 42 pessoas com 10 mil e 10 pessoas com 5 mil”.

Com os trabalhos em andamento, outras exigências foram sendo implementadas para a continuidade como sócio da ACBR. Aquelas pessoas que estavam na faixa de cinco mil tiveram de contribuir com mais cinco mil. Caso não integralizassem os dez mil, não poderiam usufruir de todos os serviços prestados nas atividades comerciais da Associação.

Uma estratégia utilizada pela direção da associação para tentar minimizar as desavenças que começaram a aparecer entre os associados foi realizar um processo de triagem das pessoas que desejavam fazer parte do grupo. Tentou-se levantar a vida

financeira dos associados, para verificar se tinham ou não condições de filiar-se à ACBR ou se deveriam ser isentados de tais contribuições. Como publicado no Boletim da ACBR,

o caso das pessoas que oferecem menos de dez mil deverá ser estudado melhor e a sugestão seria para eles elevarem sua cota pelo menos até dez mil, pois assim resolveria o ingresso deles na sociedade sem criar outro problema para o grupo todo.

Com a divulgação da idéia e a constituição legal da ACBR, viu-se a necessidade de estruturá-la melhor, com a definição de um ponto comercial para atender aos sócios. A associação passou a comercializar uma variedade de produtos, os quais iam sendo substituídos conforme os desejos dos sócios. Até medicamentos farmacêuticos foram comercializados, principalmente a partir do momento em que o STRI havia contratado alguns médicos para atender aos trabalhadores rurais. Sobre isso Izabel fez o seguinte relato:

No que diz respeito aos medicamentos, nós não sabia nada sobre eles, mas tínhamos lá alguns médicos que receitavam e pediam para comprar de nós. Aí o pessoal chegava e nós vendia, mas não era fácil não, a concorrência era grande demais.

A estrutura da associação deveria atender, em tese, a quase todas as regiões do município em que havia interessados e representantes filiados. As conversações eram favorecidas pelas reuniões nos momentos das rezas, missas e assembléias do STRI. Sobre essas formas de interação afirma Izabel: “olha, nós não tinha uma ligação com o sindicato diretamente, mas as pessoas que foram associados, geralmente, eram pessoas do sindicato, isso devido a nossos encontros e essa vontade do povo”.

Uma outra tarefa da ACBR foi planejar e desenvolver as suas ações de forma integrada, pois ela lidava com pessoas vindas de muitos lugares do município. Um primeiro passo foi encontrar as lideranças em cada comunidade para que ficassem encarregadas de fazer a divulgação e a solicitação das mercadorias que deveriam ser comercializadas dentro da associação.

Com tais estratégias procurava-se atender as necessidades e vontades mais prementes dos sócios. Em geral, os representantes da ACBR, em suas comunidades, eram

escolhidos a partir do conhecimento e da experiência nos vários momentos da vida sindical e religiosa.

Essas pessoas, que ficaram conhecidas como líderes dos “postinhos de tecidos”, tinham a obrigação de repassar aos dirigentes da ACBR os pedidos de mercadorias em sua região. Essas necessidades cotidianas eram apresentadas em uma espécie de conselho consultivo e deliberativo da associação, que se reunia, toda semana, para definir o que deveria ser comprado na semana seguinte.

Evidente que não se conseguiram pessoas responsáveis para atuar em todo o município, mas elas foram sendo incorporados à medida que o trabalho da associação ganhava visibilidade. Toda essa estrutura da ACBR, a partir dos Postinhos de Tecidos, ficou assim distribuída nas fazendas do município de Itapuranga: “Pedro Rangel (Baú), Jeso Rodrigues (Campo Grande), Zé Pereira (Coruja), Mauro Gonçalves (Fundão), Alceu (Guará), Divino (Guaraíta), Onofre (Córrego da Onça) e Nello (Cidade)” (Boletim da ACBR, 1983).

Na memórias das pessoas envolvidas e em documentos consultados as referências à ACBR sobre a legalidade da entidade. A ACBR “é uma entidade registrada como é uma firma, um clube, um sindicato: é uma entidade jurídica” (Relatório da CPT, 1986).

Com a instalação da ACBR, segundo depoimentos, houve uma melhora no poder de compra dos trabalhadores rurais em Itapuranga. No entanto, toda sua organização não tardou a chamar a atenção de empresários e comerciantes locais que começaram a perder consumidores. Segundo Maria Ferreira, “alguns destes comerciantes tinha produto que chegava a ser quatro vezes mais do que vendia na loja da associação”. De acordo com Divino Magalhães, eles tinham a certeza que iriam “morrer em suas mãos”.

A partir de 1984, a ACBR passou a funcionar em um local fixo para suas vendas, melhorando a exposição e a procura pelos produtos comercializados. Já não vendiam somente aos trabalhadores, mas também para outras pessoas que passaram a frequentar o local.

Foi nesse momento que a associação começou a comercializar medicamentos, conforme registrado no Boletim Informativo da ACBR (1983):

Saudando os trabalhadores na passagem do dia 1º de maio, a Cooperativa dos Trabalhadores de Baixa Renda vem comunicar algumas notícias. Sobre o assunto da farmácia foram realizadas diversas reuniões na roça, discutindo os assuntos com muita

participação. Muitas pessoas estão interessadas e já colhemos mais de cem assinaturas. [...] O dinheiro arrecadado por esta finalidade ficará somando no Banco na conta conjunta do Nello Bononi e Mauro Queiroz, até alcançar a quantia necessária para a primeira compra de remédios e que em cada comunidade haverá uma pessoa responsável para o que for preciso neste assunto.

No que concerne aos medicamentos, Izabel Carlos, uma das sócias e atendentes da ACBR, narra que “nem sequer sabiam direito o que estava escrito na receita, mas nós tinha alguns remédios na associação”. A compra de medicamentos não se estendeu por muito tempo, em decorrência de os preços serem controlados pelo governo e pela falta de experiência para lidar com esse tipo de mercadoria.

Em documento da Comissão Pastoral da Terra sobre a questão, consta que a associação

realmente não deu muito resultado nas coisas de primeira necessidade muito controladas pelo governo. Partimos para compra de tecidos por atacado e o resultado está sendo muito bom e animador, os planos são: chita, chitão, xadrez, tergal para calça, tecidos jeans, mescla etc.

Como esse texto informa, o intento voltou-se para o comércio de tecidos, conseguindo seus melhores resultados financeiros e práticos, visto que a “compra de alimentos (óleo, açúcar, café em grão, macarrão, sal, sabão etc.), realmente, não deu muito resultado (Boletim da ACBR).

Outro produto comercializado pela ACBR foi o material didático para os filhos dos associados, tais como livros, cadernos, lápis e borracha, como narrado por Nello Bononi:

Os pais pediam pra gente comprar os livros no início do ano, ia em Goiânia e ficava andando de papelaria em papelaria para encontrar os preços mais baratos. Depois era aquela dificuldade para levar essas caixas de livros para a rodoviária, tudo muito difícil, não tinha estrada asfaltada para Goiânia levava quase um dia, se atolasse.

E o mais interessante é que a maioria das pessoas que se tornaram sócias da Associação das Comunidades de Baixa Renda de Itapuranga era filiada ao STRI. Talvez

esteja aí o ponto de conflito entre as ações sindicais e as da associação, visto que neste espaço conseguia-se realizar uma ação mais concreta para atender os anseios dos trabalhadores rurais, enquanto o sindicato ficava com o trabalho de divulgação e debate de idéias, não conseguindo essa materialidade nos resultados.

A Associação de Baixa Renda de Itapuranga esteve ativa até o ano de 1992, quando, com a mudança de moeda (de cruzeiro para real), houve um descompasso no preço dos produtos, principalmente dos tecidos, em virtude da conversão para a denominada Unidade de Valor Real (URV). Os reajustes diários dos produtos inviabilizaram a compra de novos estoques, levando ao fechamento da ACBR.

A essas dificuldades estruturais deve ser somada a concorrência dos comerciantes locais, que conseguiam comprar os mesmos produtos em grande quantidade, a preços mais acessíveis e realizando um giro maior. Isso levava os próprios sócios a comprar em outros estabelecimentos comerciais.

Também contribuiu sobremaneira para o fechamento da ACBR a fundação da Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga, entidade ligada ao STRI, que passou a ter as mesmas funções da ACBR, sendo estruturada dentro do próprio sindicato. Isso sem contar que, a partir daquele momento, a direção do STRI passou a cobrar uma mensalidade para o uso do espaço que havia cedido para a associação.

A ACBR foi um importante espaço de aprendizado para a vida das famílias, que aproveitavam os momentos de sociabilidade para tratar dos assuntos da entidade ou para discutir o que tinham a oferecer na ACBR, como os tecidos de “chita, chitão, xadrez, tergal para calça, tecidos jeans e mescla. Também camisetas e roupas feitas (de encomenda). Tudo era pago a vista” (Relatório da CPT, 1986).

Como a “exploração está grande em cima de nós, vamos dar este passo a frente na nossa libertação”, assim registrava o Boletim ACBR sobre o ideal que motivou os homens e mulheres a desenvolverem essas muitas experiências. As marcas deixadas referem-se à capacidade organizativa dos inúmeros trabalhadores rurais que saíam de suas casas distante dez, quinze e até trinta quilômetros para revender os produtos às várias famílias que se beneficiaram da Associação das Comunidades de Baixa Renda de Itapuranga.

Tudo isso de forma voluntária, às vezes a pé, de cavalo e bicicleta. Com isso acreditavam estar promovendo a verdadeira libertação e conscientização de que sempre ouviam falar nos encontros coletivos. Eis o papel inicial da ACBR, que se encerrou e foi apropriada pelo STRI, com outras nuances, mas com o aproveitamento de muitos

aprendizados realizados anteriormente na vida desses trabalhadores rurais. Assim resumiu Izabel Carlos o papel dessa entidade para os trabalhadores rurais:

Foi uma oportunidade da gente estar discutindo os problemas de cada um, o custo de vida, qual a maneira melhor pra gente, então acho que foi um momento muito positivo, quando nós discutia nossos problemas, então foi um momento muito bom na vida de quem participou, eu acho que foi muito bom, apesar que não continuou, naquele momento o pessoal ficou, assim muito animado.

4.6 A ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE ITAPURANGA (ASPA)

Para pensar e discutir mais uma experiência dos trabalhadores rurais de Itapuranga, recorro novamente a Thompson (1987), principalmente pelo fato de que essas algumas das organizações e mobilizações produzidas pelos trabalhadores foram, ao longo do tempo, apropriadas pelas ações institucionais do Estado, do sindicato ou dos partidos políticos.

Como evidenciei há pouco no tópico anterior, muitas das entidades, movimentações e mecanismos de resistência dos trabalhadores rurais em Itapuranga nasceram fora do ambiente sindical e religioso, mesmo existindo um imbricamento entre essas instâncias, que não possibilita precisar onde começava e onde terminava a interlocução. Para mim, a história da Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga (ASPA) nasce nessa confluência entre uma atitude de um grupo de homens e mulheres e um projeto do STRI.

Considero importante entender que o surgimento da ASPA tem uma relação direta com essa capacidade de criação das pessoas que viviam no campo, que é a origem do próprio movimento cooperativista e associativista dos trabalhadores rurais em Itapuranga.

Essa relação de proximidade da ASPA com a Sociedade do Adubo e com a ACBR evidenciou-se na medida em que fui avançando no diálogo com as fontes consultadas e com as narrativas de alguns desses trabalhadores rurais que viveram a organização e materialização dessas entidades.

Esse passado de movimentação que vai concretizar-se na ASPA foi, ao longo do tempo, sendo esquecido pelos trabalhadores rurais, que conseguem lembrar com mais contundência da Associação de Pequenos Agricultores de Itapuranga e não das

experiências organizativas anteriores. Naturalizaram a fundação da ASPA, ligando-a a um projeto sindical, sem, contudo, perceber que todas as atividades dela representam continuidade das ações da ACBR e da Sociedade do Adubo.

Contundente foi a afirmativa da primeira mulher a tornar-se presidente do STRI, Maria Pereira dos Santos (Augusta), que afirmou não se recordar do trabalho da ACBR, instituição de que se lembra apenas vagamente. E não conseguiu estabelecer uma relação entre a Sociedade do Adubo e o surgimento efetivo da ASPA, diferentemente do que se verá na narrativa de João Justino.

Para ele, foi esse passado de envolvimento e militância que estruturou a ASPA. Segundo esse líder sindical e articulador dessa entidade, a origem da Associação dos Pequenos Produtores de Itapuranga está, de início,

[na] venda do adubo, depois foi surgindo outras idéias, e foi aumentando as coisas, passou a vender batatinha, macarrão; o sindicato fazia reunião, nas roças, em todas as região. Todo mês tinha uma reunião, toda região. A diretoria andava nas roças todinha. E durante essas andanças é que surgiu a idéia.

Como os trabalhadores rurais de Itapuranga traziam consigo uma vida de experiências coletivas desde o final da década de 1950, como já ficou demonstrado em capítulos anteriores, a ASPA é fruto de muitas outras experiências que foram, ao longo dos tempos, repassadas e socializadas entre os trabalhadores rurais, passando a fazer parte do projeto do STRI.

Embora a Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga tenha nascido formalmente dentro do STRI, ela tinha vida jurídica própria e somente a administração ficou a cargo da direção do sindicato. Com sua estruturação, a ASPA tornou-se um “órgão de representação dos lavradores deste município, com mais de 6.000 (seis mil) associados”, segundo ofício enviado à Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Fundada em 19 abril de 1987, sem fins lucrativos, tinha como objetivo principal promover o desenvolvimento econômico e social de seus associados.

A primeira condição para ser filiado à entidade era estar sindicalizado. Nesse sentido, todos aqueles que tinham seus registros como sócio do STRI passaram a ser associados da ASPA. Desse modo, a associação já nasceu com mais de seis mil sócios,

exigência que constava nos Estatutos da entidade publicados no *Diário Oficial* do Estado, em 27 de abril de 1987.

O desafio maior enfrentado na ASPA parece ter sido eliminar os atravessadores, que ficavam com os lucros do comércio realizado. Desde o comprador de cereais até o supermercadista, todos colocavam preços em seus produtos, somente o lavrador não conseguia fazer o mesmo.

Acerca do contexto em que se deu a criação da ASPA, Dorvalino de Campos, citado por Lunardi (1999, p. 240), apresenta o seguinte relato:

Então, a discussão foi que o Sindicato não estava resolvendo total o problema dos pequenos proprietários e meeiros. Daí partiu pra discussão de criar uma associação, pra ver se correspondia à necessidade da pequena propriedade, dos pequenos produtores, [...] com terra ou sem terra, [...] da pequena propriedade, enfim. Então, foi onde surgiu a discussão, da criação de uma associação, sabe... E essa associação nasceu lá dentro do Sindicato, com seus próprios associados.

O Estatuto da ASPA, entidade civil sem fins lucrativos, ligada ao STRI, nos fornece uma noção da abrangência de sua atuação, talvez desempenhando tarefas para as quais o Sindicato não estava preparado, nesse caso, procurando atuar como uma cooperativa de produção. O resumo de suas finalidades, a seguir apresentado, permite uma idéia mais geral dos princípios que nortearam a ASPA:

- a) atuar permanentemente em defesa do desenvolvimento social dos trabalhadores rurais;
- b) promover a venda, em comum, da produção agrícola ou pecuária de seus associados;
- c) adquirir ou produzir, para o fornecimento ao quadro de associados, gêneros de primeira necessidade: alimentos, roupas, calçados, móveis e utensílios domésticos;
- d) adquirir sementes, mudas, inseticidas, fertilizantes, rações e sacarias;
- e) adquirir ou produzir animais de raça;
- f) armazenar, beneficiar, industrializar e comercializar os produtos de seus associados;
- g) promover cursos de orientação e aperfeiçoamento de técnicas agropecuárias;
- h) obter recursos financeiros através de doações, empréstimos ou financiamentos com o objetivo de custear as atividades da associação;
- i) colaborar com entidades congêneres, sejam públicas ou privadas.

A ASPA constituiu-se, nos seus primeiros meses de trabalho, como um pequeno empório, que comercializava açúcar, querosene, macarrão, farinha de trigo, óleo de soja, sal, adubo e outras mercadorias entre seus associados. Desde os primeiros instantes de instalação da ASPA, a intenção era transformá-la em um supermercado, para oferecer produtos a preços mais baixos para os agricultores, com a possibilidade de compra a prazo, sem a cobrança de juros. Como relatou-me José Caixeta,

a idéia era a de que precisava de um local aonde poderia comprar produtos por preços mais baixos e também a garantia que se atrasássemos não teria juros sobre essa compra, pois não era todo dia que tinha dinheiro.

É interessante observar que, com a criação da ASPA, em 1987, outros trabalhadores rurais procuraram se associar ao sindicato, o que, como já afirmado antes, era exigência para ser seu associado. Para se tornar um integrante da associação, bastava estar filiado ao STRI e estar em dias com as obrigações estatutárias. Como referiu Joãozão, “quem era sócio do sindicato, era sócio dela, automaticamente, quem estava em dias com o sindicato, estava nela”.

O Gráfico 1, apresentado a seguir revela uma constância no número de associados ao STRI nos anos 1987 e 1988, o que pode ser atribuído ao projeto da ASPA:

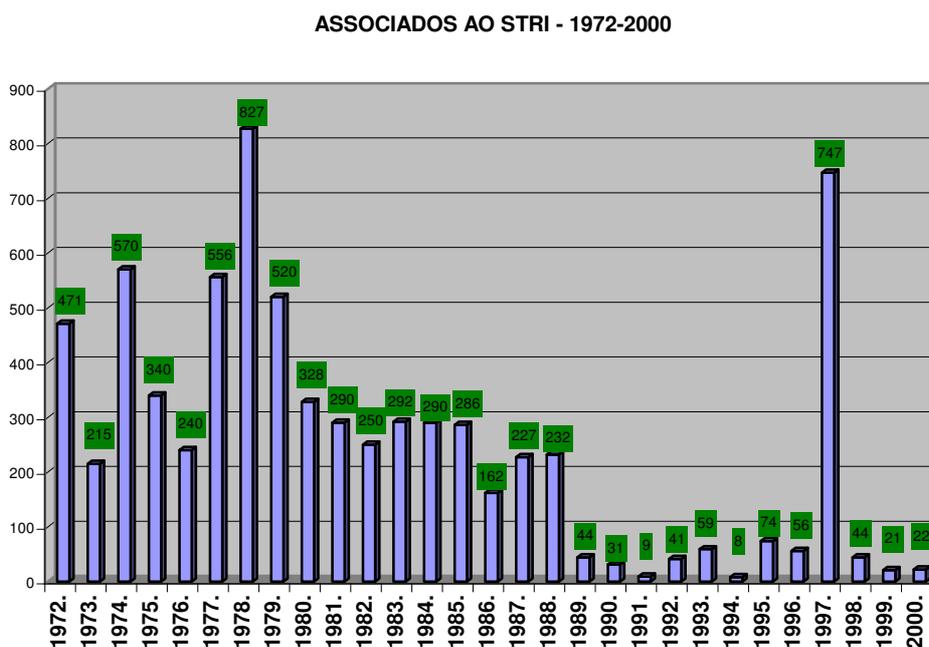


Gráfico 1: Quantidades de associados ao STRI.

Fonte: SILVA, 2001, p. 126.

Em agosto de 1987, *Caminhada*, a publicação da Diocese de Goiás, traz informações sobre a fundação daquela associação:

Em 18 de abril de 1987, foi fundada a Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga, por iniciativa da atual diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, após ter feito uma ampla discussão com os pequenos agricultores do município.

A implantação da Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga, segundo pôde-se concluir pelos relatos dos trabalhadores rurais, trouxe uma melhora no seu poder de compra. Sobre o crescimento da Associação João Justino afirma: “esta passou a vender de tudo, virou um supermercado. Começou lá na salinha do sindicato, depois passou para aquele salão maior, aí não tava cabendo mais, aí passou pro salão maior, o Santos Dias”.

A associação era administrada por uma gerência, ligada à administração do Sindicato, em geral ocupada por um membro da direção geral. O papel dessa gerência era comprar mercadorias, negociar com fornecedores, pagar as duplicatas e revender aos associados, enfim, atuar como agência de um supermercado, com a ressalva de que isso se daria dentro do sindicato. Nos primeiros momentos, a ASPA ficou sob a coordenação de João Justino Pereira, de Dorvalino José Campos e de Pedro Teodoro da Silva.

Como não poderia deixar de ser, os primeiros momentos da ASPA foram de muita empolgação e conquista, pois conseguiram negociar, por exemplo, adubo, açúcar, farinha de trigo, extrato de tomate, macarrão e alguns outros produtos para a vida no campo a preços mais competitivos do que os praticados no comércio da cidade.

Como um espaço de comercialização e venda de produtos, a ASPA buscava implementar outras ações, entre as quais se destacavam duas linhas principais de atuação:

- Comprar os bens de primeira necessidade, insumos e implementos agrícolas diretamente das fábricas para os associados, organizar para vender os produtos agrícolas mais diretos;
- Desenvolver experiências de agricultura alternativa, conscientizar os pequenos agricultores da necessidade de uma política de conservação do solo. (*Caminhada*, 1987)

É evidente que, para os comerciantes da cidade, esse projeto foi visto com restrições, até porque a Associação estava retirando os seus clientes potenciais. Assim, não tardaram as perseguições aos trabalhos da ASPA, mediante acusações de concorrência desleal com os outros estabelecimentos. Nesse contexto, o Sindicato foi denunciado por não apresentar alvarás de funcionamento junto à Prefeitura.

Um dos pontos principais de questionamento por parte dos empresários referia-se ao fato de a ASPA ser uma entidade sem fins lucrativos, o que não lhe dava o direito de comercialização com outros clientes que não fossem os sócios do STRI. Utilizando-se desse argumento, tentou-se imputar-lhe algumas irregularidades e, conseqüentemente, denunciar as atividades comerciais da Associação nos órgãos competentes do Estado e da União.

De posse do Estatuto da entidade, comerciantes diziam que a ASPA não podia funcionar como um mercado com exposições de mercadorias. Além disso, afirmavam que, por ter a ASPA um caráter filantrópico, a isenção de alguns impostos acarretava uma concorrência desleal nesse mercado.

Esse processo acarretou uma ação incansável da ASPA para mostrar, junto aos órgãos competentes, que não estavam sonogando, nem tampouco burlando o fisco, mas cumprindo a sua função social, como determinavam os estatutos.

Essa situação enfrentada pela ASPA não a impediu, no entanto, de continuar desenvolvendo seu trabalho com os associados e comercializando os seus produtos. Ela chegou a conseguir uma representação de adubo para o Sindicato, passando a comercializá-lo por preços bem mais acessíveis que aqueles oferecidos no mercado local.

Importante estratégia foi utilizada pelos trabalhadores rurais naquela ocasião para contrapor-se ao discurso dos comerciantes locais. Eles recorreram às autoridades públicas e conseguiram apoio ao funcionamento da Associação, mediante a comprovação de que se tratava de uma entidade de utilidade pública e, por isso, isenta das obrigações legais junto aos fiscos estadual e federal.

Tal estratégia resultou na aprovação da Lei de nº. 720, de 26 de junho de 1989, pela Câmara Municipal de Itapuranga, tornando a ASPA uma entidade pública. Segue o texto dessa lei:

A CÂMARA MUNICIPAL de Itapuranga, Estado de Goiás,
APROVA e EU, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art 1º - Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores de Itapuranga – ASPA.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Na tentativa de consolidar a legalidade pública e social concedida à Associação, outras entidades civis em Itapuranga emitiram documentos se pronunciando sobre seu caráter de utilidade pública, como o Cartório, a Delegacia de Polícia Civil, a Maçonaria, dentre outras entidades.

Todo esse empenho, no entanto, não foi suficiente para impedir que a ASPA fosse multada e seus dirigentes legais intimados a pagar os tributos devidos ao Estado e à União. Esse fator inviabilizou, de vez, o processo de comercialização que vinha sendo feito pela associação.

Em 1990, encerraram-se as atividades da ASPA. Para Lunardi (1999, p. 242),

após essa investida dos comerciantes, os dirigentes do STRI/ASPA, com o auxílio de assessores jurídicos da CPT/GO e do próprio Sindicato, avaliaram que a atividade que vinham desenvolvendo tornava-se inviável de continuar com a “ferramenta” que possuíam.

Se na constituição da ASPA foram enfrentadas dificuldades financeiras e legais, o saldo final foi a implementação de algumas das finalidades dessa instituição, apesar de sua curta duração.

A ASPA, vale lembrar, conseguiu comercializar muitos produtos necessários às casas dos lavradores, como informado no Boletim da Diocese (*Caminhada*, agosto, 1987).

A Associação recém-criada, mesmo com dificuldades econômicas, já está comprando sacarias, calcário, adubos e sementes de milho para os associados. Queremos tanto que essa experiência dê certo, como foi com muitas outras.

Os seus mais de dois anos de funcionamento resultaram na implementação de alguns outros projetos, como a Cooperativa Mista dos Agricultores de Itapuranga (Comil).

Pelos empecilhos que passou a enfrentar, depois de um intenso debate com os trabalhadores rurais, a direção sindical chegou à conclusão de que a saída para resolver todas as dificuldades legais impostas à ASPA era a criação de uma cooperativa. Assim, em assembléia realizada em julho de 1991, o com a presença de cinquenta trabalhadores rurais, nasceu a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Itapuranga (Comil).

Nesse projeto da Comil, tentaram evitar os erros cometidos na constituição e idealização da ASPA. Vale, no entanto, reiterar que a ASPA teve um papel importante para a vida dos trabalhadores rurais, podendo ser considerada a primeira expressão concreta da conscientização desses sujeitos sociais sempre preconizada pela direção sindical.

Enquanto projeto sindical, a ASPA evidenciou divergências de ações e de posições que não estavam claras para os filiados do STRI. As contradições foram surgindo na medida em que os trabalhos da Associação aumentavam, principalmente no que concerne à questão da representação do adubo, que, para os sócios, pertencia ao STRI, mas, como se descobriu depois estava em nome de um dos dirigentes sindicais, João Benfica.

Um outro problema surgido nessa relação de poder aparece quando da constituição da Comil, pois, para alguns, os bens que pertenciam à ASPA não poderiam ser doados para a cooperativa recém-criada.

Dessa forma, dissensões apareceram e alguns trabalhadores rurais contrários a tal idéia foram derrotados, o que concorreu para que muitos dos sócios descontentes com tal postura se afastassem dos trabalhos sindicais e da própria cooperativa.

Embora a ASPA tenha tido uma trajetória de muitas vitórias, as divisões internas se acirraram no processo político sindical, gerando várias disputas dentro do STRI. Primeiro, em decorrência da representação do adubo, depois pela divisão do patrimônio da ASPA, que deveria ser doado à Comil. A partir desse momento, o movimento sindical em Itapuranga passou por inúmeros problemas em relação à mobilização e à atuação de seus dirigentes. Um desses ex-dirigentes é hoje dono de um supermercado, fruto da Sociedade do Adubo, da Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga, da Cooperativa Mista de Produtores de Itapuranga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problemas existem ainda, inúmeros, agora é preciso que a gente, pra tocar esse desafio, tanto na parte da educação, saúde, agricultura e um monte de coisas ainda; e não vai acabar nunca, mas a gente tem que estar preparado para esse desafio. (Augusta)

Esta tese poderia ter sido concluída com a interpretação desta trabalhadora rural, que foi participante ativa de muitas experiências dos trabalhadores rurais em Itapuranga. Não há como negar que os desafios nunca irão acabar, tornam-se constantes no cotidiano, cabendo aos trabalhadores inventar ou mesmo reinventar as estratégias de mobilização para conquistar os seus direitos em relação à saúde, educação, organização da produção e permanência na terra.

Estiveram preparados para os desafios desde sempre, tanto é que, quando me propus a discutir esta trajetória da organização destes sujeitos sociais tive que retroceder no tempo, até a década de 1950, para buscar elementos que possibilitassem uma interpretação dessa seqüência de experiências: inúmeros enfrentamentos sobre a questão da exploração no mundo do trabalho, da violação dos direitos sociais, da tentativa de expropriação da terra; movimento pela conquista em relação ao atendimento hospitalar, pela melhoria da educação, contra a exploração na lavoura da cana-de-açúcar e pela formação de associações para enfrentar o mercado capitalista.

Assim, esse cotidiano de reinvenção das inúmeras experiências destes sujeitos sociais foi sendo interpretado e evidenciado com o objetivo de demonstrar que houve um processo cumulativo nessas formas de resistir. Sendo socializado, esse processo foi fortalecido e possibilitou o surgimento e a criação de novos embates, alguns mais recorrentes nas fontes consultadas, outros não sendo nem mesmo lembrados pelos próprios sujeitos que os vivenciaram. Tal como afirma Thompson (1981, p. 185)

o que resta fazer é interrogar os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento. E, à medida que esses silêncios são penetrados, não

cosemos apenas um conceito novo ao pano velho, mas vemos ser necessário reordenar todo o conjunto de conceitos.

E esse processo de “interrogar” foi essencial para que surgisse uma compreensão nova da participação dos trabalhadores rurais nos movimentos sociais em Itapuranga.

O aporte teórico-metodológico utilizado me possibilitou entender também que a vida destes sujeitos sociais não se resumia ao espaço dos projetos desenvolvidos pela Igreja e pelo sindicato. Outros projetos estavam em ebulição e a conscientização política se constituía também mediada por outros interlocutores, entre os quais alguns, em muitos momentos, não se consideravam afinados com tais projetos de maior visibilidade.

Portanto, ao longo da pesquisa, evidenciaram-se experiências que foram constituídas antes mesmo do início da atuação da Igreja e do sindicato nesta região, com a fundação da Associação dos Lavadores do Xixá, em 1956, com o objetivo de questionar o poder de mando dos fazendeiros e comerciantes de Itapuranga. Essa entidade incomodou os grupos dominantes locais de modo significativo, tendo sido registradas pressões e perseguições aos trabalhadores que se filiaram a esta entidade, como narrado por Antonio Tavares e Claudion Mendes.

Cabe registrar a resistência obstinada dessa organização que, após o golpe militar de 1964, foi fechada por pressão dos comerciantes e fazendeiros, o que provocou esquecimento em relação à sua atuação tanto por parte dos seus dirigentes quanto nos documentos pertinentes. A passagem pela região de Itapuranga de Gregório Bezerra, não apenas para organizar os trabalhadores rurais, mas também para difundir as teses comunistas entre eles, visto que tinha informações sobre o nível de mobilização desta entidade, comprova mais uma vez a força desses movimentos de reivindicação.

Houve também a tentativa de fundar uma organização sindical em meados da década de 1960, em Itapuranga, conforme narrado por Dorvalino José e Antonio Tavares, levando-me a supor que foi uma tentativa de transformar a Associação dos Lavadores do Xixá em sindicato. Com a rígida vigilância então exercida pelo Estado ditatorial, esta idéia teve que esperar até 1972 para sua concretização. Em 1967, estas experiências levaram um grupo de trabalhadores rurais, liderados por Dorvalino José, a contestarem na justiça o desrespeito a direitos trabalhistas e as agressões sofridas por um agregado do fazendeiro Benerval Terra:

Nós já tava organizando o sindicato, só que nós não tinha ainda nada, nem sindicato organizado, não tinha criado nem estatuto. Um grupinho que já fazia alguma reunião e aí teve uns pião do Benerval, que entrou com ele na justiça, mas como nós não tinha organização, nós ainda levava pro promotor. Benerval chegou até a bater em pião, ele gostava muito de chupar suor dos outros.

Estas histórias que mencionam o fato de fazendeiro “chupar o suor dos outros”, como asseverou Dorvalino, aparecem em outras narrativas, como a de José Caixeta que não permitiu que eu gravasse seus depoimentos mas contou-me, depois, que havia muita exploração do patrão com seus agregados. Foram inúmeras as experiências de violência e transgressão de direitos que motivaram as ações destas organizações, inclusive a fundação do STRI, cabendo aqui mais uma vez recorrer ao que disse Thompson, quando afirma:

Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais. (1987, p. 13)

Foi em meio ao processo de experiência destes homens e mulheres que teve início a tentativa de expropriação das famílias da Fazenda Córrego da Onça, as quais, após 12 anos de conflitos, tensões e disputas jurídicas, conseguiram os documentos que lhes garantiram o direito de propriedade. Esse processo de resistência diante da tentativa de expropriação da terra nasce no final da década de 1960, com as primeiras pressões sofridas pelos posseiros.

Embora essa história seja das mais registradas nos anais do STRI e da Diocese de Goiás, sendo, certamente, a mais recorrente na história das organizações sociais em Itapuranga, ressalte-se que alguns trabalhadores só rememoram tal trajetória como algo que nasceu em 1977, quando o STRI e a Igreja Católica de Itapuranga decidiram apoiar as famílias de posseiros da fazenda Córrego da Onça.

Toda essa trajetória revelou a capacidade organizativa destes sujeitos sociais, que não se curvaram diante da pressão de Fiote Caiado, herdeiro da fama e de muitas histórias que o ligavam ao grupo político que dominara o poder em Goiás de 1912 a 1930. Naquele contexto, as 32 famílias que resistiram até ao final do processo tiveram que

enfrentar pressão de capangas, ameaças de despejos por policiais e ainda conviver com as ações contraditórias do advogado do fazendeiro.

Certamente que a mobilização foi fortalecida com o apoio da Diocese de Goiás, do STRI e da CPT, que passaram a atuar de modo cada vez mais próximo ao movimento, dando apoio logístico, orientação jurídica, e ajudando as 32 famílias a garantir sua permanência na terra. Após esse apoio das entidades é que se tornou visível as organizações destes grupos passando a ser notícia no *Diário da Manhã*, *O Popular* e *Jornal Opção* retratando não uma visão favorável a tal trajetória dos posseiros, mas a mão invisível do governador Ary Valadão, que atuava na solução do problema.

A organização na Fazenda Córrego da Onça foi a continuidade de muitas outras experiências de enfrentamento, constantes na vida destas famílias. Ao conquistarem o direito de na terra permanecerem, tentaram demonstrar que a conquista não foi gratuita e resultado de benevolência, mas uma conquista, fruto da resistência que deveria servir como exemplo para outros trabalhadores rurais que estivessem enfrentando a expropriação e a falta de terra para trabalhar.

Os embates dessas 32 famílias da Fazenda Córrego da Onça foi um aprendizado, como informou Pessoa (1999a), não somente para os movimentos sociais no campo, do município de Itapuranga. Seu resultado também motivou experiências semelhantes em regiões próximas, como o ocorrido no entorno da Cidade de Goiás, com a participação de muitos trabalhadores rurais que participaram desta experiência anterior, quer seja como interlocutor quer como membro sindical. Nesse contexto de mobilização falava alto a produção poética de pessoas que militavam nos movimentos do campo. É o que se vê por exemplo no poema de Pedro Alves de Souza

Deus fez a terra
E falou para Adão
É pra todos trabalhar
Pra defender o seu pão
Mas a terra é dos ricos
E os pobres ficou na mão.

A terra é de quem trabalha
A pobreza tem razão
Nos vinte e três estados
Vai ter renovação
Pra quebrar este muro
E trazer libertação.

(*Livro de Cânticos*: expressão de um povo em sua caminhada, 1987)

Também as manifestações e ações de mobilização pela criação do Hospital do Sindicato foram intensas, com reuniões, produção de panfletos, acampamentos em frente a órgãos públicos e realização de passeatas. Consolidava-se a produção de um espaço político bem como a busca de um atendimento preventivo à saúde do trabalhador rural, que já vinha sendo reivindicado em passado recente.

Desde que o espaço que havia sido construído com os recursos do Funrural foi incorporado ao STRI, o desejo dos trabalhadores era fazer com que os gastos com a saúde não fossem impedimentos para outros possíveis investimentos econômicos dos trabalhadores rurais. Nos documentos produzidos pelo STRI e nas entrevistas feitas com alguns destes homens e mulheres ficou patente a clareza que tinham então acerca da necessidade de garantir um projeto de saúde que os atendesse.

Essa trajetória e conquista de um espaço de saúde foi assim resumida por D.

Augusta:

houve muita luta e organização, muito leilão, muita reivindicação, foi me parece que é em 86 e 87; a gente foi e acampou em frente ao prédio do Inamps em Goiânia, ficamos 15 dias acampado na porta do Inamps, reivindicando do governo estadual e também do governo federal a verba para o hospital aqui, porque naquele momento tinha acabado o convênio com o Inamps, então falava assim na questão das Ações Integradas de Saúde, só que era um negócio, assim, não era muito claro, não vinha direto pro sindicato e pro hospital; foi feito muita campanha no meio rural pra arrecadar arroz, feijão, leite, carne pra tratar dos doentes no hospital, então a luta, organização em si, foi muito boa e movimentada e foi um momento realmente bom pra organização dos trabalhadores.

Diante do recorte que tivemos de fazer para elaborar um pouco da história do processo de organização destes sujeitos sociais, cabe lembrar que esse cotidiano de invenções e reinvenções não se resumiu às experiências aqui analisadas em maior detalhe. Como vimos, os projetos aqui destacados foram os mais marcantes ao longo da década de 1980.

Os trabalhadores do corte da cana também contestaram de inúmeras maneiras a precariedade de suas condições de trabalho: transporte, exploração da mão-de-obra infantil, baixos salários, a exigência excessiva de produtividade feita aos canavieiros. Não obstante, toda essa trajetória de reivindicações tinha uma marca diferente daquela

observada nas experiências de trabalho no campo, que priorizavam a relação com os vizinhos e parceiros.

Quando ocorreu o entendimento de que o progresso apregoado pela Destilaria Pite não atendia às expectativas e desejos dos trabalhadores eles desenvolveram intensa mobilização para melhorar suas condições de trabalho. Mas, como ficou demonstrado, a vida no corte da cana levava-os a um trabalho individualizado, em que a cobrança excessiva de produção e a vigilância contínua dos “gatos”, acabavam por gerar o esgotamento físico destes sujeitos sociais.

Panfletagem, greves, reuniões, fechamento de rodovias e ruas foram estratégias utilizadas para demonstrar as péssimas condições a que estavam submetidos estes trabalhadores da cana em Itapuranga. Essa mobilização se fez presente também nas denúncias que foram feitas em relação à agressão ao meio ambiente e à terra, momento em que mostraram um alto grau de conscientização em relação a questões ambientais. Conforme análises encontradas em documentos, redigidos pelo movimento sindical de Itapuranga, havia consciência clara da necessidade de proteger a água e a terra; consciência de que estavam matando o que gerava a vida, num processo diferente daquele que acontecia com a produção de alimentos, antes da chegada da lavoura da cana.

Essa preocupação aparece também de modo claro no processo de educação pensado para os trabalhadores rurais da Fazenda Laranjal II, onde, além de aprender a lidar com a educação formal, eles também deveriam entender o que estava acontecendo com a chegada do denominado progresso na região. Assim, a escola era um espaço não apenas de aprendizagem do que não sabiam, mas, acima de tudo de reflexão sobre a realidade concreta vivida por estes sujeitos sociais.

De fato, os conteúdos e a prática pedagógica utilizados na Escola Popular do Laranjal apresentavam uma forte relação com o que os alunos viviam em seu cotidiano. Para ensinar as noções de matemática, português, história e geografia os professores buscavam associação forte com questões diretamente vivenciadas pelos alunos tratando da compra e venda de cereais e animais, do arrendo que deveria ser pago ao patrão ao final da colheita, além de lidar com debates que tratavam da conquista de direitos sociais como a saúde, a educação e a moradia, na perspectiva de buscar sempre o reforço da auto-estima dos alunos.

Nesta tentativa de demonstrar e considerar a relevância e ação destes sujeitos sociais na história de Itapuranga apareceram com a criação de algumas associações, outras organizações como a da Vaca, as Comunidades de Baixa Renda e a

Sociedade do Adubo e dos Pequenos Agricultores, foram incluídos nesta análise, sempre com o propósito de revelar que os trabalhadores, diante de desafios e dificuldades que lhes eram impostos, revelavam sempre capacidade, vontade e criatividade ao criar seus caminhos de resistência.

Em todas essas entidades, o objetivo da organização era tentar se contrapor às imposições de um sistema de classes opressor, por meio de experiências em que a ação coletiva poderia representar o caminho para se libertar dos inúmeros entraves encontrados na compra de insumos e de produtos industrializados. Era necessário então a cooperação de todos para o êxito dessas ações, que tinham como desafio sobreviver e consumir com o menor custo possível.

Fica evidente que os obstáculos enfrentados foram enormes, quer seja na forma de impedimentos legais, como aconteceu com a ASPA, quer na forma de disputas internas dentro destas associações, como aconteceu com a Sociedade da Vaca, ou mesmo pela decisão de alguns dirigentes sindicais de não colaborarem com alguns destes projetos, como ocorreu com a ACBR. Mesmo assim, estas experiências representaram aprendizados importantes que foram renascendo na forma de novas práticas a partir na década de 1980, com cerca de 13 associações de pequenos agricultores, e na década de 1990, com a criação de uma Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga. Posteriormente, o maior resultado de toda essa trajetória que teve seu nascedouro com a ALX, em 1962, seja a criação da Feira do Produtor, que nasceu em 1998, com três bancas, hoje conta com mais de cem e constituição da Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga – Cooperafi.

Recuperando a história da organização dos trabalhadores rurais em Itapuranga, desde suas verdadeiras origens, tomamos conhecimento de experiências fundamentais para que se possa entender, ainda hoje, por que estes sujeitos sociais estão em contínua mobilização pelos seus direitos. Entender esse passado com essa visão do presente revela que estes homens e mulheres foram capazes de enfrentar os desafios que lhes eram impostos, apropriando-se de experiências coletivas por meio da interação com vários mediadores que apareceram neste percurso histórico, mas, sobretudo, reinventando muitas dessas experiências. Conhecemos então por meio dessa pesquisa, que essa trajetória se firmou pela obstinação na busca por dias melhores, não somente para os próprios envolvidos, mas para toda uma geração. Essa perseverança está presente até hoje em suas ações. Como afirmou Augusta, expressando o sentimento de muitos deles: “a luta continua sempre”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- ALENCAR, Maria Amélia Garcia. *Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudança (1850-1910)*. Goiânia: Ed. UCG, 1993.
- AMADO, Wolmir. *A igreja e a questão agrária no Centro-Oeste do Brasil – 1950-1968*. Goiânia: Ed. UCG, s.d.
- AMBROVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1998.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1989.
- AUED, Bernadete Wrublewski. *A vitória dos vencidos (O Partido Comunista Brasileiro e as Ligas Camponesas 1955-1964)*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1986.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BORGES, Barsanufu Gomides. *O despertar dos dormentes*. Goiânia: Cegraf, 1990.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias: segunda parte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).
- _____. *Memória sertão: cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão*. Uberada: Editora Cone Sul/Uniube, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; RAMALHO, José Ricardo. *Campesinato goiano: três estudos*. Goiânia: Ed. UFG, 1986.
- CAMARGO, Aspásia. *História oral e política. História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Ed. UFG, 1997.
- CAMPOS, F. Itami. *O coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1987.
- CANDIDO, Antonio. *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação*. São Paulo: Editora 34, 1979.
- CARNEIRO, Maria E. Fernandes. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Coleção Teses Universitárias. Goiânia: Ed. UFG, 1988.
- CERTEAU, Michael. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 6. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Ed. UFG, 1988.
- _____. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. UCG/UFG, 1997.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995. (Série fundamentos).
- DARTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Tradução de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DE DECCA, Edgar. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DIHEL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. São Paulo: Ed. Edusc, 2002.
- ELIS, Bernardo. A enxada. In: DENÓFRIO, Darcy F.; SILVA, Vera Maria Tietzmann (Orgs.). *Antologia do conto goiano: dos anos dez aos sessenta*. 2. ed. Goiânia: Cegraf, 1993.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *História oral*. Rio de Janeiro: Diadorim/Finep, 1994.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coords.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GEERTZ, Clifford. *O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. A interpretação das culturas*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 45-66.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade*. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Tradução de Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- IOKOI, Zilda Grícoli. *Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru (1964-1986)*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- LAMARCHE, Hugues. *A agricultura familiar*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- LE GOFF, Jacques. *História nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. *História e memória*. II Volume. Tradução de Rui Oliveira. Lisboa: Edições 70, 1982.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MARTINS, José de Souza. *A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4. ed. São Paulo: Vozes, 1990.
- MATOS, Olgária. A narrativa: metáfora e liberdade. In: COSTA, Cléria B.; MAGALHÃES, Nancy A. *Contar história, fazer história: história, cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15, 2001. p. 12-28.
- MATTOS, Raymundo J. *Chorografia histórica da província de Goyáz*. Goiânia: Sudeco, 1979.
- MELLO, Maria T. Ferraz Negrão. *Clio, a musa da História e sua presença entre nós. Um passeio com Clio*. Brasília: Paralelo 15, 2002. p. 27-40.
- MENDONÇA, Sonia Regina. *O ruralismo brasileiro – 1888-1931*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.
- MOREIRA, Parcival. *Grito sem eco*. 2ª. Edição, Inhumas, 2001.

- NOVAES, Regina Reyes. Continuidade e rupturas no sindicalismo rural. In. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 178.
- ORTÊNCIO, Bariani. *Sertão sem fim*. 2. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2000.
- PALACÍN, Luis. Coronelismo no extremo norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista. Goiânia: Cegraf/Edições Loyola, 1990.
- PALACÍN, Luis. *O século do ouro em Goiás*. 4. ed. Goiânia: Ed. UCG, 1994.
- PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás*. Goiânia: Ed. UCG, 1989.
- PALACÍN, Luis; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaína. *História de Goiás em documentos*. Goiânia: Ed. UFG, 1995.
- PESSOA, Jadir de Moraes. *A Igreja da denúncia e o silêncio do fiel*. Campinas: Editora Alínea, 1999.
- _____. *A revanche camponesa*. Goiânia: Ed. UFG, 1999.
- _____. *Saberes em festa: gesto de ensinar e aprender na cultura popular*. Goiânia: Kelps/Ed. UCG, 2005.
- PETRINI, João Carlos. *CEBs: um novo sujeito popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Tradução de Monique Augras. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.
- _____. Memória, silêncio e esquecimento. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história diferente. *Projeto História*, n. 14. São Paulo, fev., 1997.
- RAMOS, Hugo de Carvalho. *Tropas e boiadas*. Goiânia: Ed. UFG, 1994.
- RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. Memória, família e poder. História de uma permanência política – os Caiado em Goiás. In.: CHAUL, N. F. *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Editora Kelps, 1998. p. 209-326.
- RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1999.
- RODRIGUES, Leôncio M. Sindicalismo e classe operária. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*. Tomo 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à província de Goiás*. São Paulo: Ed. USP, 1975.
- SALLES, Gilka V. F. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1992.

- SCHORSKE, Carl. E. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Dácia Ibiapina. História oral, oralidade e audiovisual na construção de relatos de memórias traumáticas. *História Oral*. São Paulo: ABHO, n.6, v.6, 2003.
- SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.
- SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SOUZA, João Carlos. *Na luta por habitação: a construção de novos valores*. São Paulo: Ed. PUC, 1995.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *A formação da classe operária inglesa*. Tomo I. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- TOTA, Antônio Pedro. *Contestado: a guerra do novo mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História).
- VASCONCELOS, Lauro de. *Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo*. Goiânia: Cegraf, 1991.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- VIEIRA, Maria P. Araújo; PEIXOTO, Maria do R. Cunha; KHOURY, Yara Maria A. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1989.
- VILA NOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade: estatísticas e fontes orais. In: FERREIRA, Marieta Moraes. *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim/Finep, 1994. p. 45-74.
- WHITE, Hayden. *A interpretação a História. Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca. São Paulo: Edusp, 1994. p. 65-96.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade – na história e na literatura*. Tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARTIGOS E REVISTAS

Revista da Associação Brasileira de História Oral. Entrevista com Marieta M. Ferreira. São Paulo: ABHO, n. 4, jun./2001. p. 165-176

Revista da Associação Brasileira de História Oral. Entrevista com Mercedes Vilanova. São Paulo: ABHO, n. 4, jun./2001. p. 149-164.

DISSERTAÇÕES E TESES

ALVES, Maria de Lourdes. *Goiânia: uma cidade de migrantes*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

BITTENCOURT, Libertad. *Produção familiar e estratégias produtivas em Goiás*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995.

COELHO, Marilene Aparecida. 1997. *O processo de organização do movimento popular de saúde no Vale do São Patrício, 1974-1992*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

DUARTE, Élio Garcia. *Do mutirão à ocupação de terras: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás*. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

LUNARDI, Vera Lúcia. *As organizações dos trabalhadores rurais (sindicato, associação, cooperativas) e a agricultura familiar – uma reflexão sobre Goiás*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, Valtuir Moreira. *Trabalhadores rurais de Itapuranga: experiências da resistência e organização – 1970-1980*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.

FONTES E DOCUMENTOS

Ata de Fundação do STRI, 16 de julho de 1972.

Boletim *Caminhada*, Diocese de Goiás, ano XX, n. 136, 1987, p. 12.

Boletim *Caminhada*, Diocese de Goiás, ano XX, n. 144, jan./fev., 1989, p. 6.

Boletim *Caminhada*, Diocese de Goiás, ano XXI, maio, 1989, p. 8.

Boletim *Caminhada*, Diocese de Goiás, jul./ago., 1987, n. 136, p. 12-13.

- Boletim *Caminhada*, Diocese de Goiás, mar./abr., 1984, n. 122, p. 12.
- Boletim da CPT Nacional, ago., 1980.
- Boletim da CPT Nacional, n. 30, set./out., 1980, p. 20.
- Boletim da Diocese de Goiás, ago., 1982, p. 5.
- Boletim da Diocese de Goiás, ano XII, n. 108, dez., 1979, p. 6.
- Boletim da Diocese de Goiás, ano XIII, ago., 1980, p. 6.
- Boletim da Diocese de Goiás, ano XIII, maio, 1980, p. 10.
- Boletim da Diocese de Goiás, ano XIV, set., 1981, p. 5.
- Boletim da Diocese, ano XII, n. 107, 1979.
- Boletim da Diocese, ano XIII, dez., 1980, p. 8.
- Boletim Informativo da Associação das Comunidades de Baixa Renda de Itapuranga, 1º de maio de 1983.
- Boletim *O Lavrador*, STRI, mar., 1980.
- Boletim *O Libertador*, janeiro de 1981, p. 3.
- Boletim *O Libertador*, STRI, 5 de outubro de 1980.
- Boletim *O Libertador*, STRI, maio, 1980, p. 6.
- Boletim *O Libertador*, STRI, n. 3, 25 julho, 1980.
- Boletim *O Libertador*, STRI, set., 1980.
- Caderno de Avaliação da Diocese de Goiás, 30 de julho de 1979.
- Comunicado ao Povo, produzido pela Paróquia de Itapuranga, 23-24 de agosto de 1980.
- Comunicado aos Trabalhadores do Corte da Cana, STRI, 26 de dezembro de 1982.
- Comunicado do STRI aos Cortadores de Cana, julho de 1983.
- Convite *É hora de luta*, produzido pelo STRI e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg), jun., 1983.
- Declaração da ASPA ao Banco do Brasil demonstrando sua atividade sem fins lucrativos, 25 de agosto de 1989.
- Declaração do Delegado de Polícia de Itapuranga declarando a ASPA como sendo de interesse público, 4 de maio de 1989.
- Extrato do Estatuto da Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga – ASPA, 19 de abril de 1987.
- Histórico Cronológico da luta pela saúde da Associação Popular de Saúde de Itapuranga – APSI, dezembro de 1987.
- Jornal *Diário da Manhã*, 3 de outubro de 1980, p. 11.
- Jornal *Diário da Manhã*, 4 de novembro de 1980, p. 6.

- Jornal *Diário da Manhã*, 9 de outubro de 1989.
- Jornal *Diário da Manhã*, 10 de outubro de 1982.
- Jornal *Diário da Manhã*, 11 de abril de 1981, p. 11.
- Jornal *Diário da Manhã*, 15 de outubro de 1982, p. 13.
- Jornal *Diário da Manhã*, 17 de setembro de 1980, p. 13.
- Jornal *Diário da Manhã*, 1983.
- Jornal *Diário da Manhã*, 22 de outubro de 1980.
- Jornal *Diário da Manhã*, 24 de outubro de 1980, p. 11.
- Jornal *Diário da Manhã*, 3 de outubro de 1980.
- Jornal *Diário da Manhã*, 30 de agosto de 1980, p. 4.
- Jornal *Diário da Manhã*, 30 de março de 1980, p. 11.
- Jornal *Diário da Manhã*, 31 de ago., 1980, p. 9.
- Jornal *Diário da Manhã*, 5 de outubro de 1980.
- Jornal *Diário da Manhã*, 16 de junho de 1983, p. 12.
- Jornal *Diário da Manhã*, s.d., p. 21.
- Jornal *O Popular*, 8 de outubro de 1986.
- Jornal *O Popular*, 16 de junho de 1982.
- Jornal *O Popular*, 17 de outubro de 1982.
- Jornal *O Popular*, 19 de agosto de 1986, p. 07.
- Jornal *O Popular*, 19 de outubro de 1982.
- Jornal *O Popular*, 19 de setembro de 1986, p. 07.
- Jornal *O Popular*, 1980.
- Jornal *O Popular*, 24 de setembro de 1986, p. 05.
- Jornal *O Popular*, 25 de setembro de 1986, p. 09.
- Jornal *O Popular*, 29 de outubro de 1987.
- Jornal *O Popular*, maio de 1982.
- Jornal *O Popular*, out., 1987.
- Jornal *O Popular*, s.d.
- Jornal Opção*, 9 de outubro de 1980.
- Jornal Opção*, 9 de outubro de 1980.
- Jornal Opção*, out., 1981.
- Lei n. 720 de 26 de junho de 1989, declarando a ASPA como sendo de utilidade pública.
- Manifesto à Comunidade de Itapuranga dos Cortadores de Cana em greve, 1983.
- Nota de esclarecimento à população, STRI, 18 de agosto de 1986.

Nota de esclarecimento à população, STRI, 19 de agosto de 1986.

Nota Oficial da Direção do STRI, 06 de novembro de 1984.

Ofício da ASPA a Fundação de Assistência ao Estudante – FAE, 12 janeiro de 1988.

Ofício do STRI ao Governador do Estado de Goiás Ary Ribeiro Valadão, 24 de fevereiro de 1981.

Ofício do STRI ao Presidente da Contag 2 de setembro de 1980.

Ofício do STRI ao Presidente da Fetaeg, 18 de setembro de 1980.

Ofício do STRI ao Presidente João Batista de Oliveira Figueiredo, 26 de setembro de 1980.

Panfleto da Associação Popular de Saúde de Itapuranga, 1987.

Panfleto da Sociedade da Vaca, jan., 1982.

Panfleto do STRI tratando da Campanha Salarial dos Cortadores de Cana, 30 de maio de 1983.

Panfleto elaborado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga, 5 de novembro de 1982.

Panfleto do Movimento Popular de Saúde, 1987.

Panfleto Pite – Tragédia, produzido pela Comunidade de Base e STRI, 1980.

Panfleto Posseiros do Córrego da Onça de Itapuranga, 1980.

Panfleto Usina de Álcool em Itapuranga, responsabilidade do Movimento do Custo de Vida de Itapuranga, 1980.

Panfleto: Por que a greve geral? CUT Regional do Vale do São Patrício, 12 de dezembro de 1986.

Relatório da Comissão Pastoral da Terra, Experiência do Município de Itapuranga – Micro-região de Itaberaí, s/d.

Telegrama da CPT Nacional aos Trabalhadores Rurais de Itapuranga e Fazenda Nova, 13 de setembro de 1980.

ENTREVISTADOS

ANTONIO TAVARES – advogado, formado em Anápolis, passou a atuar na luta dos trabalhadores rurais depois que retornou a Itapuranga. Militante do PT, foi advogado do STRI. Hoje é professor na UEG-Itapuranga e presidente da regional da OAB local. (Entrevista em fevereiro de 2006).

CLAUDION MENDES – advogado e militante sindical em Itapuranga há vários anos. Conhecedor e divulgador de versões sobre a história da cidade, irmão de Cláudio Mendes, que ajudou a fundar a Associação dos Lavradores do Xixá. Sua entrevista não foi gravada, em razão de não ter permitido. Mas os fatos anotados foram essenciais para leitura acerca desta entidade. (Entrevista em fevereiro de 2006).

DIVINO RIBEIRO MAGALHAES – um dos fundadores do STRI e membro atuante dos movimentos sociais em Itapuranga, sempre esteve à frente de projetos como Sindicato, a Cooperativa, entre outros. Ainda continua atuando no movimento sindical, junto ao STRI e à Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga (COOPERAFI). Vive em sua propriedade na Fazenda Baú. (Entrevista em março de 2006).

DONA MARIA LOPES – Esposa de José Lopes, filho de Manuel Lopes, continua vivendo em sua propriedade conquistada na luta da Fazenda Córrego da Onça. A maior parte de seus filhos vive hoje na cidade. (Entrevista em maio de 1999).

DONA MARIA PRETA – filha de Manuel Lopes, um dos mais antigos posseiros da fazenda Córrego da Onça. Hoje vive em uma pequena propriedade herdada do pai. (Entrevista em maio de 1999).

DONA MARIA SANTANA – irmã de dona Preta, também participou das mobilizações pela permanência dos trabalhadores na Fazenda Córrego da Onça. (Entrevista em maio de 1999).

DONA ZILDA MENEZES – atuou em vários movimentos dos trabalhadores rurais, principalmente na região da Guaraíta. Hoje é Tesoureira do STRI e Vereadora pelo Partido dos Trabalhadores no município de Guraraíta. Participou da Pastoral da Saúde e dos movimentos da Associação Popular de Saúde. (Entrevista em maio de 2005).

DORVALINO JOSÉ – um dos principais articuladores da mobilização dos trabalhadores rurais em Itapuranga, presidiu o STRI por dois mandatos. Evangélico, hoje vive em sua

propriedade no assentamento Mosquito, no município da Cidade de Goiás e preside a Cooperativa dos Assentados desta região. (Entrevista em janeiro de 1999).

IDIMAR GARCIA – esposa do sr. Olício Garcia, participou ativamente das movimentações dos trabalhadores rurais em Itapuranga, ajudando na concretização da ACBR. É militante do Partido dos Trabalhadores, atuando também na COOPERAFI. (Entrevista em fevereiro de 2006).

IVO POLETTO – quando realizávamos a pesquisa sobre a expulsão dos padres da cidade de Itapuranga e o trabalho da Diocese de Goiás junto às Comunidades de Base. O trabalho foi realizado por Edinaldo Antonio Coelho, Valter Ferreira da Silva Junior e Valtuir Moreira da Silva. Ivo Poletto respondeu, em forma de um texto, aos nossos questionamentos. Ele foi vigário da Igreja Católica de Itapuranga, sendo expulso juntamente com pe. Marciano por uma “elite” que não concordava com a forma de atuação de seu trabalho. (Entrevista em outubro de 1994).

JOÃO BENFICA – foi presidente do STRI de Itapuranga após liderar Oposição Sindical, quando passou a atuar junto aos movimentos e organizações dos trabalhadores rurais em Itapuranga. Elegeu-se Vereador em 2000, e, hoje, vice-prefeito da cidade a partir de março de 2007. (Entrevista em agosto de 2000).

JOÃO JUSTINO – migrante mineiro que veio com o sonho de conseguir um pedaço de terra, tem uma mini propriedade na fazenda Goiabal. Foi membro do STRI e hoje pertence a Associação dos Pequenos Agricultores da região de Ana Félix e Campinas. (Entrevista em Janeiro de 2006).

JOÃO VENÂNCIO – veio para Goiás também com o sonho de receber a terra. Vive ainda hoje na propriedade que foi objeto de litígio com Fiote Caiado. Foi um dos principais líderes dos trabalhadores no momento dessa luta e faleceu em 2006. (Entrevista em maio de 2000).

JOSÉ AUGUSTO CAIXETA – vive em sua propriedade na Fazenda Campininha, é membro da COOPERAFI e da Associação dos Pequenos Agricultores da Região Ana Felix e Campininha. Participou de vários embates em prol dos trabalhadores rurais, foi presidente da extinta Cooperativa Mista dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga. (Entrevista em dezembro de 2001 e janeiro de 2006).

JOSÉ RAULEMAR (ZÉ LEMES) – líder comunitário na Fazenda Laranjal II, integrante das Comunidades de Base, poeta e fundador do STRI. Alguns de seus poemas fazem parte do *Livro de Cânticos* da Diocese de Goiás. (Entrevista em maio de 2006).

MARIA DAS GRAÇAS BERNANDES – esposa de Raimundo Caetano, também sua vida é marcada por intensa participação nas Comunidades de Base, tendo sido aluna da Escola do Laranjal. Hoje vive com sua família no Assentamento Lagoa Grande, no município de Heitorai. (Entrevista em maio de 2006).

MARIA PEREIRA DOS SANTOS – foi presidente do STRI por dois mandatos. Elegeu-se vereadora em 1996 pelo Partido dos Trabalhadores e presidiu a primeira Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da região. Presidiu o Conselho de Desenvolvimento Rural (Pronaf). No ano de 2006 assumiu novamente a direção do STRI. (Entrevista em janeiro de 2006).

MAURO GONÇALVES DE QUEIROZ (DÃO QUEIROZ) – conhecido por este segundo nome, foi um dos primeiros trabalhadores rurais da região da Fazenda Laranjal a promover trabalhos sociais coletivos e compras conjuntas. Ativo militante nos movimentos sociais em Itapuranga, foi diretor da Associação Popular de Saúde de Itapuranga. Faleceu em 2004, em um acidente de caminhão, quando se dirigia a uma festa de família em uma fazenda próxima de Itapuranga. (Entrevista em janeiro de 2003).

OLICIO GARCIA (Peixoto) – trabalhador rural, ainda vive em sua propriedade na Fazenda Fundão no município de Itapuranga. Ativo participante do movimento dos trabalhadores rurais de Itapuranga, fundador do STRI, da Sociedade da Vaca, ACBR e um dos primeiros dissidentes do Partido dos Trabalhadores na região. Hoje é sócio da Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga e produtor de rapadura. (Entrevista em fevereiro de 2006).

PERPÉTUA MARIA DE CAMARGOS GONTIJO– foi agente de pastoral, ajudou na mobilização da fazenda Maria Alves e na organização de um centro de saúde popular. Professora aposentada, continua atuando nos trabalhos pastorais da Igreja Católica como membro da Pastoral da Saúde. Hoje é Assessora no Projeto de Educação do Campo da FETAEG. (Entrevista em abril de 2005 e junho de 2006).

RAIMUNDO CAETANO – participou dos trabalhos das Comunidades de Base na Fazenda Laranjal, além de atuar em outros movimentos sociais. Como aluno da Escola Popular do Laranjal, foi também um dos articuladores de tal projeto. Hoje são assentados no Projeto de Reforma Agrária Lagoa Grande, no município de Heitorai. (Entrevista em maio de 2006).